

## O CICLO DAS LUTAS AUTO-GESTIONÁRIAS, NO LESTE EUROPEU

Claudio Nascimento

Os vários ciclos de lutas operárias no Leste europeu exigem uma certa caracterização deste processo de 'longa duração', pois inicia-se nos anos 50 e vai até o final da década de 80. O *socialismo estatal burocrático*, implantado no leste europeu no pós Guerra, foi diversas vezes contestado de forma radical pelos trabalhadores. Desde 1953, ano da morte de Stalin, passou pela revolução do Solidarnosc polonês em 1980-81, e foi até a queda do Muro de Berlim, em 1989.

As lutas operárias se expressaram através de greves gerais, revoltas e revoluções. Podemos assinalar um onda de longa duração marcada por estas lutas:

1953 - greves na Alemanha oriental e na Tchecoslováquia.

1956 - revoluções na Hungria e na Polónia.

1968 - revolução dos conselhos na Tchecoslováquia.

1970 - revoltas na Polónia.

1977 – revoltas na polónia, sindicatos livres na URSS e Romênia, oposição na Tchecoslováquia.

1980 – revolução na Polónia.

1989 – rebeliões populares no conjunto do leste da Europa.

Como caracterizar estes processos? Quais os elementos de unidade e de diversidade? Partindo de análises de militantes e teóricos do próprio leste, tentemos trabalhar alguns conceitos.

Inicialmente, a REFORMA: é entendida como mudanças políticas, económicas e estruturais no contexto do leste; reforma não significa retorno ao capitalismo; ela pode evoluir em dois sentidos, que se confundem durante um certo período:

- Liberalização = processo que se origina e que é dirigido exclusivamente 'do alto'; a

direção do PC decide o momento em que o povo ou o país está maduro para certas reformas;a iniciativa encontra-se nas mãos do grupo dirigente;

- Democratização= processo envolve o grupo dirigente,mas que começa pela pressão da base,que tem a iniciativa;os trabalhadores defendem as mudanças propostas pela direção do PC,mas formulando suas próprias reivindicações e pressinando por sua realização.

Inicialmente, reivindica-se reformas limitadas, em seguida,transformações institucionais que garantam o controle popular sobre o Estado.Neste caso,as mudanças atingem a natureza do modelo estatal de socialismo: o monopólio político do PC, a estatização dos meios de produção, a censura, o sistema de 'correia de transmissão', a dependência frente à URSS.Este processo pode ser chamado de 'Revolução Política'.

Em resumo, REFORMA é um termo marcado pela iniciativa do poder e procede 'do alto',com tendência a manter o 'status quo',e,para tal,busca o apoio passivo dos trabalhadores e cidadãos.

Já a REVOLUÇÃO ,procede 'de baixo' e,no seu inicio,é desprovida de objetivos gerais claramente definidos;supera esta fase inicial ao criar novas formas de organização ou socialização antagônicas à 'velha ordem'.

Além destas 2 vias,podemos falar de outra 'revolução' que visa substituir o sistema 'socialista' pelo capitalismo;na verdade,uma 'CONTRA-REVOLUÇÃO'.Quando,trata de assegurar o 'status quo' ,estamos diante de uma 'NORMALIZAÇÃO',como ocorreu na Hungria e na Polônia,em 1956 e na Thecoslovaquia,em 1968.

Em relação as FORMAS de LUTA,as experiências do leste europeu podem ser classificadas em 5 blocos:

- REVOLTAS, tendo por causa a carência de bens de consumo, aumento nas normas de trabalho,reformas fiscais,aumento dos preços básicos. Por exemplo: .Berlim-Alemanha oriental, em 1953; Pilsen,Thecoslovaquia,em 1953; Poznan,Polônia,em 1956; Novatcherkasek,URSS,em 1962; Vale do Zhill,Romênia, em 1977.

Foram manifestações espontâneas e amadurecidas no interior deste países pelo desespero das suas populações; não-ideológicas e limitadas no tempo e no espaço.Podemos caracteriza-las como "ensaios de tempestades futuras".Terminaram sob intensa repressão.

- TIPO REVOLUÇÃO Húngara,em 1956. Movimento total e radical,questionando e derrubando o regime vigente;obra das massas trabalhadoras,com opções ideológicas

variadas. Seu ponto principal foi a 'auto-organização' dos trabalhadores em conselhos.

- TIPO SOLIDARNOSC, Polônia, em 1980-81; resultado de dezenas de anos de lutas. Sua marca característica foi também a 'auto-organização' dos trabalhadores em conselhos e com base autogestão social.
- TIPO PERESTROIKA e "revoluções democráticas" em 1989. Na URSS, por iniciativa do grupo dirigente do PCUS. No leste, as revoluções democráticas tiveram ampla participação popular, enquanto luta por cidadania e não como classe; talvez, as exceções sejam a Tchecoslováquia e a Polônia, onde houve uma participação maior dos trabalhadores enquanto classe. Exceto na Romênia, as demais foram 'revoluções de veludo', pacíficas.

No seu conjunto, assinalaram o esgotamento histórico do 'socialismo estatal'. Segundo Ernst MANDEL, combinaram agitações típicas da "Primavera de Praga" com as do Maio europeu de 1968.

As experiências do 'socialismo estatal' surgiram de 'revoluções passivas' (Gramsci), ou seja, "revolução sem revolução". Neste sentido, os regimes do leste podem ser chamados de 'ditadura sem hegemonia'.

O corolário destas 'revoluções passivas', foi definido pela práxis dos trabalhadores, em diversos momentos: alguns destes momentos foram verdadeiras "revoluções ativas de massa", ou 'revoluções anti-passivas'.

Quais são as características principais destas formas de revolução? A revolução ativa democrática e de massa:

1. os trabalhadores se revoltam contra o que é visto como "seu Estado"; reinventam formas radicais de democracia em todas as frentes de luta (política, econômica e cultural);
2. a classe operária torna-se o ator central e decisivo do processo de democratização socialista;
3. os trabalhadores defendem amplas liberdades, criticam e abolem os privilégios da 'nomenclatura', criam novas formas de democracia de base (conselhos, comissões), autonomizam a sociedade civil em relação ao Estado, criam elementos de autodefesa, destroem o velho sistema sindical estatal, iniciam a revolução cultural e ética do cotidiano.

No sentido de Castoriadis, "As coisas são ainda mais claras quando vemos, não a 'revolta', enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a 'revolução', enquanto atividade auto-organizada visando a instituição de uma ordem nova".

A sistematização das experiências históricas no leste , nos mostra que estes elementos estiveram presentes, total ou parcialmente, em várias das lutas dos trabalhadores. Destacamos 3 desses momentos ‘críticos da história’, como ‘revoluções ativas de massa’ :

- A revolução na Hungria, em 1956
- A revolução dos conselhos na Tchecoslováquia, em 1968-69
- A revolução do Solidarnosc na Polônia, em 1980-81

Podemos assinalar que o processo polonês de 1980-81, foi uma ‘revolução ativa de massa’; posteriormente, desrrotada pela ‘normalização’ com a decretação do ‘Estado de Guerra’ (dezembro 1981). Por sua vez, o processo polonês iniciado em 1989, com a ‘mesa redonda’ de negociações (entre a Igreja, O POUP e as Forças Armadas) e as eleições de julho desse ano, significou uma ‘reforma pelo alto’.

Em 1965, os poloneses Jacek KURON e Karel MODEZELEVSKY , após saírem da prisão, divulgaram um documento intitulado Carta aberta ao Partido Comunista da Polônia (POUP). Tratava-se de uma Plataforma para as lutas anti-burocráticas no leste europeu que só encontraria paralelo na obra do tchecoslovaco Rudolf Bahro, “A Alternativa. Para uma crítica do socialismo real” , publicada em 1977 e que custou uma condenação de 8 anos de prisão para seu autor.

Em 1969, Kuron foi condenado a 3 anos de prisão e Modezlevski a 3 anos e meio.

Em resumo, a carta propõe:

Supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Que a classe operaria organize seu controle do trabalho;

Controle das condições e objetivos do trabalho nas fábricas pelos Conselhos Operários;

Os Conselhos operários enviaram Delegados operários em nível nacional: estes delegados (eleitos, revogáveis) deverão ser a armadura do Estado proletário;

Pluralidade dos partidos. Supressão da censura. Não ao regime parlamentarista atomizando a opinião ;

Sindicatos independentes do Estado. Direito efetivo de greve econômica e política;

Instrução geral operaria articulada à produção;

Não a armada regular permanente, nem polícia política. Milícia operaria

subordinada aos Conselhos;

As empresas agrícolas do Estado devem proceder à uma industrialização rural progressiva.

Pierre Naville aponta 3 pontos da revolução política do Estado: supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Naville dá outra tradução:

reapropriação dos meios de produção pelos conselhos operários, isto é, supressão da propriedade estatal do aparelho produtivo. Esta reapropriação pode ser de vários modos (inclusive o sistema de autogestão yugoslavo). de todos modos, ela pressupõe uma política permanente de controle operário e uma nova forma de planificação.

A organização da estrutura do Estado proletário por uma pirâmide de Conselhos de trabalhadores, a eliminação do parlamento fictício, e a abolição da ditadura do partido único;

O terceiro ponto, chave de tudo: é inútil pensar que um país ou uma sociedade possa viver sem poder burguês capitalista na ausência de partidos políticos e de associações organizadas. O jogo das estruturas transitórias do Estado só ocorrerá na medida em que os partidos socialistas são livres de agir, nos Conselhos ou noutros espaços,

Isto supõe que os partidos, jamais o partido único, não tenham um monopólio na direção do estado, constitucionalmente ou não... Isto significa que os partidos são apenas um elemento na prática das opções feitas sob diferentes formas pela população.

Na segunda parte desse ensaio, retomaremos as idéias de "A Carta Aberta ao POUP".

Vamos iniciar pela Jugoslavia, por ter sido a primeira experiência, iniciada em 1950, mas também por ter tido longa duração.

### **1. YUGOSLÁVIA: A autogestão como sistema histórico**

Os primeiros passos e os pressupostos da autogestão na Jugoslavia, foram criados durante a insurreição popular da guerra de libertação (1941-1945), que criou novos órgãos revolucionários do poder: 'os comitês populares de libertação'. Estes 'comitês populares', com uma dinâmica de 'democracia direta' e de 'autogoverno'. Eram responsáveis pela gestão dos bens e da economia pública dos territórios liberados. Já na época da guerra de libertação, a gestão das fábricas era feita pelos trabalhadores; por exemplo, a fábrica de antimônio de KRUPANJ, uma cidade do território liberado da Sérvia ocidental, em setembro de 1941, por

decisão do comitê popular, foi eleito um ‘ conselho operario de fabrica” , que geriu com sucesso a fabrica ,até a retomada do território pelos alemães. Foi um exemplo único de autogestão operaria na Europa ocupada.

Em seguida,outras fábricas em territórios liberados, a Uzice,a Cacak, passaram por experiências de autogestão.

O sistema yugoslavo de autogestão foi se constituindo aos poucos, por etapas. Os autores yugoslavos assinalam 5 fases principais:

1949-1953

1953-1963

1963-1974

1974-1978

1978-1983

Vejamos as características principais de cada uma destas etapas.

### Primeira etapa (1949-1953)

Esta primeira etapa abrange os inícios, modestos, da autogestão: a formação dos ‘conselhos operários” nas fábricas estatais e, as primeiras mudanças no sistema econômico ,de administração centralizada, com o objetivo de criar os espaços para o desenvolvimento das relações de autogestão.

Os primeiros ‘conselhos operarios’ foram formados a partir da Instrução do Tribunal econômico federal e dos Sindicatos, dezembro 1949, que,apesar de manter as posições do ‘diretor de empresa’ e do sindicato,já assinalava o ‘conselho operario’ como o principal órgão de gestão:

“ Os coletivos de trabalho realizam a gestão por meio dos conselhos operários e dos comitês de direção de empresa”. Os conselhos eram eleitos por todos os trabalhadores (operários e tecnicos) com base no voto secreto. A partir de uma lista de candidatos apresentada pelo sindicato ou por um grupo de operários; inclusive,existia a possibilidade de revogação de mandatos.

O conselho operário podia contar,nas garndes empresas, de 15 a 120 membros;nas

[X1] Comentário: Fica assim, sem comentário ou nome?

[X2] Comentário: Fase ou etapa?

pequenas empresas, com menos de 30 trabalhadores, o conselho era formado pelos 30 trabalhadores. Por sua vez, o 'comitê diretivo da empresa' (3 a 11 membros), era eleito e podia ser revogado pelo 'conselho operário'.

As primeiras eleições para os conselhos operários foram realizadas entre agosto e outubro de 1950. As atividades dos conselhos de autogestão se davam ainda no quadro do sistema de direção estatal da economia.

Nesta primeira fase, a posição autogestionária dos trabalhadores nas empresas foi articulada com mudanças no sistema econômico e na vida política. Assim, no V Congresso do PCY, em 1952, foi decidido sua transformação em "Liga dos Comunistas". Esta mudança de nome tinha por conteúdo a vontade política de impedir o processo de burocratização dos aparatos do Partido e do Estado. Gradualmente, foi abandonada a estrutura hierárquica de direção estatal da economia. Vários ministérios foram abolidos e transformados em conselhos (órgãos estatais)

Em 1952, a nova lei sobre os 'comitês populares', organismos de base do poder, ampliou a área do autogoverno local e abriu espaços para descentralização em níveis econômico e político.

Em 1953, foi a vez da nova Constituição que fornecia as bases constitucionais a autogestão e as novas transformações sociais. A nova Constituição ampliou os espaços de autogestão dos trabalhadores: introduziu o "Conselho de produtores" (eleito pelos trabalhadores organizados em forma autogestionária por ramo de produção) que funcionava como uma 'segunda Câmara' do máximo corpo representativo (Assembléia) em níveis de distrito e comunas. Desta forma, reforçava-se o influxo político direto do trabalho associado, organizado em forma autogestionária, no conjunto da sociedade.

### **Segunda Etapa (1953-1963)**

Esta etapa se caracterizou por mudanças sociais profundas e rápidas, tanto na esfera política quanto na econômica. Abarcaram 4 direções.

A **primeira direção** diz respeito à extensão da autogestão `a novos setores do trabalho e da vida social, que estavam fora do campo da autogestão na primeira etapa. Em 1944, a autogestão operária foi ampliada ao setor das ferrovias, aos correios, telégrafos e telefones, e, também, aos serviços públicos, tais como transporte urbanos, limpeza urbana, água. Em nível municipal, os órgãos do poder local (comitês populares) podiam intervir nas atividades da Empresa do setor (por exemplo, aprovação de preços nos transportes

urbanos).Um controle social também operava em outras empresas. Assim,surgiram os 'Comites dos consumidores",relativos as empresas do comercio em varejo e, os "Conselhos editoriais" nas empresas jornalísticas e editoras.

Portanto, a autogestão se estendia a vários setores da 'atividade social extra economica'.Este processo tinha como base jurídica a Constituição de 1953. Seu artigo 4,garantia a 'autogestão do povo trabalhador nos setores da educação, da cultura e dos serviços sociais". As escolas,os hospitais,as instituições culturais e científicas,transformavam-se em organização do trabalho autogerido,em que todos os trabalhadores decidiam sobre a organização do trabalho, os salários,a politica de desenvolvimento e elegiam os seus próprios órgãos de autogestão.

Os órgãos de autogestão nesta área dos serviços sociais (comitê,conselho) eram compostos por membros de dois tipos: os que eram eleitos pelos trabalhadores do serviço em questão , e os que eram delegados das instituições ou dos cidadãos interessados.

Todavia, estes organismos dependiam diretamente de financiamentos estatais, o que limitava a base material do desenvolvimento da autogestão.Para superar estes limites, foram criados 'fundos financeiros' autônomos.Estes 'fundos' eram dirigidos por comitês compostos por representantes dos trabalhadores dos serviços em questão, de cidadãos interessados e de representantes de toda a comunidade.

A **segunda direção** do desenvolvimento da autogestão foi constituída pelo aprofundamento das relações autogestionárias,pela descentralização e democratização do processo de tomada de decisões no interior das empresas e da organização do trabalho. O artigo 126, da "Lei sobre as relações de trabalho",janeiro 1958, estabelecia que " os coletivos de trabalhadores decidem autonomamente as contratações e as demissões e outras questões relativas ao estatuto do trabalhador".

A **terceira direção** reforçou a independência da empresa e da extensão dos direitos dos coletivos de decidirem sobre a renda produzida . Este processo foi lento. Contudo, o monopólio estatal permaneceu intacto em relação ao direito de dispor da reprodução ampliada (investimentos). Em 1957 e 58,novas leis ampliaram os direitos dos coletivos de trabalho.

Em 1957, foi realizado o primeiro Congresso dos 'conselhos operarios" da Yugoslavia,que trouxe um forte impulso `a autonomia da empresa e a poder dos trabalhadores. Lei de 1961, significou outro grande passo: a repartição da renda entre a fabrica

e a comunidade social, afastando os órgãos do Estado deste campo. Os fundos da empresa ficam subdivididos em: fundo de gestão, fundo de reserva e fundo de consumo coletivo.

O Estado ainda controlava e regulava os preços de 70% dos produtos e, todo o comércio exterior.

A **quarta direção** investia no setor da organização política, buscando democratizar o sistema político: ampliação do 'auto-governo local' e transformação em todo o sistema de decisões políticas. Em 1955-56, ocorreram mudanças no campo das 'comunas', comunidades sócio-políticas (território), buscando articular os interesses pessoais dos trabalhadores com os interesses coletivos de toda a comunidade. No nível da comuna, poderia haver uma participação real dos trabalhadores-autogeridos nas decisões políticas relativas aos interesses coletivos e sociais.

Nesta perspectiva, a descentralização tirava 'negócios' do Estado e transferia para as comunas; associações de comunas substituíam o centralismo da hierarquia estatal; os 'distritos' transformaram-se em 'consórcios de comunas'. Assim, a maior parte da ação estatal frente as empresas e das instituições de autogestão, passou para competência da comuna e, sobretudo, para competência comunal e do seu conselho de produtores.

### **Terceira Etapa ( 1963-1974)**

Esta etapa apresenta uma grande mudança em todo o sistema socio-econômico e político. A base principal foi o esforço, para por em mãos dos trabalhadores, o controle direto do trabalho associado com base na autogestão, de todo o 'capital social'. Na verdade, o sistema sócio-econômico yugoslavo apresentava, ainda nesta época, um dualismo: de um lado se desenvolvia a autogestão nas fábricas e nos serviços sociais e, de outro lado, a gestão dos meios destinados a reprodução ampliada permanecia nas mãos dos órgãos do Estado, sobretudo, em nível Federal.

Em 1961, surgiram tendências econômicas negativas: queda da taxa de desenvolvimento (antes tinha sido a maior do mundo), queda da produtividade, baixo grau de utilização do potencial produtivo. O monopólio estatal sobre a gestão dos meios de reprodução ampliada foi apontado como causa destes fenômenos. O 5º Congresso da União dos sindicatos do país (1964) e o 8º Congresso da LCY, dedicaram todo o tempo a discutir as mudanças do sistema econômico e o papel do trabalho associado no campo da reprodução

ampliada.

Assim, em 1964, houve avanços no sentido da “desestatização” da gestão do ‘capital social’: abolição dos fundos de investimento da comunidade sócio-política (Estado) e a transferência de seus recursos para os BANCOS, que foram transformados em órgãos econômicos autônomos e autogeridos. Em 1965, foi a vez da ‘reforma econômica’, que trouxe mudanças importantes. Por exemplo, em 1961, as organizações econômicas dispunham diretamente do 29,5% dos meios destinados aos investimentos fundamentais, os 7,9% era gerido por instituições e 0,9% pelos bancos. A maior parte dos meios de investimento era administrada pelo Estado: os fundos de investimento da comunidade sócio-política (federação, república, regiões e comunas) compreendiam 61,7% de todos os meios financeiros destinados aos investimentos.

Dez anos depois (1971), este quadro mudou radicalmente: as organizações geriam 26,8% dos meios de investimento, as instituições 7,1%, os bancos 50,9%, enquanto a incidência da comunidade socio-política caiu para 15,2%. Assim, os bancos passavam a ter a gestão da maior parte dos meios de investimento.

Em relação à autonomia nas empresas, houve mudanças relativas à posição dos quadros dirigentes (diretor) e o direito obtido pelos coletivos de trabalho para regular de forma autônoma os problemas da organização e da gestão e da direção das empresas. Assim, a lei (1964) sobre as eleições dos órgãos de autogestão na organização do trabalho introduziu a reeleição obrigatória do diretor a cada 4 ou 5 anos.

Em 1968, ocorreram emendas à Constituição que introduziram mudanças radicais na autogestão. Os coletivos de trabalho passaram a estabelecer autonomamente a estrutura, a modalidade de eleição, a duração do mandato, as funções e as competências dos órgãos de autogestão. Toda organização do trabalho associado era obrigada a eleger seu conselho operário. Nesse contexto, a partir de 1965, surgiram a partir das experiências dos operários, novas formas de associações autogestionárias entre as diversas esferas do trabalho social: a “Comunidade de Interesse Autogerido”, substituindo os órgãos estatais.

Vários aspectos da reforma econômica não favoreceram os trabalhadores. Por exemplo, a empresa autogerida, obrigada a créditos bancários para os investimentos, se encontrou dependente dos bancos. Os bancos, formalmente autogeridos, na prática estavam submetidos aos fatores políticos (funcionários estatais e diretores de grandes empresas). Formou-se centros independentes e com grande poder econômico, um tipo de ‘capital

financeiro', sem controle social e autogerido. Assim, o poder arbitrário dos grandes bancos, junto com outros fatores, minavam as relações de autogestão. O desequilíbrio no grau de sub-desenvolvimento econômico de algumas regiões do país, a posição do banco central, propiciavam o surgimento de descontentamento e conflitos de interesses regionais e nacionais.

No próprio campo do trabalho, reforçou-se a 'posição e influência da 'tecnocracia', dos grupos empresariais profissionais, usurpando os direitos autogestionários.

Nos primeiros anos da reforma econômica (1965-1971), a usurpação tecnocrática dos direitos de autogestão encontrou expressão na organização social e no plano social. Estes problemas levaram a um processo que terminou com uma nova Constituição em 1974.

Neste sentido, no 2º Congresso dos Autogestores do país (maio 1971) ,, a classe operária organizada na autogestão, demonstrou o apego à linha do desenvolvimento social fundado na ideia da autogestão, como sistema global de organização da sociedade socialista.

#### **Quarta Etapa ( 1974 -1978)**

Esta etapa tem por características principais os esforços para viabilizar estrategicamente o sistema de autogestão, expressos na nova Constituição (1974) e na "Lei do Trabalho associado" (1976). Na fase anterior, estes esforços esbarraram e foram quase anulados pelo poder reforçado da tecnocracia nas empresas e em outros níveis da sociedade.

A luta de classes pressionava no sentido de uma resolução deste dualismo . Desta disputa, surge o conceito de 'Organização de Base do Trabalho Associado'(OBTA), que suprimia algumas ambigüidades no campo jurídico do conceito de 'fabrica' ( que subentendia uma estrutura hierárquica, separação da função de gestão da função de produção, etc).

Os organismos dirigentes das OBTA eram constituídos com base no 'princípio de delegação". Dados do "Anuário estatístico da Jugoslavia" de 1978 , indicam que , em 1977, existiam no país, 16.402 "organizações de base do trabalho associado" que faziam parte de mais de 2 .000 organizações de trabalho com duas ou mais organizações de base; existiam outras 14.785 organizações de trabalho, que por seu tamanho ou por circunstâncias, não eram compostas de OBTA.

O elemento fundamental de todo o sistema político-social é que este novo sistema

não se funda mais no cidadão, entendido como indivíduo isolado ou como eleitor que transfere a outros o direito de decisão, mas se funda sobre o trabalhador-autogestor. Este trabalhador-autogestor pode exercer seu poder diretamente no âmbito do seu mais próximo ambiente de vida e de trabalho associado. em qualidade de habitante de bairro, na comunidade de habitação autogerida, e, na qualidade de indivíduo com uma base social organizada, satisfaz sua própria necessidade e também dos familiares nos setores da cultura, da educação, da saúde, etc e, na comunidade de interesse autogerido.

A introdução do sistema de delegação criou uma vasta rede de delegados eleitos, em diversos níveis e organizações. O monopólio detido pelo Partido e pelo estado cede cada vez mais espaço ao pluralismo dos interesses autogestionários organizados, os quais se incluem diretamente no processo decisório em todos os níveis sociais.

Este 'sistema de delegação' abre a perspectiva de uma completa socialização do sistema político, de uma substituição sempre maior da estrutura estatal. O 'esqueleto institucional' do 'sistema delegação' é o seguinte:

a) as delegações são constituídas por trabalhadores eleitos com o objetivo de realização de forma direta dos próprios direitos, deveres e responsabilidades, na esfera da 'assembléia da comunidade sócio-política', formada por:

- organização de base do trabalho associado e na coletividade de trabalho;
- cooperativas camponesas e artesãs;
- coletividade de trabalho dos órgãos estatais;
- na comunidade de moradia;
- na organização sócio-política.

b) Os delegados são eleitos por suas organizações e comunidades;

c) A assembléia da 'comunidade sócio-política' é composta por órgãos do auto-governo e constituem o máximo órgão do poder no âmbito dos direitos e dos deveres da correspondente comunidade sócio-política

Conforme os aspectos principais (produtivo-trabalho, territorial, político) da organização autogestionária dos trabalhadores, cada assembléia das comunas, da república e das regiões autônomas, é composta por:

- do conselho de trabalho associado, que é o 'conselho dos trabalhadores da organização de base do trabalho associado e de outras organizações ou comunidades autogeridas';
- do conselho sócio-político, que é o conselho dos trabalhadores e dos cidadãos reunidos na organização sócio-política";
- o conselho da comunidade de moradia (na assembléia das comunas), que é o conselho dos delegados dos trabalhadores da comunidade de moradia".

Enfim, desta mesma 'base delegatoria' , nascem a 'assembléia das comunas', a 'assembleia das regiões autonomas', a 'assembleia da republica' e, a 'Assembleia da Republica Socialista da Federação Yugoslava". Todas são constituídas com base no mesmo principio e formadas por 3 conselhos. Só a Assembléia da RSFY , é formada por dois conselhos: o conselho federal e o conselho das repúblicas e regiões autônomas.

Este 'sistema de delegação' deveria representar uma forma de constituição e de ação dos órgãos de decisão política , diferentemente do sistema da democracia parlamentar político-representativa, e mais próximos da expressão direta e autentica dos interesses históricos da classe operaria e do trabalho associado.

### **Autogestão nas empresas**

Em todas as empresas há 2 estruturas fundamentais: os órgãos de autogestão e os órgãos de execução. Os de autogestão, representam a estrutura de decisão e poder; seu órgão principal é o Conselho Operário, eleito pelo conjunto de trabalhadores. É o Conselho Operário que elege o Comitê de gestão; também, elege o Diretor entre os candidatos que se apresentam , após um concurso publico. Este Diretor é submetido à reeleição a cada 4 anos.

Nas pequenas empresas, é o coletivo dos trabalhadores que assume o papel do Conselho Operário.

### **Autogestão social**

A Constituição yugoslava garante desde 1953, o direito à autogestão fora das empresas: é o que se chama 'autogestao social'; nas empresas é chamada de 'autogestão operaria'. No plano social , a autogestão compreende:

- as instituições de gestão social (ensino, saúde, cultura, etc);

-os serviços sociais (segurança) e os serviços de Estado (bancos, seguros, administração).

A 'autogestão operária' evidentemente, é diferente da 'autogestão social'. Nas empresas, são os operários que criam renda pelo seu trabalho, enquanto que, nas instituições sociais, os trabalhadores não criam renda. Só podem gerir o orçamento que lhes é atribuído. Há outra diferença: os poderes públicos (município, república e federação) guardam um controle sobre as instituições sociais.

Buscou-se a independência das instituições sociais em relação aos poderes públicos: em 1966, foram criadas as 'Co-unidades de Ensino', para tirar o ensino da burocracia do Estado. Estas comunidades eram financiadas de dois modos: por um imposto de renda, cuja importância era fixada pelo Estado e, pelas Empresas, organizações sociais, etc; utilizavam os serviços de educação ou de formação permanente.

Neste sentido, foi proposto um projeto em 1971, de "Comunidades de Interesse". Essas comunidades reuniam os trabalhadores de uma instituição social e os que se serviam dos serviços. Nos Bancos, nos seguros sociais e na administração, a autogestão é menos desenvolvida que no ensino e na saúde. Os conselhos e os comitês limitavam-se, de fato, aos problemas de gestão dos empregados e à organização do trabalho.

### **Autogestão e vida política**

A autogestão no campo do poder político traduzia-se de duas maneiras: numa ampla descentralização da vida política e numa tentativa de redefinição das relações entre eleitos e eleitores, representados e representantes.

A Jugoslávia era um Estado federativo, composto por 6 Repúblicas e 2 províncias autônomas, todas usufruindo de uma grande autonomia. As Repúblicas e as províncias, representadas igualmente na Federação, tinham o direito de veto sobre as decisões importantes da Federação. O papel desta limitava-se a política estrangeira e defesa nacional.

A 'comuna' representava o elemento de base da autogestão no campo político. É o lugar de coordenação da atividade dos órgãos de autogestão. Para facilitar uma coerência econômica e reduzir a administração abusiva, o número de 'comunas' foi bastante reduzido: 500 'comunas'.

Em um país descentralizado e atomizado, a LC, garantia, pela centralização e por sua

ideologia, significa um elemento de manutenção da segurança social: estava presente em toda parte, através de seus membros nas fábricas, nas comunas, nas instituições sociais, etc. Desta forma, o papel dirigente da LC foi impulsionado junto com o desenvolvimento da autogestão.

A nova Constituição previa um sistema de 'delegação', para abolir o sistema clássico de 'representação': os deputados eleitos mantinham seus postos de trabalho e eram controlados pelos próprios eleitores.

Para Kolm, a nova Constituição Yugoslava se expressará em sua "realização no campo da economia com caráter revolucionário. A empresa desaparece. A entidade fundamental se transforma em "Unidade de Trabalho Associado de Base" (UTAB). Seus trabalhadores devem encontrar-se fisicamente próximos, e serem pouco numerosos, para que as decisões possam ser tomadas por democracia direta... Várias UTABs se associam em uma Unidade de Trabalho Associado (UTA), que pode ser, por exemplo, uma antiga empresa. Porém, uma UTAB pode pertencer a várias UTA cujas unidades de base utilizem seus produtos ou serviços, ou lhes forneçam os seus. Daí, surge o modelo de Plano. As UTAB estabelecem entre elas, livremente, contratos a médio prazo de subministrar seus produtos, indicando também os preços. O conjunto destes contratos constitui o Plano".

No conjunto, a autogestão Yugoslava era uma pirâmide de elos e relações desde as unidades de base até o Parlamento. O sistema autogestionário buscava assegurar a influência mais forte dos trabalhadores em relação aos órgãos representativos. A Assembléia federal compreendia 5 'camaras' ou "Conselhos"; três dos quais eram formados de representantes das organizações autogeridas dos trabalhadores dos principais setores da atividade social (economia, educação e cultura); o quarto 'Conselho', eleito diretamente pelos cidadãos, era o das 'comunidades locais'. Enfim, o "Conselho das Nacionalidades", composto por deputados eleitos e delegados, pela Assembléia das Repúblicas e das Províncias socialistas.

Uma política de desestatização estava em processo no país. As decisões eram muito descentralizadas em nível de República e comunas. Assim, o Estado em nível federal não controlava as instituições como ensino e saúde. As empresas eram totalmente autônomas; as comunas eram pequenos estados. Todavia, as instituições 'socio-políticas' (a Liga dos Comunistas, os Sindicatos e a Aliança Socialista) eram fortemente centralizadas.

A estrutura e a concepção de partido (a LC) eram próximas do modelo 'leninista' clássico. Esta situação, de um partido centralizado e único, numa sociedade descentralizada, reforçava seu papel de centralizador político. De qualquer forma, diferentemente dos outros

países do leste da Europa, onde os PCs se apoiavam numa ampla burocracia, na Jugoslávia, a LC era mais um centro de ortodoxia ideológica do que um aparato burocrático.

Alguns dados oficiais indicam que, no início dos anos 70, havia 11.000 conselhos operários, com um total de mais de 220.000 membros (170.000 operários e 50.000 funcionários). Cerca de 50% eram mulheres e jovens. Contava-se mais de 1 milhão de pessoas que tinham passado pelos órgãos de autogestão operária.

Para 1964, no setor socializado havia 3.668.000 empregos, em que 1.362.000 na indústria de manufatura, 376.000 na construção e 346.000 na agricultura. Em 1961, no setor privado, a agricultura tinha 4.551.000, cifra que diminuía progressivamente. O ganho mensal dos operários na indústria em 1963 era de 28.000 dinares\*, as calorias por habitante eram de 3.116. De 1953 à 1963, 1.600.000 trabalhadores foram integrados na produção.

Pierre Naville realizou trabalhos importantes sobre a autogestão na Jugoslávia. Sobretudo, no que diz respeito ao poder dos trabalhadores, suas greves e a questão salarial. Partindo do estudo do yugoslavo N. Popov "As greves na sociedade yugoslava contemporânea" (Belgrado, 1969), apresentado nos debates na "Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação" (Dubrovnik, 1972), Naville nos fornece um 'quadro' das greves no país.

A primeira greve 'reconhecida' e admitida ocorreu de 13 a 15 janeiro 1958, quando cerca de 4.000 mineiros de Trbovlje e de Hrastovik, na Slovenia, operários, técnicos, engenheiros e empregados, entraram em greve para protestar contra o baixo nível das rendas; nas minas de Pagorje de carvão de Savi, 1.200 operários fizeram greve de um dia em solidariedade. Eis os dados:

Ano	Nº de greves	%	nº de grevistas
1958	28	1,6	-
1959	35	2	-
1960	61	3,5	-
1961	130	7,4	-
1962	225	12,8	-

1963	213	12,2	-
1964	271	15,5	11.000
1965	231	13,2	9.000
1966	152	8,7	-
1967	118	6,7	16.762
1968	148	8,5	19.206
1969 (8 meses)	138	7,9	21.629
Total	1.750	100	77.597

Fonte:

[X3] Comentário: Apresentar origem destes dados.

70% dos conflitos surgiram na Servia, na Croácia e na Slovenia, as repúblicas mais industrializadas da Federação Yugoslava. E, entre 27 ramos de produção, a metalurgia, o têxtil e florestal, agrupam mais da metade das greves (240 sobre 512), são os ramos em que os salários ficam abaixo da escala de rendas.

#### Quadro ? Dados de greves por ramo na Federação Yugoslava

Ramo de Produção	Nº de Greves	%	Nº de Grevistas
Metalurgia	123	24,50%	14.623
Têxtil	55	10,8%	13.823
Florestal	62	12,2%	6.781

Fonte:

[X4] Comentário: Conferir número do quadro. Ver se o título está adequado.

[X5] Comentário: Inserir fonte dos dados.

80% das greves ocorrem com a participação de membros dos conselhos operários, dos comitês de gestão e de outros órgãos da autogestão. A principal causa imediata das greves é relativa à renda.

### Dados sobre causas das greves

[X6] Comentário: Conferir número. Ver se o título está adequado.

Causas	Nº de greves	%	Nº de grevistas
Renda baixa	134	26,6	19.049
Organização do trabalho - Sub-desenvolvimento da autogestão	67	14,9	10.423
Diferenças abusivas de renda	164	36,4	20.472
Más condições da atividade e posição ruim no mercado	202	90,6	32.120

P.Naville estuda as relações de trabalho no sistema de autogestão da Jugoslavia, para chegar a algumas conclusões sobre a questão fundamental: “ a força de trabalho deixa de ser um valor de troca ? “ .

Esta questão é subjacente ao grande debate iniciado em 1943, na URSS, pelo economista Leontiev, sobre o “Mercado Socialista”. O autor elogia a coragem dos jugoslavos relativos aos dados sobre “conflitos de classes”, fornecidos pelos sindicatos: pela primeira vez há dados sobre greves no leste europeu. Geralmente, estes movimentos são camuflados sob nomes como “interrupções de trabalho”, “conflitos”, “sabotagens”.

Partindo de um estudo de Neca Jovanov sobre a *relação entre a greve como conflito social e a autogestão como sistema social*, apresentado na Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação, (1972), Naville tira algumas conclusões. Os motivos que produziram as explosões de Gdansk e Szezin na Polônia (em 1970), são também os motivos que levaram a onda de greves jugoslavas.

As greves surgiram e se desenvolveram com o aumento numérico relativo e absoluto da classe operária, com sua concentração crescente, e com o desenvolvimento das relações de autogestão. Em 1972, os operários (setor econômico) eram 4 milhões de pessoas, crescendo cerca de 200% em relação a 1950. O setor ‘não-econômico’ aumentou ainda mais, de 22% ,

mesmo que sua grandeza absoluta seja inferior. A parte da população agrícola na população total recuou de 60,7% para 36% de 1953 à 1971, com fortes diferenças segundo as regiões: de 18% na Slovenia à 50,1% na província de Kosovo. Devemos juntar um forte contingente de desempregados (320.000 em 1970), e de trabalhadores que saíram do país (mais de 800.000 em 1970).

As greves não são contra a autogestão, mas devido as suas condições sociais e materiais. O sistema de autogestão e de gestão social-estatal comporta uma dupla oposição: entre categorias de operários (e assalariados em geral), e entre o conjunto dos operários e o aparelho burocrático do Estado. O que se revela abertamente na Jugoslávia é justamente o que se oculta na URSS", conclui Naville.

Naville analisa a estrutura de poder:

A autogestão é constituída por coletivos de trabalho na base, através de mecanismos de representação e órgãos de decisão autônomos. Entretanto, à estes centros de decisão primários (base) se superpoem outros, de natureza regional (República) ou federal, que têm o controle do poder do Estado sob a forma de mecanismos econômicos centrais, sobretudo, bancários e de planificação; instituições políticas (assembleias parlamentares) e os órgãos de segurança, sem contar o poder do partido (liga dos comunistas).

Assim, "Longe de trabalhar indistintamente para sociedade, o assalariado continua a trabalhar, ao mesmo tempo, para ele mesmo, para outros, mesmo que sejam outros assalariados. A exploração subsiste, mas sob uma nova forma que chamamos de Exploração Mútua". Esta é a tese de Pierre Naville sobre a questão do valor de troca nos socialismos de Estado.

Enfim: "Um modo particular de exploração, a 'exploração mútua', existe ainda nos regimes de socialismo de Estado, mesmo que, como é o caso da Jugoslávia, haja sido iniciado um corajoso processo de autogestão". Analisando o quadro de greves:

Quem são principalmente os grevistas? Os operários da produção. Quem são seus adversários? Segundo os casos, diretamente ou não, os quadros dirigentes ou outras categorias de trabalhadores. Porque fazem greve? Antes de tudo, para defender e melhorar seus salários, que na Jugoslávia se chama de "renda pessoal".

O filósofo do grupo "Práxis", Mihailo Markovic assinalou as três contradições que

atravessavam as experiências da maioria dos países do Leste europeu:

1ª) subsiste um conflito permanente, frequentemente latente, entre a burocracia reinante e o povo dos trabalhadores sem poder;

2ª) há uma guerra constante entre as diferentes camadas e frações da burocracia;

3ª) enfim, manifestam-se sempre, apesar dos esforços do poder central para exercer seu controle absoluto sobre os grupos de direção nas repúblicas nacionais no plano local e regional, as tentativas destas repúblicas para ampliar a autonomia e o poder em seu próprio solo, o que desenvolve de uma parte, as tendências secessionistas, de orientação particularista, e de outra parte, contra-medidas centralizadoras: campanhas contra as minorias nacionais, depurações, intervenções militares, que assumem no cenário internacional um caráter claramente imperialista”.

Na mesma perspectiva, MARKOVIC , analisando “as contradições internas dos Estados de constituição socialista” , em 1975, já assinalava os perigos destes ‘conflitos nacionais”:

Uma outra evolução desfavorável porque retrograda, seria a modificação do caráter da oposição: se ela substitui o conflito social não resolvido por seu sucedâneo o conflito nacional(...)”.

Façamos um breve parentesis: em agosto de 1989, Jacek Kuron ,militante da oposição polonesa, em sua residência na rua Comuna de Paris, em Varsóvia, nos falava sobre o que ocorria naquele momento no Leste e na própria Rússia . Exatamente, nos dizia que as contradições nacionais já tinham superado as contradições sociais, e que a situação era incontrolável. Com estilo irreverente ,concluía: vai ser uma merda! Infelizmente, e mais uma vez em sua vida, Kuron acertou!

Continua MARKOVIC:

As raízes destes conflitos são múltiplas: tradições históricas, injustiças cometidas, disparidade hereditária em nível do desenvolvimento , desempenham um certo papel. Mas, o fator predominante para nós, é o papel da burocracia no surgimento das tendências nacionais dentro das federações multinacionais.

As burocracias da federação, assim como a das unidades nacionais, são responsáveis do crescimento das forças nacionalistas: a burocracia central, baseada no centralismo único, do tratamento uniforme e não diferenciado de todas as unidades nacionais e no direito do poder central de intervenção (...). A burocracia nacional condena o nacionalismo mas tende ao mesmo tempo a favorece-lo.

Em sua análise dos 'cinco comunismos', G. MARTINET assinala as contradições existentes dentro do PC e do sistema político: " Tudo provem da crescente autonomia de que dispõe cada partido nacional (sérvio, croata, esloveno, montenegrino, bosniano e macedônio ), sendo esta autonomia a consequência da política de descentralização econômica. Não existem no seio do Governo e do Parlamento iugoslavos tendências de direita e tendências de esquerda, mas sim uma fração croata, uma fração servia, uma fração macedônia, etc que defendem posições diferentes, segundo os interesses das repúblicas que representam...o pluralismo intriduziu-se no partido, mas pela via étnica".

Após a morte do marechal Tito (1980), todos os problemas se agravariam de forma incontrolável. Yvon Bourdet e J. Pluet, em artigo na revista "Autogestions" ( n.4 – 1980), traçaram os cenários possíveis:

Reconhecimento de que a estruturação atual dos poderes em todos os níveis tornará impossível o retorno à um poder fortemente autoritário e a Jugoslavia se engajará no caminho de uma profunda liberalização utilizando todo o potencial do sistema autogestionário, com todos os riscos que este caminho provocara em forças que resistirão por se sentirem ameaçados.

Ou, apoio das em eventuais ameaças entre algumas repúblicas – os partidários do modo autoritário, com apoio das forças armadas e de uma polícia ainda indecisa, decidirão virar a roda da história em sentido contrário e defenderão a volta aos métodos que tornarão a autogestão um triste espólio e liquidarão 25 anos de história.

Infelizmente, entre diversos problemas, o tradicional antagonismo entre Servia e Croácia, levou ao prevalectimento do segundo destes cenários: a barbárie se instalou com uma guerra fratricida, marcada pelo fundamentalismo e a xenofobia, com elementos de genocídio.

Bourdet e Pluet atestam a importância da experiência ocorrida na Jugoslavia:

A Jugoslavia submeteu –em suas condições específicas- autogestão a prova da experiência dos fatos. E, desta forma, podemos falar de um verdadeiro laboratório com dimensões de um país inteiro. Se há apenas um mérito a conceder a esta experiência é o de existir; e, por este fato, de estimular a reflexão sobre a autogestão, a análise de suas contradições, o exame de suas virtualidades.

Vamos dar destaque a leitura que TONI ANDREONI fez da experiência jugoslava,, pelo

fato de ser do início dos anos 2000, após uma própria avaliação feita pela própria história, e mais de 10 anos após a derrota geral do 'socialismo real' com a queda do Muro de Berlim e a crise na URSS em 1992.

T.Andreoni em sua obra "Le Socialisme Est (A)venir.L' Inventaire" ,Tomo 1 (2001), na parte em que analisa o "Legado Histórico" das 'experiências 'socialistas", destaca a importância da experiência Yugoslava:

Vou me dedicar mais longamente a experiência yugoslava, porque ela foi o único exemplo histórico de longa duração de socialismo autogestionário, porque ela interpelou os socialistas do mundo inteiro mais que fossem hósta a ela (lembramos da excomunhão do 'tismo') e porque ela inspirou muitas pesquisas teóricas atuais.

T.Andreoni extrai "Algumas Lições da experiência yugoslava". Para Andreoni, "A Yugoslavia foi antes da Hungria e durante mais de 30 anos, um verdadeiro laboratório do socialismo de mercado".

Essa experimentação histórica infelizmente só suscitou hostilidade na URSS e nos outros países que se reclamavam do socialismo real ( fora de alguns círculos restrito de partidários de uma reforma profunda ) e apenas interessou à esquerda revolucionária no Ocidente que por suas inovações autogestionárias. Mas,ela inspirou obras interessantes, que deveríamos reler hoje, ao invés de esquecer uma história apaixonante,sob o pretexto de que acabou no caos.

E,T.Andreoni explica a razão dessa atração:

Se a Yugoslavia foi um terreno de experimentação, dos mais apaixonantes,é porque ela tentou, em uma longa duração e através de várias mudanças de eixo, de conciliar os aspectos mais positivos do sistema cooperativo ( autogestão, inserção no mercado ) com os da propriedade pública, mais social que estatal.Podemos tirar desse fato ensinamentos particularmente esclarecedores.

Em primeiro lugar, Andreoni conclui que

A economia yugoslava sofria tanto de uma ausência de mercado quanto de uma falha de Plano. A fraqueza do Plano está na origem das desigualdades regionais (a separação entre regiões ricas e pobres duplicou). A concorrência entre as empresas levou-as a procurar no estrangeiro os melhores meios de produção , o que aumentou o déficit externo

**[X7] Comentário:** Aqui, inicia uma sequência de citações com brevíssimo ou sem comentário. Sugestão: comentar as citações, intercalando escrita do Cláudio com trechos do Andreoni.

(multiplicou por 4).

(...). Na ausência de um mercado os direitos de propriedade e de controle exercido pelos acionários, como no sistema capitalista, as empresas sociais, que não são submetidas às pressões orçamentárias das cooperativas, tomaram riscos excessivos em matéria de investimentos, de efetivos e de remuneração. A autogestão 'socialista' se opõe ao rigor das 'leis do mercado'. Mas, ao mesmo tempo ela sofre as consequências, pois, quando o enquadramento e o plano tornam-se pesados, ela não dispõe de outro regulador suficientemente eficaz. Os empresários e apoderados do poder, porque têm a missão de serem competitivos e de obterem lucro e jogam todo o peso no sistema de crédito.

Qual saída nessa situação, pergunta Andreoni?

Faltou, para o sistema ser eficaz, de uma parte que o mercado de emprego fosse fortemente regulado, de modo a assegurar a mobilidade da mão de obra sem a penalizar e a conter a hierarquia das remunerações e, de outra parte, que o sistema bancário jogasse plenamente seu papel, ou seja, distribuir os créditos segundo os critérios puramente de mercado, mas ao mesmo tempo, segundo as orientações do plano às empresas.

Todavia, diz Andreoni, a via escolhida após 1971 não foi esta:

tentou-se impulsionar os fogos da autogestão sem para tal restaurar o poder do Plano, sem juntar os dois eixos da cadeia. Esse foi um período de criação institucional fascinante, em que o laboratório yugoslavo pariu o maior número de inovações, mas em que os resultados foram tão decepcionantes ou ruins que contribuíram a desacreditar o sistema autogestionário.

Quais resultados?

As empresas foram desmanteladas em organizações de base do trabalho associado para quebrar o poder dos tecnocratas. Estes órgãos eram como mini-empresas, dispostas cada uma de seu conselho operário, livres de decidir sobre a produção, a renda e mesmo o emprego. Para lutar contra a profissionalização dos delegados ao conselho operário deveriam manter seu trabalho, sendo revogáveis, e seus mandatos limitados a 2 anos (o que lembra certas medidas da Comuna de Paris).

Estas organizações de base faziam contratos entre elas para formar as organizações do trabalho associado (as empresas) para onde enviavam os delegados. Durante o mesmo tempo foi adotada a Constituição mais democrática do mundo, e uma grande campanha foi conduzida contra a

burocracia em nível central. A luta contra o carreirismo, o enriquecimento ilícito, a corrupção, foi tal que milhares de empresas se encontraram sem diretores e que se tornou difícil recrutá-los tal o emprego se tornou precário.

Porque este processo fracassou?

Se essa verdadeira revolução só deu fracos resultados, foi de início, penso, porque não se teve consciência dos vícios do sistema de delegação piramidal, isto é, as eleições a vários níveis e os limites da democracia direta, defeitos que levaram à uma perda de eficácia na gestão, e sem equidade, essa autogestão radical, ao intoruzir os mecanismos de tipo mercantil no interior das empresas, multiplicou problemas do sistema precedente: anemia de investimentos, sobre-emprego, disparidades e deriva das remunerações.

No que diz respeito ao financiamento, a orientação foi cada vez mais para um sistema de crédito cooperativo. Os recursos foram sempre alocados pelos bancos no quadro de um plano adotado por assembleia geral das empresas membros, mas, desta vez, todas as empresas tinham direito de voto igual (cada cabeça um voto), fossem grandes ou pequenas.

Elas distribuíram, assim, generosamente as dívidas, mesmo as mais duvidosas, desde que elas não tinham obrigação de fazer benefícios. Vemos portanto os inconvenientes de uma separação entre o organismo que aloca os créditos e as empresas que demandam (ANDREONI).

“Quanto a Planificação, ela se limitou aos setores prioritários (onde era imperativa)”. Para T. Andreoni, há outros elementos que explicam o fracasso do sistema yugoslavo. Por exemplo, a confederalização do Estado, que reavivou os antagonismos e irredentismos das Repúblicas, originados na história atormentada dos Balkans, as dificuldades de inserção no mercado mundial, o peso crescente da dívida externa e as pressões impostas pelo FMI, uma política monetária muito frouxa, um aparelhamento excessivo da Liga dos Comunistas sobre os cargos políticos e mesmo os postos econômicos, que esvaziou de substância toda a política de luta contra a burocracia e a tecnocracia e a vontade de desengajamento do Estado.

Foi somente no fim dos anos 80 que a crise econômica, com o peso de todos esses fatores, tornou-se severa (desemprego, déficit externo, inflação crescente, falência de regiões inteiras)”. Enfim, para Andreoni,

Ao menos fica que o sistema yugoslavo, durante perto de 40 anos,

funcionou bem melhor que o sistema soviético e que o balanço, o que concerne à autogestão em si está longe de ser negativo, contrariamente ao que afirmam as teorias neo-institucionalistas e como reconhecem os especialistas mesmo que sejam hostis ao sistema yugoslavo.

## 2. A Revolução na Hungria, 1956

Os países do Leste europeu que erigiram os regimes ditos "Democracias Populares" no pós-Guerra, atravessavam condições originais:

Transformações económico-sociais que, no contexto político de "revoluções passivas", marcaram profundamente a consciência de milhões de pessoas. Podemos, portanto, falar de grandes transformações em 1945-48, tais como: reforma agrária, expropriações da burguesia, escolarização ampla, difusão da instrução e da cultura, mesmo no quadro de domínio da URSS, obtiveram um amplo consentimento passivo das massas. Este elemento facilitou a liquidação política dos conselhos de fábrica, das milícias operárias, partidos operários em gestação na clandestinidade e, favoreceu a robustez do aparato partido-Estado.

O ano de 1956 representa um corte de vários setores sociais com o socialismo estatal-burocrático; as ideias-força do socialismo retornam, após uma década de stalinismo, como se fosse uma "vingança da História Violada", nas palavras de Pierre Broûé, empunhada pelos setores revolucionários, sobretudo, os intelectuais, os estudantes e as massas operárias.

Sobre a revolução húngara, houve uma "conspiração do silêncio", tanto no Leste quanto no Ocidente, a direita e a esquerda. A razão estava no conteúdo do movimento enquanto revolução dos conselhos operários, pregando a gestão coletiva da sociedade. Nesse sentido, como bem o expressou Claude Lefort, foi a primeira revolução anti-capitalista e anti-burocrática; não exigia o retorno à propriedade privada, mas a gestão coletiva das empresas pelos trabalhadores, o que é inconcebível no capitalismo e, também, no socialismo estatal-burocrático.

Após 10 anos de socialismo estatal, as massas rejeitaram na prática concreta o regime sob o qual tinham vivido e, que lhes era apresentado como o "socialismo": elas, na verdade, aspiravam a um socialismo que chamavam de "democrático".

Os trabalhadores húngaros e poloneses, em 1956, construíram junto com outros setores, um programa revolucionário, usando o instrumental que dispunham: as tradições nacionais do movimento operário, a herança do movimento clandestino, das lutas sindicais, exemplos de outros países como a autogestão na Jugoslávia. Assim, os conselhos foram a forma mais simples e prática de tomarem em próprias mãos seus destinos. Talvez, fossem o resultado de uma meditação sobre a história revolucionária: dos conselhos operários húngaros de 1919, dos poloneses de 1918, ou dos soviets de 1917 na URSS.

C.Lefort destaca alguns elementos dessa revolução ativa de massa:

- 1.seu caráter de "revelador histórico"da natureza dos regimes do socialismo estatal-burocrático;
- 2.a prova de uma radicalidade inédita e,
- 3.sua inventividade

Neste sentido,militantes comunistas tomaram consciência dos "vícios"do regime;a formação dos conselhos operários autônomos a nível de produção e território,provocou uma cisão entre o aparato estatal e a sociedade;a participação da classe operária trouxe os reformistas do PCH para o lado da revolução;fundaram-se associações e comitês em todos os setores da sociedade húngara.

#### - O CONTEÚDO E A LÓGICA DA REVOLUÇÃO ATIVA NA HUNGRIA

Castoriadis foi pioneiro,com o grupo "Socialismo e Barbárie",das análises sobre a revolução ativa de massa húngara.Seu texto, "A fonte húngara",publicado na revista "Telos",em 1976,explicita os elementos do que chamamos de revolução ativa de massa,no que chamou de "caráter radical da revolução:o conteúdo,o sentido e suas implicações".

Castoriadis diferencia 1956 na Polônia e na Hungria:em 1956,o povo polonês não pegou em armas.Apesar de seu devotamento e efervescência ,os conselhos operários não questionaram de modo explícito a estrutura de poder existente.O PC foi vitorioso... controlando nas mãos a situação durante todo o período crítico,e esmagou o movimento de massa".

Sobre a Hungria nos diz:"o movimento de massas foi tão potente e radical que em alguns dias literalmente pulverizou o PC e o aparelho estatal.Nem mesmo "dualidade de poder",tudo o que subsistia como poder estava nas mãos da juventude armada e dos conselhos operários.O "Programa"dos conselhos operários era absolutamente incompatível com a conservação da estrutura burocrática da sociedade.Exigia a autogestão das empresas,a abolição das normas de trabalho;a redução drástica das desigualdades de rendas,o monopólio sobre os aspectos gerais da planificação,o controle da composição do governo,e uma nova orientação da política externa.e tudo isso,claramente formulado no espaço de alguns dias".

Em relação a auto-organização da sociedade civil , diz Castoriadis:"Qual o significado histórico e sociológico dessa extraordinária proliferação de partidos,organizações,etc,no espaço de alguns dias? Muito precisamente,este: uma autêntica revolução ocorria.Tal proliferação,ao

mesmo tempo que se experimenta em toda sua variedade as ideias que lhe correspondem, é na verdade, a marca distintiva da revolução".

Castoriadis distingue reforma de revolta: "As coisas são ainda mais claras quando visamos, não a revolta, enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a revolução, enquanto atividade auto-organizada visando a instauração de uma ordem nova".

Em relação a dialética "passividade x atividade": "É um lugar comum dizer que uma verdadeira revolução é sempre nacional: todos os setores, todas as camadas da nação abandonam sua passividade e sua submissão conformista a ordem antiga; todos se esforçam por tomar parte ativa em sua destruição e na formulação de uma nova ordem". Define, então, a revolução: "É esse estado de fervilhar e de fusão da sociedade que acompanha a mobilização geral de todas as categorias e de todas as camadas e a demolição de todas as barreiras. É o traço que torna compreensível a libertação e a multiplicação extraordinárias do potencial criador da sociedade nos períodos revolucionários, a ruptura dos ciclos repetitivos da vida social - e a abertura repentina da história".

Para o filósofo grego, a fonte de criação socio-histórica é a atividade do povo húngaro... No curso de sua atividade autônoma, e a favor dessa, o povo cria novas verdades positivas... pois encarnam novas formas de organização da vida coletiva com base em princípios novos. Estes princípios portam uma ruptura radical com as estruturas sociais vigentes (a Leste como a Oeste)". Na revolução húngara, encontra-se uma nova fonte, um novo ponto de partida para pensar a política. Para Castoriadis o caráter espontâneo da revolução é fundamental: a auto-organização é, aqui, auto-organizar e, a consciência, o devenir-consciente; nos dois casos, temos um processo, não um estado... Nesse sentido, a revolução é a auto-instituição em seu nascimento como no seu desenvolvimento. Pois, a revolução auto-instituição explícita da sociedade; a "espontaneidade" apenas designa a atividade criadora social-histórica em sua expressão mais elevada..."

Qual, então, o conteúdo desta revolução ativa massa?

O conteúdo positivo foi a formação dos conselhos operários, a reivindicação da autogestão e da abolição das normas de trabalho... que tem suas raízes em uma relação profunda e orgânica com as criações anteriores do movimento operário e com o conteúdo de outras fases da atividade revolucionária... isto mostra o fato que a revolução húngara se inscreve na série de lutas que visam, após cerca de 200 anos, uma reconstrução radical da sociedade".

Qual o papel destes conselhos operários?

"O que contém em potencial os conselhos operários húngaros, em sua formação e seus objetivos, é a destruição das significações sociais tradicionais, herdadas e instituídas, do poder político, de uma parte, e de outra, da produção e do trabalho; daí, o germe de uma nova instituição da sociedade".

Ou, "A importância dos conselhos está em:

- a) estabelecimento da democracia direta, isto é, da verdadeira igualdade política (quanto ao poder);
- b) enraizamento nas coletividades concretas (não apenas nas fábricas);
- c) reivindicações relativas a autogestão e a abolição das normas de trabalho".

Como vimos, a definição por Castoriadis da revolução húngara é similar ao que, por exemplo, C. Glucksmann chama de revolução anti-passiva, a partir de Gramsci. Vejamos, uma análise a partir de "dentro": de dois membros da chamada Escola de Budapeste (discípulos de G. Lukács), Agnes Heller e Ferenc Feher.

Para os dois pensadores húngaros, a revolução dos conselhos na Hungria foi um exemplo clássico de revolução política pura; contrariamente, as revoluções de 1848, da Comuna de Paris, da Soviética, da Alemanha em 1919 e da própria Hungria em 1918, que ocorreram concomitantemente com guerras. Seu eixo foi o questionamento radical da estrutura social.

O Governo Rakosi, então em vigência, caracterizava o país como de um povo humilhado, esmagado e menos livre. A economia centrava-se em projetos faraônicos, privilegiando a indústria de bens de capital; como consequência, o consumo de calorias, em 1950, era o mesmo de 1940. No campo dos fatores históricos, ocorreu uma sincronização de elementos que favoreceu o desencadear da revolução, a saber:

- . crise moral do grupo dirigente
- . uma figura do porte de Imre Nagy
- . existência de oposição
- . uma linguagem comum.

O contexto da "desestalinização" propiciou as iniciativas de mudança na URSS e na própria Hungria, onde o governo Nagy propunha o fim da coletivização no campo, redução da repressão, condenou a política econômica, enfim, estabeleceu uma "legalidade socialista". A disputa Nagy x Rakosi, foi o primeiro enfrentamento público após as lutas dos anos 20 e da liquidação do trotskismo; trouxe os reformadores para o cenário principal.

Houve um consenso entre as massas revolucionarias em torno de eleições livres, pluralismo e independencia nacional. No processo revolucionario, os trabalhadores assumiram o controle dos centros de comunicação, das estações de radio e impressoras, destruíram os simbolos estalinistas, desorganizaram o aparato repressor, distribuíram armas ao povo, criaram novos jornais e, sobretudo, fundaram novos orgãos de poder politico.

Neste sentido, houve um retorno as tradições democraticas do socialismo. a fundação dos conselhos operarios foi criação espontanea da classe operaria, democraticamente eleitos nas fabricas, escolas, institutos cientificos, serviços, em todos os locais de trabalho, materializando uma praxis socialista: defendiam a propriedade social e a democracia direta.

Para Heller e Feher, poderia ter sido a primeira experiencia historica de democracia mixta": democracia direta nas fabricas e cidades (frente operario-popular) mais sistema de democracia representativa.

Neste aspecto, é fundamental o testemunho e a análise de Edgar Morin.: É movimento espontaneo, o movimento natural da revolução hungara é duplo:

1. Ele tende a integrar em si as estruturas de garantia e controle que tomara emprestado a democracia burguesa: a pluralidade de partidos, sufragio universal livre, vida parlamentar efetiva, separação de poderes, liberdade de expressão, abolição da policia politica;

2. Mas, ao mesmo tempo, tende a criar um quadro realmente socialista sobre a base da propriedade nacional: o sistema dos conselhos.

Os conselhos de empresa tendem a se federar horizontalmente, e dessa federação tende a se originar um segundo Parlamento, um Parlamento economico. Tendem a se federar verticalmente segundo cada ramo industrial ou profissional de modo a constituir, por delegação, os orgãos de direção corporativos e planificadores"

Morin fala sobre o sentido da revolução hungara: "gestação de estruturas sociais para além do capitalismo e do sistema de aparato, pela elaboração de um regime pluralista".

Após a invasão pela URSS, a principal forma de resistencia das massas foi a greve geral politica. Essa greve de massa durou 7 semanas, exceto no setor publico. Seus objetivos foram claramente politicos: retirada das tropas soviéticas, retorno do governo Nagy, libertação dos dirigentes operarios presos. O centro da resistencia politica foi o Conselho Operario de Budapest, unificando as forças.

Como surgiram estes conselhos? Quais necessidades respondiam? Qual sua dinamica e que propunham?

Vejamos ,inicialmente,o que E.Morin chamou de "sociologia da grande empresa nacionalizada",como a Zeran ou a W.F.M. em Varsovia,a Csepel em Budapeste..Pois, a partir deste micro entenderemos melhor as condições de nascimento dos conselhos de fabrica.

"No interior da grande fabrica "socialista"reinava o trabalho semi-concentracionario ou disciplinar;as primeiras resistencias a esse trabalho disciplinar podem encontrar eco e organização imediata onde os trabalhadores estão concentrados as centenas ou milhares;a organização revolucionaria torna-se ai tanto mais facilitada quanto menor é o numero de excrescencias burocraticas ou parasitarias dentro da empresa;os responsaveis do partido,pouco numerosos,estão ligados a vida cotidiana e aos problemas dos operarios;os que tinham um temperamento de aparatista já subiram na hierarquia e deixaram a empresa.Os tecnicos são especialistas produtivos,e mais contrarios ao parasitismo exterior do ministerio e a abstração do plano imposto,que aos operarios.A oposição comum a planificação abstrata do Estado cria a possibilidade de uma união sagrada "dentro da empresa.Disto resultam o nascimento e o desenvolvimento da formula dos conselhos, que consagram e exprimem a união dos operarios em todos os niveis com os tecnicos.Disso resulta o papel diretor e organizador das usinas avançadas,que se tornam nucleos de ação politica e de resistencia armada".

Morin aborda,especificamente,a situação polonesa: os acontecimentos de outubro são bem conhecidos.Menos conhecida e a revolução operaria que rompe os quadros semi-concentracionarios do trabalho industrial.A pressão policial sobre a fabrica já se tinha aliviado bastante depois da morte de Stalin e da liquidação de Beria.Já em fins de 1955 ou inicio de 1956,a demissão de operarios tinha deixado de ser arbitraria e estava submetida a comissões de arbitragem mistas (sindicatos e direção).A partir da primavera de 1956 a pressão operaria se faz nos seguintes pontos:1.revogar as condições disciplinares do trabalho;2.garantir o salario;3.participar da gestão e dos lucros da empresa.

Na crista da onda de outubro que o leva ao poder,Gomulka reconhece solenemente o direito de greve.Pouco depois, é revogada a destestada lei sobre "a disciplina socialista do trabalho",isto é,a lei semi-concentracionaria padrão,que pune com multas e cadeia toda infração ao trabalho forçado.

Ao mesmo tempo,a vanguarda operaria faz garantir,estabilizar e até mesmo aumentar os salarios...Uma parte dos lucros(17%) será destinada ao pessoal das empresas".

Em relação a Hungria,Morin sintetiza o que seria o "Programa Socialista",suas palavras-de-ordem:

1. liberdade total de cultura
2. liberdade para os partidos que aceitam as bases socialistas;
3. eleições livres
4. vida e realidade parlamentar;
5. gestão e controle democrático das empresas;
6. federação nacional dos conselhos e constituição desta federação como órgão direto de poder;
7. abolição da coletivização forçada no campo;
8. em certos setores artesanais e comerciais, eventualmente NEP (nova política econômica);
9. economia orientada para as necessidades de consumo;
10. transformação estrutural do Partido e dos partidos comunistas;
11. direito irrecusável à independência nacional.

Voltemos as questões sobre os conselhos de trabalhadores.

Miklos Molnar, em seu livro-romance "Victoire d'une défaite-Budapest 1956", relata sobre a experiência conselheira húngara.

"A luta estava em pleno auge quando os primeiros conselhos, os novos órgãos revolucionários, se formaram tanto em Budapeste quanto no interior. Na capital, os operários da grande fábrica de lâmpadas, "Fábrica Conjuntas de Lâmpadas", elegeram seu conselho operário desde o 24 de outubro. No dia 25, foi a vez dos grandes centros industriais do interior, Miskolc e Sztalinvaros, depois Debrecen, Győr. Por sua vez, o PC encorajava o movimento espontâneo. Desde o dia 26, o novo comitê central do PC declara-se a favor das "eleições dos conselhos operários nas fábricas com a assistência dos órgãos sindicais". O conselho Central dos sindicatos, tentando recuperar o prestígio comprometido nos anos anteriores, organiza as eleições. No espaço de 48 horas, todas as grandes empresas no país tinham seus conselhos eleitos e, no momento de cessar-fogo, 29 e 30 de outubro, vários conselhos centrais representam os operários de toda uma cidade ou de uma região, sobretudo, formados em Miskolc, Győr e Magyaróvár, como também em alguns bairros de Budapeste".

Os conselhos eram mais que órgãos de consulta ou direção colegiada, eram órgãos políticos. "Breve, em lugar de imitar o modelo Yugoslavo, pouco conhecido, seguiam o exemplo

dos soviets de 1905 e 1917". A primeira preocupação dos conselhos não era apenas a produção, mas a greve, política e logo greve geral, para apoiar a insurreição armada. As forças revolucionárias eram compostas de vários conselhos: conselhos operários, comitês revolucionários como os conselhos dos intelectuais e dos estudantes, comitês nacionais das grandes cidades e de províncias. Até 29 e 30 de outubro, os conselhos operários, como todos os outros conselhos e comitês, apresentavam uma grande reivindicação: independência nacional.

"No interior, de fato, era a revolução: uma revolução dos conselhos, levando em todas as cidades importantes do país a tomada do poder efetivo por estas organizações". Tratava-se, sobretudo, dos centros industriais como Győr no Noroeste, Szolnok ao Sul de Budapeste, Miskolc no Nordeste, verdadeiros núcleos revolucionários incorporando ao movimento suas respectivas regiões. No interior, os conselhos se impuseram desde o início, ao passo que na capital, a revolução dos conselhos só tomou amplitude após a vitória da insurreição armada.

"Conselhos operários, comitês de bairro, conselhos revolucionários dos intelectuais e outros, realizaram sua primeira revolução. Sua influência foi decisiva sobre o poder e sobre o próprio Nagy... entre 29 e 30 de outubro, o movimento dos conselhos afirma-se como o principal suporte da democracia operária e socialista". De fato, os programas dos conselhos até 4 de novembro era uma mistura de reivindicações democráticas e socialistas anti-burocráticas, sem que fosse adotada unanimemente a palavra-de-ordem "todo o poder aos soviets", como em 1905 e 1917.

Para Molnár, "Os conselhos portavam uma tendência proletária. Em que consistia? Duas palavras: autonomia e socialismo".

Vejamos um testemunho operário sobre a experiência destes conselhos operários húngaros. Trata-se do testemunho de FERENC TOKÉ, vice-presidente do Conselho Central da Grande Budapeste, operário da fábrica TSF-ORION, de aparelhos eletrônicos.

"No clima existente nas fábricas, antes do 23.10.56, todo o mundo estava politicamente ativo, pois os operários tinham a esperança de achar uma saída para a situação insustentável em que se achava o país, nos últimos anos. Os operários reagiam a decisão do Conselho Nacional dos Sindicatos, sobre os conselhos operários que queriam nomear seus candidatos. Os trabalhadores elegeram seus candidatos, e declararam que os conselhos operários foram fundados por eles... O conselho operário eleito compreendia 25 membros. Cada seção de fábrica elegeu 2 ou 3. No total, 19 membros do conselho eram trabalhadores manuais. Nós o consideramos como conselho provisório, pois dos 3.000 trabalhadores só 800 estavam presentes. O Conselho foi encarregado de estabelecer um caderno de reivindicações que deveria ser aprovado pelos trabalhadores, e depois levado ao Governo... Devo precisar que 50% dos membros do conselho era de jovens, de 23 a 28 anos, que tinham participado nas

diversas ações revolucionárias, nas manifestações, na derrubada da estatua de Stalin, nos combates de rua, etc...

Ao mesmo tempo, em todas as fabricas de Budapeste, os conselhos foram fundados. Os operários da capital húngara sabiam que na Yugoslavia\* os conselhos operários dirigiam as fabricas... E, a criação dos conselhos se estendia progressivamente de Budapeste à todo o território do país. No primeiro de novembro, os conselhos estavam em todos os lugares e começaram a funcionar. Demitiam os velhos dirigentes e os operários demandavam a descentralização industrial, o que, no plano pratico, significava que a fabrica deveria tornar-se propriedade efetiva dos que trabalham, e que uma parte dos lucros iria para o Estado.

Na nossa empresa, começamos este processo desde o 30 ou 31 de outubro, numa terça. Com uma delegação, fui ao Parlamento para entrevista com Zoltan Tildy, com o objetivo de submeter um memorando a Nagy... Decidimos retornar à fabrica e de pedir aos trabalhadores a retomada do trabalho... No sábado, 3 de novembro, os trabalhadores da fabrica tomaram a decisão de retomar o trabalho, na segunda seguinte...

O Conselho Operário foi constituído de tal forma que, exceto seu presidente e o secretario, não havia nenhum membro permanente. Cada um de seus membros devia participar da produção... Os membros do conselho deviam prestar contas, todo dia, dos acontecimentos políticos, dos negócios da fabrica e de seu proprio trabalho. No 4 de novembro, pela manha, nos fomos despertados pelos canhões soviéticos. A segunda intervenção soviética iria subverter nossos planos. De imediato, os trabalhadores da fabrica entraram em estado de greve... nem os trabalhadores, em particular, nem a população em geral, tinham reservas suficientes para suportar uma greve que poderia durar vários meses. O dinheiro fazia uma falta cruel... nenhuma tendência reacionária se manifestou durante toda a duração da greve.

Uma reunião começou. Os delegados, cerca de 40/50, foram agrupados numa pequena sala ao lado... Em geral, o acordo foi bom entre as organizações revolucionárias... escolhemos os delegados para falar com este grande publico operário... todos queriam se expressar... uma comissão de 20 membros foi criada para engociar e formular uma decisão comum para ser apresentada ao publico... A resolução final adotada retomava a proposta dos operários da metalúrgica de "BELOIANIS" quanto a reintegração de Yrme Nagy ao Governo. Ela conclamava todas as fabricas da capital a se fazerem representar no Conselho Central da Grande Budapeste, para se poder criar um Conselho nacional... Foi dito que os operários só retomariam o trabalho uma vez que as reivindicações políticas fossem satisfeitas...

Uma delegação de 6 membros foi designada para levar a resolução a Kadar... Os trabalhos do Conselho Operário da Grande Budapeste começaram na sede da "Companhia dos Transportes da Municipalidade de Budapeste" (BESZKART), rua AKACFA. Os 22 bairros da capital enviaram cada um, 1 delegado. Elegeu-se 1 presidente e 1 secretario. Após a entrevista com Kadar, na tarde de 14 novembro, um dos membros do Conselho Central, Arpád Balázs, creio, declarou pelo radio que um conselho central foi formado e que deveria se retomar o trabalho, etc. Ocorreu uma grande indignação, dando a impressão que o Conselho Central era cúmplice de Kadar... Para nós, a retomada do trabalho não implicava reconhecer o Governo. Tomamos, imediatamente, a decisão de afastar Balázs que era presidente, e de ligar toda declaração política à uma decisão precedente e enviar imediatamente os delegados às

fabricas para levar adiante nossa resolução. Esta tinha sido lida diante dos conselhos operários de cada fabrica pelo presidente, que explicava a necessidade da retomada do trabalho. Os operários se renderam a estas razões...

A formação do Conselho Central Operário da Grande Budapeste não nos satisfazia completamente. Devia ser seguida da criação de um Conselho Nacional... Foi numa segunda-feira que informaram Kadar da nossa decisão de formar um Conselho Nacional Operário e, na terça, uma delegação foi conversar com os soviéticos. O general Grebennik, o comandante, recebeu em pessoa a delegação que lhe informou da nossa intenção de organizar uma reunião do Conselho Nacional Operário, no Palácio dos esportes, a qual convidaríamos um representante do comando soviético... Eu fui responsável pelo serviço de ordem, que estava formado por operários da fabrica CSEPEL... A reunião foi fixada para o 21 de novembro. Desde às 6 da manhã os organizadores estavam no local... às 8 horas precisas, começou um formidável desfile militar soviético... o Palácio dos Esportes foi cercado em um instante e todas as ruas adjacentes bloqueadas. Os membros do Conselho Central Operário da Grande Budapeste, nos dirigimos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, que ficava perto. Um certo numero de camaradas ficou perto do palácio dos esportes para esperar os delegados das minas, fabricas siderúrgicas e empresas do interior, vindos dos 4 cantos da Hungria... Eleições democráticas tinham ocorrido em todos os lugares. Cada delegado tinha uma credencial oficial... Eles vinham com a intenção de impulsionar a greve, que ainda paralizava os grandes centros no interior... Acertamos de não insistir na criação de um Conselho Nacional, para não envenenar os acontecimentos... Contudo, o Conselho Central da Grande Budapeste continuaria suas atividades... Embora, nossa organização tivesse o nome de Conselho Central Operário da Grande-Budapeste, um Conselho Nacional foi criado na pratica, e de forma ilegal... Quando os trabalhadores viram os deslocamentos das tropas, pensaram que os membros do Conselho Central tinham sido presos. De imediato, lançaram a ordem de greve de 24 horas... metade de Budapeste parou...

O trabalho do Conselho Central continuou. Criou comissões para diversas questões... Kadar consentiu que houvesse negociação entre o Conselho central e o Conselho Nacional dos Sindicatos, para elaborar uma legislação sobre a atividade dos conselhos operários. O projeto se inspirava na lei Yugoslava. 8 horas após recebe-lo, o Governo publica um decreto. Todavia, o decreto suprimia as disposições que asseguravam a independência dos Conselhos Operários frente ao Partido oficial. O Partido Comunista se opinha à criação dos conselhos operários na Administração; correios, telefones, transportes, ministérios, etc.

... Uma das reivindicações do Conselho Central Operário foi de dispor de um jornal para informar os trabalhadores. O Governo recusou categoricamente... nós estávamos para publicar um jornal chamado "MUNKASUJSAG" (Gazeta Operaria), que foi apreendido na gráfica... nos limitamos a publicar ( sem aprovação do Governo ) uma folha mimeografada... cada bairro recebia um exemplar que multiplicava de acordo com o numero de fabricas; cada fabrica multiplicava de acordo com o numero de trabalhadores... o comando soviético apreendeu todos os mimeógrafos... em 23 de novembro, um mês após o inicio da revolução, o Conselho Central Operário abre sua Assembléia. Estava presente um oficial político soviético de alta patente...

Antes de sairmos do prédio do Sindicato da Construção para o Ministério da Agricultura, decidimos organizar uma reunião secreta para discutir a criação do Conselho Nacional Operário. A situação estava cada vez mais tensa, o interior pressionava, pois vários membros dos conselhos operários desapareceram; era uma forma de chantagem do Governo. Em PECS, vários mineiros faziam greve de fome dentro das minas em protesto contra a prisão de seus camaradas.

...Eu fui o responsável de organizar a reunião secreta...o delegado do 9º Bairro, que era da policia, informou seus superiores...vários delegados do interior estavam presentes. Indignados com a ação terrorista do Governo para intimidar os trabalhadores. Os mineiros da "Salgo Targan" eram os mais decididos a recorrer à greve geral... Todos estão de acordo e, a única questão que foi discutida, era em torno da duração da greve : 24 ou 48 horas ?

Um telefonema da "Salgo Targan" informou que os soldados tinham tirado numa multidão que exigia, no Conselho Operário local, a libertação de seus dirigentes. Cerca de 30 vítimas, feridos e mortos. Esta notícia foi como gasolina no fogo. Uma tempestade de indignação tomou conta da sala e decidiu-se que a única resposta era a greve...

Decidimos lançar um apelo aos sindicatos livres do mundo inteiro para que os trabalhadores do Ocidente organizassem manifestações de solidariedade... decidimos pela greve de 48 horas...

Em 8 de dezembro, Domingo, dia em que as reações operárias são menores, o Governo divulgou pela rádio um comunicado sobre a dissolução do Conselho Central Operário da Grande-Budapeste. Desde a madrugada deste dia, os membros do Conselho estavam sendo caçados pela polícia..eu fui preso por volta do meio-dia...os operários da minha fábrica iniciaram uma greve. Um comitê se formou para obter minha libertação...apesar das prisões e das manobras do Governo, a greve de 48 horas foi um sucesso".

A partir dos elementos do depoimento do operário F.Toke, podemos assinalar que, por suas formas de luta e organização ativas e coletivas, a importância internacional da revolução húngara situa-se no plano da organização autônoma, e do poder dos trabalhadores na perspectiva da democracia operária. A revolução ativa de massa, na Hungria, constitui o ponto mais avançado já atingido pela ação revolucionária das massas após 1917.

Desde os primeiros dias, a revolução húngara se caracterizou pela fundação em todo o país dos Conselhos Operários; estes se estruturaram enquanto órgãos de poder político, articulando-se verticalmente, do plano local e regional ao nacional, se atribuindo funções políticas e combinando o legislativo com o executivo.

Os conselhos locais, os conselhos regionais e o Conselho Central Operário da Grande-Budapeste (na verdade, um Conselho Nacional), constituíam órgãos de um 'novo poder' político, de novas relações sociais e de produção. Neste sentido, declarava a Rádio-Budapeste, em 26 de Outubro de 1956:

“Os conselhos operários terão por tarefa tomar decisões que dizem respeito a produção ,a administração e a direção das fabricas.Os conselhos operários terão igualmente por missão, elaborar o plano de produção da fabrica e de preparar a tabela do sistema de salários”.

Sob o pretexto da greve geral de 48 horas, ocorrida em todo o país, por ordem do Conselho Central, em 9 de Dezembro,o Governo Kadar aproveitou-se para se livrar de vez dos conselhos operários, enquanto órgãos políticos.O argumento do decreto governamental é significativo; vejamos os termos do decreto, ordenando a dissolução do “Conselho Central Operário da Grande-Budapeste e dos Conselhos Operários regionais”:

-DOCUMENTOS dos Conselhos Operários;

I) “ Os princípios de base dos direitos e da ação dos Conselhos Operários”.

“(Resolução do Parlamento dos conselhos Operários consagrados à autonomia dos conselhos de fabrica.Este Parlamento se reúne no 31 Outubro 1956,em presença dos delegados de 24 grandes fabricas,entre outras as seguintes: Fabrica de vagões GANZ, Canteiro Naval GANZ, Fabrica elétrica GANZ,Fabrica de maquinas LANG,Fabrica de Maquinas e de Locomotivas MAVAG,as fabricas de Aparelhos Elétricos Beloianis e Egyesult Izzo,etc).

“Os delegados das fabricas representadas na reunião,no interesse da realização da democracia socialista,decidem e reivindicam os seguintes pontos:

- 1- A fabrica pertence aos operários.Estes pagam ao Estado o imposto calculado sobre a base da produção e o dividendo fixado segundo os benefícios.
- 2- O órgão supremo dirigente da empresa é o Conselho Operário democraticamente eleito pelos trabalhadores.
- 3- O Conselho Operário elege sem eu seio um comitê de direção de três a nove membros que é o órgão executivo do Conselho Operário e que assumirá igualmente as tarefas à fixar posteriormente.
- 4- O diretor é empregado da fabrica.É o Conselho Operário que elege o diretor e os empregados superiores.Esta eleição é precedida de um concurso publico anunciado pelo comitê de direção.
- 5- O diretor,gerente dos negócios da empresa, é responsável diante o Conselho Operário.
- 6- O Conselho Operário reserva para si os direitos seguintes:
  - a) Aprovação de todos os planos da empresa;
  - b) Decisão da fixação e do emprego de fundos de salarios;
  - c) Decisão de todo contrato com o estrangeiro;
  - d) Decisão da operação de todo negocio de credito.

7-Do mesmo, o conselho Operário resolve,em caso de conflito,o emprego e a demissão de trabalhadores.

8-Ele aprova os balanços financeiros e decide do uso dos benefícios.

9-O conselho Operário toma em mãos os negócios sociais da empresa.

Os conselhos Revolucionários das fabricas,empresas,instituições e universidades de Budapeste, 90% de seus Comitês revolucionários,assim como a Aliança Camponesa em formação representando cinco regiões,já aceitaram a proposição acima e tomaram as medidas necessárias à sua realização”.

II) Resolução dos delegados dos Conselhos Operários do 11º bairro de Budapeste:

“ Os operários delegados dos trabalhadores das fabricas do 11º bairro têm unanimamente decidido , no interesse da construção do socialismo na Hungria e do futuro do povo,retomar o trabalho nas condições seguintes:

- 1) Queremos sublinhar que a classe operaria revolucionaria considera as fabricas e a terra como propriedade do povo trabalhador.
- 2) O Oarlamento Operário reconhece,como parceiro de negociação,a competência do governo Kádár à condição todavia que,no interesse de assegurar sua própria legalidade,ele se transforme conforme à vontade do povo.
- 3) O povo,com confiança,criou os conselhos operários para que sua vontade prevaleça.Por isto reivindicamos a ampliação total da esfera de atividades dos conselhos operários no domínio econômico,cultural e social,e o reforço desta ampliação pelo governo.
- 4) No interesse da ordem interna e do restabelecimento da calma geral,reiivndicamos a fixação de elições livres onde não possa participar que os partidos que têm reconhecido nossas conquistas socialistas baseadas na propriedade social dos meios de produção.
- 5) reiiivndicamos a libertação imediata dos membros do governo Imre Nagy eleitos pela revolução,a libertação de seus colegas,assim como dos combatentes da liberdade.
- 6) reivindicamos o cessar-fogo imediato e a retirada imediata das tropas soviéticas de Budapeste,-dado que, as forças operarias,as unidades húngaras de manutenção da ordem podem assegurar a ordem interna. Reiiivnidcamos também que o governo húngaro,após a retomada do trabalho pelos operários, comece imediatamente as negociações, informando regularmente a opinião pública,sobre a retirada progressiva e ordenada das tropas soviéticas do território do pais.
- 7) É necessário organizar as forças de manutenção da ordem interna do pais dos trabalhadores das fabricas e das unidades da armada fiéis ao povo.

8) Pedimos ao governo que faça conhecer pela radio e pela imprensa nossas decisões aqui enumeradas.

Nota= Retomamos imediatamente os trabalhos em relação com a reparação das destruições, com o abastecimento e os transportes, mas nos não retomamos outros trabalhos que a condição que nossas reivindicações sejam reconhecidas e que nos dêem satisfações”.

Budapeste, 12 novembro 1956

Os Conselhos Operários das fabricas do 11º bairro.

III) Resolução sobre o Conselho Central Operário:

“Hoje, no 14 novembro 1956, os delegados dos conselhos operários de bairro formaram o Conselho Central Operário da Grande Budapeste. O conselho central operário recebeu o poder de negociar em nome dos operários de todas as empresas situadas no território de Budapeste, e de decidir sobre a parada ou a retomada do trabalho. Nos proclamamos nosso rigoroso respeito dos princípios do socialismo. Nos consideramos os meios de produção como propriedade coletiva que nos estamos empre dispostos a defender.

- 1) nos, os operários, estimamos que o restabelecimento da calma e da ordem exige a atribuição da direção à uma personalidade gozando da confiança do povo. nos propomos, assim, que o camarada Imre Nagy assuma a direção do governo.
- 2) Nos protestamos contra o fato que no interior dos novos órgãos de segurança, nomearam-se membros dos antigos serviços de segurança do Estado (A.V.H.). Nos queremos que os homens constituindo estes novos órgãos de segurança sejam recrutados entre os jovens revolucionários, os membros da policia e da armada fiéis ao povo e os operários de fabrica. O novo organismo de segurança não pode em nenhum caso assegurar a defesa de interesses de partido ou de particulares.
- 3) Egimos que uma liberdade absoluta seja garantida à todos os que lutam pela liberdade, entre outros à Pal Maléter e seus camaradas. Solicitamos a libertação de todos os detidos atuais.
- 4) Pedimos a retirada rápida das tropas soviéticas para que a amizade entre nosso pais e a URSS seja reforçada. A possibilidade de uma reconstrução de nosso pais deve nos ser garantida.
- 5) Reivindicamos que a radio e a imprensa não divulgem mais noticias que não correspondem aos fatos.
- 6) Enquanto nossas exigências não forem satisfeitas, só permitiremos o funcionamento das empresas indispensáveis para assegurar a vida cotidiana da população. Os trabalhos de manutenção e de reconstrução só serão retomados na medida em que respondam as necessidades imediatas da economia nacional.
- 7) Exigimos a abolição do sistema do partido único e a o reconhecimento apenas dos partidos que se baseiam no socialismo.

8) O trabalho será retomado desde que recebamos as respostas satisfatórias”.

O Conselho Central Operário da Grande-Budapeste.

IV) Poder Efetivo aos Conselhos Operários:

(...) O que fazer para que os conselhos operários tenham um poder efetivo? Para nós, eis os pontos mais importantes:

- 1) Estabelecimento de um milícia operaria armada.o governo Kádár prometeu,mas não o realizou.Ora,esta força armada poderia impedir toda tentativa contra-revolucionaria e assegurar a verdadeira democracia e o socialismo,se ela toma em mãos a manutenção da ordem,paralelamente a retirada das tropas soviéticas de ocupação.
- 2) No lugar dos sindicatos desacreditados, os conselhos de fabrica dos ramos industriais deveriam eleger um ‘conselho operário de ramo industrial’.Este seria a nova direção do sindicato correspondente.
- 3) Os conselhos operários dos ramos industriais elegerão o Conselho Nacional Operário que será o órgão dirigente democraticamente eleito de toda a classe operaria.tomando em mãos as tarefas do Conselho dos Sindicatos,em aliança com os estudantes,intelectuais,forças armadas revolucionarias e com o órgão central dos conselhos camponeses,ele poderá realmente garantir que o governo,posto no poder e apoiado por ele,seja verdadeiramente um governo ‘revolucionario operário-campones e intelectual’.

### **3. TCHECOSLOVÁQUIA: a Revolução dos “Conselhos Operários”**

A "revolução dos conselhos operários" na Tchecoslováquia apresenta características bem particulares,tanto pelo contexto das lutas autonomas-autogestionárias em que ocorreu (1968-69),quanto pelas particularidades da formacao historico-social do pais.neste aspecto,retomemos um pouco o fio da historia.

Apos a primeira Guerra,a Thecoslovaquia integrava o Imperio austro-hungaro.Este fato marcou profundamente o movimento operario.Desde 1840,os sindicatos thecos lutavam pela autonomia de seu pais.Em inicio de 1870,uma conferencia de varias pequenas organizacoes sindicais ocorreu em Praga,decidindo a fundacao de um movimento sindical unificado,abrigo todos os operarios thecos na Austria.Por sua vez,o movimento eslovaco s\_ aparecerá mais tarde. A industrializacao da Hungria se desenvolveu lentamente. Na Hungria,

em 1847,havia 136.000 operarios e,em 1872,havia 435.000.Já na Thecoslovaquia,em 1869,havia 3.267.068 operarios.

De todas as nacoes do Imperio,a Bohemia,devido a sua riqueza de materias-primas,era a mais industrializada.Neste sentido,a Thecoslovaquia apresentava,em 1963,uma percentagem de 70% de operarios em relacao a populacao global.Na mesma epoca,a percentagem para Polonia era de 37,5%;para hungria de 33%;para Yugoslavia de 30% e,para Alemanha Oriental,de 35%.

Portanto,a dependencia politica e o desenvolvimento industrial sao dois elementos importantes para analise do movimento operario thecolovaco.Com a "liberacao"do pos Guerra,estes elementos diferenciavam a Thecoslovaquia dos outros paises do leste europeu e,indicavam duas conclusoes favoraveis para a contrucao do socialismo,pos 1945.

Ademais,no pais,defirentemente dos outros do leste europeu,o PC(PCT) tinha uma sustentacao na classe trabalhadora,nao tendo seu poder politico fundado,como nos outros paises,na presenca do Exercito da URSS.Assim,por exemplo,nas eleicoes de 1946,o PCT obteve cerca de 40% dos votos.

A epoca da "liberacao",os sindicatos thecos estavam agrupados,durante a resistencia,no Conselho central dos sindicatos clkandestinos(URO) e,decidiram fundar a central intitulada de "Movimento Sindical Revolucionario"(ROH),cujas bases assentavam nos conselhos operarios formados espontaneamente na maioria das fábricas durante a insurreicao de Praga,de 5 a 9 de maio 1945.Nesta ocasiao,o URO lancou um apelo pela formacao de conselhos operarios com amplo poderes de gestao.A originalidade destes conselhos residia no fato de,sendo a estrutura de base sindical,serem eleitos por todos os trabalhadores,exceto a direcao da empresa e,representar unitariamente o conjunto da classe operaria.Esta concepcao de sindicalismo foi combatida pelo PCT,que defendia uma politica sindical apenas para os sindicalizados.O PCT conseguiu "neutralizar " o sindicalismo do URO,numa estrategia aplicada em duas etapas:

- 1.controlando o aparelho central dos sindicatos e,elegendo o presidente do MSR;todos os postos foram ocupados por funcionarios do PCT;
- 2.subordinando os conselhos operarios ao aparato sindical,lancando nas empresas uma estrutura sindical paralela:os"grupos sindicais".

Desta forma, foi fundado um sindicalismo centralizado,a moda do "sindicalismo tipo

sovietico".Na Frente Nacional,o PCT desenvolveu a sua politica com base nas organizacoes de massa,tipo sindicatos.

No periodo entre 1945 e 1948,ocorreram mudancas importantes no pais.A presenca de uma classe operaria numericamente forte e politicamente homogenea,alem de um PC muito forte,aceleraram o ritmo das nacionalizacoes.Por exemplo,em marco de 1947,no setor publico existiam 3.000 unidades de producao,sendo 16,4% na industria e 61,2% de operarios industriaisOs principais setores economicos eram: minas, siderurgia, metalurgia, quimica, vidro, acucar, energia. Estas mudancas ocorreram no quadro de um sistema politico de coalizao: a Frente Nacional, composta de 6 partidos, com um bloco socialista (PCT, social-democracia e partido socialista), formando a ala mais avancada.

Este periodo inicial do pos Guerra foi uma fase de tregua e foram os anos mais dinamicos do pais. O periodo de reconstrucao economica se encerrou em 1948. O PCT formulou um plano quinquenal -1949 a1953-,visando mudar a gestao da economia para um sistema de planificacao inspirado no modelo da URSS. Como resultado,no inicio dos anos 60, verificou-se a queda de crescimento do PIB e da renda nacional, conforme mostra o quadro abaixo:

Ano	PIB	RN
1961	7	6,8
1962	3	1,4
1963	-0,1	-2,2
1964	3,1	0,6

Fonte:

[X8] Comentário: Criar título.

[X9] Comentário: Conferir este dado, que contraria a ideia do parágrafo anterior, de que haveria uma queda do PIB no período. Este dado sugere que houve retomada do PIB de 1963 a 1964.O mesmo acontece na RN.

[X10] Comentário: Mencionar origem dos dados.

A crise economica de 1963 teve um papel importante para o ano de 1968.A centralizao das decisoes economicas,o monopolio do mercado externo,acarretaram mudancas na experiênci theca.No campo socialista,a divisao do trabalho pos a Tcheoslovaquia como fornecedora de equipamentos produtivospara os outros paises.Isto trouxe uma mudanca radical na estrutura de producao do apis.Ao mesmo tempo,ocorreu a formacao de um sistema hierarquico com base na autoridade do centro planificador e dos diretores de empresa;a concentracao das decisoes e dos meios financeiros com o fim de

orienta-los para industria pesada,o aumento do peso da industria em detrimento da agricultura,o inicio da campanha de coletivizacao da terra e com o objetivo de liberar forca de trabalho para industria,suprindo a carencia de mao-de-obra. A tabela abaixo mostra a mudanca operada pelo plano quinquenal na estrutura de producao:

Renda nacional na Tchecoslováquia (Praga - 1969)

Ano	Indústria	Construção	Agricultura e Floresta	Comunicações	Comércio
1948	58,60%	7,00%	22,10%	3,70%	8,60%
1949	62,80%	8,40%	18,00%	3,50%	7,30%
1950	61,40%	8,70%	17,40%	3,30%	9,20%
1951	66,10%	9,30%	14,30%	3,20%	7,10%
1952	68,60%	9,60%	11,50%	3,30%	7,00%

Fonte: Nachtigal ,Narodni duchod Ceskoslovenska

[X11] Comentário: Conferir data da publicação.

As raizes da crise theca residem nesta transformacao do sistema de gestao da economia nacional e na mudanca radical no comercio exterior. Este quadro foi acompanhado por uma onda politica repressiva. De outro lado, a esclerose do PCT, a corrupcao dos diretores de empresa,correspondiam cada vez mais,manifestacoes de resistencia passiva dos trabalhadores.ocorreu um aumento constante dos custos sociais de reproducao, agravado pelo debil desenvolvimento tecnologico devido a rigidez do sistema e sua lentidao em introduzir inovacoes tecnologicas. Verifica-se um crescente deterioramento da produtividade do trabalho. Neste sentido, o movimento social conhecido como "A Primavera de Praga", desenvolveu-se em condicoes historicas particulares:

- crise do regime de Novotny;
- lentidao no crescimento economico,apos a crise de 1963;
- crescente descontentamento da populacao;
- relacao de conflitos entre thecos e elovacos.

Vladimir Fiser caracteriza da seguinte forma a Tchecoslováquia de 1968-69: um potencial econômico muito desenvolvido; a democracia tem uma grande tradição; alto nível de educação e qualificação dos operários.

### **O Movimento dos Conselhos Operários**

Combinar uma democracia representativa de tipo parlamentar com uma democracia direta exercida pelos Conselhos operários, e graças à autogestão dos cidadãos em todos os níveis (PELIKAN).

O movimento dos conselhos operários se desenvolveu entre dezembro de 1968 e junho de 1969. Numa primeira etapa, antes de janeiro de 1968, a ideia dos conselhos foi defendida por economistas. Fiser expõe a situação econômica do país neste período.

O país se desenvolveu entre 1950 e 1964 segundo o modelo extensivo de tipo soviético. A taxa de crescimento foi de cerca de 6% em média, para afundar entre 1961 e 1964 (-1% em 1962 e 0% em 1964). Esta taxa relativamente elevada nos anos 50, se explica pela reorientação econômica: indústrias leves e voltadas para exportação, substituídas, então, pela indústria pesada no quadro da política autárquica stalinista) e pela industrialização da parte oriental do país, a Eslováquia.

Nos anos 60, o sistema de planificação centralizada tinha se esgotado. Em um país de 14 milhões de habitantes, tinham se esgotado as reservas de mão-de-obra (menos de 1 milhão na agricultura, queda demográfica nas cidades), como também as possibilidades de aumento da produtividade do trabalho.

O crescimento acelerado do capital necessário aos investimentos nas novas empresas e nos novos canteiros, para manter o nível anterior de produção, privou o resto da indústria dos meios necessários para modernizar o aparelho produtivo existente e favorecer as indústrias de ponta. Este processo desenvolveu um desperdício de mão-de-obra não qualificada e manteve uma penúria relativa dos bens de consumo. O Estado evitou a explosão, consagrando uma parte do excedente em subsídios, alocadas nas empresas em dificuldades, fixando de forma centralizada e artificialmente os salários e os preços. Uma parte importante deste excedente serviu para o consumo da burocracia central.

Desde 1963, uma reforma económica foi tentada, visando indicadores objetivos e qualificados na economia: desconcentração da economia, autonomia maior para os chefes de empresa, dinamização da economia pelo mercado de bens de consumo e a abertura ao mercado mundial. Contudo, rapidamente, a reforma foi bloqueada pelas resistências no interior da elite dirigente e pela impossibilidade de controle das diretrizes 'as estruturas descentralizadas.

Entre 1966 e 1968, a reforma começou a ser realmente aplicada e a taxa de crescimento subiu (6a8%). Entretanto, a economia sofria de doenças velhas e novas. Velhas: superconsumo dos investimentos e das matérias-primas, atraso e obsolescência tecnológicos. Novos: dependência das importações, déficit comercial devido aos preços elevados, explosão das reivindicações salariais por longo tempo reprimidas, estoque de mercadorias, consumidores preferiam poupar, inflação".

#### **A participação operária**

Desde 1966, após o XII Congresso do PCT, uma "comissão para a gestão e organização" foi criada. Previa um sistema de cogestão nas fábricas, em torno de um Conselho composto de 1/3 de operários eleitos, e 1/3 de técnicos mais 1/3 representação do Estado. Este projeto veio a público em abril de 1968, alimentando a reflexão dos trabalhadores quando da fundação dos primeiros conselhos de trabalhadores, em junho 1968.

De junho a abril de 1968, a democratização se desenvolveu lentamente. Nesse último mês, foi adotado o "Programa de ação" do PCT, prevendo a autogestão da propriedade social. Durante este período (junho-agosto), ocorre o fim da censura, a condenação dos stalinistas, uma avalanche de reivindicações setoriais, sobretudo, nos meios intelectuais. O aparato sindical se democratiza lentamente; muitos sindicalistas ligados ao governo Novotny, se demitem. Ota Sik torna-se primeiro ministro para a reforma económica e, apela a iniciativa dos operários contra a burocracia.

A partir de 15 maio, várias comissões se reúnem para preparar a "lei sobre a Empresa Socialista". Surgem greves contra a incompetência dos diretores de empresa. Criam-se federações sindicais por categoria, novos sindicatos e uniões inter-sindicais; implode, então, o sindicalismo oficial.

A partir de junho, os conselhos operários foram fundados nas fábricas EKD-Praga e

SKODA-Plzen, as maiores do país. Após agosto, os sindicatos realizam uma Conferência dos órgãos de base e adotam uma posição radical em matéria de conselhos operários; reintroduzem, também, o direito de greve. No PCT, as decisões do congresso extraordinário de agosto 1968, são renegadas, sobretudo a proposta de um modelo autogestionário de base (empresas) e na cúpula (Câmara por setor de atividade). Ocorre, então, uma aproximação entre a esquerda dos dubcekianos e as organizações de massa.

Este Congresso extra do PCT, pertence aos grandes momentos da história das revoluções. Diante da invasão soviética de 20-21 agosto 1968, ocorreu a convocação imediata do XIV Congresso extraordinário do PCT; realizado na fábrica CKD de Vysocany, na periferia operária de Praga. Estava regularmente convocado para 9 setembro 1968; tinha por objetivo, a elaboração dos Estatutos, implicando eleições via boletins secretos. Fixou-se o avanço da democracia socialista através dos órgãos de autogestão. Para Fiserá, este Congresso figura como uma espécie de "Constituinte" da revolução dos de lei, sobre a "empresa socialista" foi publicado no final de janeiro 1969, 15 dias após a reunião nacional dos conselhos operários, de caráter preparatório e representando 190 empresas, num total de 890.000 trabalhadores (mais de 1/6 dos operários do país); a reunião ocorreu em Plzen.

Em fevereiro, este projeto de lei foi emendado, voltando ao modelo de cogestão. Entretanto, no movimento sindical crescia outra perspectiva: a autogestão. No Congresso Sindical, março 1969, já existiam cerca de 500 conselhos operários. Em abril, o reformista Dubcek foi substituído por Husak, no posto de secretário do PCT. O projeto de lei foi engavetado. A primeira medida do conselho nacional Theco, em abril, seria a suspensão do projeto de lei.

As reuniões de coordenação dos conselhos operários foram proibidas e a direção sindical \_ decapitada. Em julho, o ministro da indústria iria interditar os conselhos operários, acusando-os de "anarco-sindicalismo", e de "liquidar a planificação central, o PCT, o Estado Socialista e os Sindicatos".

O movimento dos conselhos operários foi um fenômeno de massa: atingiu mais de 1.000.000 de trabalhadores, cerca de 80% dos ramos da economia.

#### **4. POLONIA: as lutas operárias na década de 70 ,e a construção da rede pela autogestão, em 1980-81.**

Em relação a Polónia da década de 80, tomamos como fontes tanto a experiência direta quanto a indireta. Assim, desde os anos 70, passamos a conhecer mais a fundo o movimento social polonês, seja a partir de documentos do KOR, editados em Portugal revolucionário, e de edições francesas. Resultou numa brochura publicada pelo CEDAC, intitulada "Polónia 80: uma lição de socialismo".

Sobre o período de 1980-83, vários documentos sobre o movimento dos conselhos de autogestão, que escaparam da sanha dos militares após o "Estado de Guerra" (dezembro 81). Estes documentos foram reunidos por Jean-Yves Potel, em um texto aparecido na Revista "Sociologie du Travail", número 3-1981. Posteriormente, no livro escrito por um ativista e dirigente de Solidarnosc de Lodz, Zbigniew Kowalevsky, "Rendez-nous nos Usines", editado em Paris-1985. Um animador da "rede autogestionária", S. Jakubowicz, publicou em Londres, um livro sobre a autogestão em Solidarnosc. Ademais, os vários números das revistas "Inprecor", "L'Alternative", e "Sous le Drapeau du Socialisme".

Contatos indiretos com a experiência de Solidarnosc de Stezecin, através de metalúrgicos da fábrica "Lip", de Besançon, onde vive 3 meses, em 1981. Contatos diretos com militantes de Solidarnosc de Lublin, na Bélgica e na CFDT (Paris), em 1982-83. Participação em Seminário-1982- em Namur, sobre Solidarnosc, promoção do Comité Solidarnosc no exterior, coordenado por Jerzy Milewski. Contatos permanentes como o comité Solidarnosc, coordenado por Severin Blanstain, sediado na place Monthelon-CFDT e, com o setor internacional da CFDT, através do responsável pelo Leste, Raimund Juin. Conversas com A. Smolar e Z. Kowalevsky.

Esta experiência resultou em um livro chamado "Movimento pela Autogestão na Polónia", publicado em 1983 pela BASE-FUT de Portugal. Os principais documentos serviram de base para o trabalho presente, desta feita, extraídos do livro "Rosa Luxemburgo e Solidarnosc, autonomia e autogestão operárias", editado pela Loyola-1988; uma reedição daquele de Portugal, contudo, ampliado através da ótica luxemburgista.

Para o período pós 1983, o acompanhamento das lutas de resistência dos trabalhadores poloneses, através do Boletim de Solidarnosc, editado na França e em Bruxelas, além da Revista francesa "L'Alternative". Resultaram vários textos, seja para Cadernos do CEAS, seja para revista "Autonomia", do CAAPS.

Além de diversos seminários, cursos e debates sobre autogestão, pelo CEDAC, de 1978 a 1989. Resultaram, também, em um livro: "As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias".

Para o período 1987-89, contato com a delegação polonesa em visita ao Brasil, coordenada pelo ISER. Brochura sobre "Solidarnosc: 8 anos depois"; sobretudo, viagem de um mês a Polónia, no

período entre julho-agosto 1989;constou de: visita a fabricas,escolas e minas;entrevistas com Kuron,Mazorwieck,Lipski,etc.Seminario em Cracovia.

#### A praxis de Solidarnosc:

Solidarnosc representou um movimento tardio ,em relação ao quarto ciclo de lutas autonomas e autogestionarias.Pois,na historia do Leste,Solidarnosc marca um salto qualitativo,abre uma nova etapa.A originalidade deste movimento social encontra-se em varios aspectos:

. A revolução ativa de massa de 1980-81,sob hegemonia de Solidarnosc e a resistencia assegurada após o Estado de Guerra,mostraram que a Polonia era o "elo fraco" do socialismo estatal-burocratico.

No conjunto do Leste,só na Polonia as lutas dos trabalhadores desde 1956,tornaram-se permanentes.Assim: 1956, 1968,1970-71,1976,1980...

.Solidarnosc representou a maioria dos trabalhadores:cerca de 10 milhões de filiados,com 1 milhão de ativistas.Significa 70% dos assalariados,ou seja,mais de 9 milhões em um total de 12 milhões,sendo a maioria da industria.

.Sindicato autogestionario independente.O movimento de 1980 foi diferente dos anos anteriores.As massas operarias não foram as ruas para protestar,como era o costume nestes momentos.Os trabalhadores permaneceram nas fabricas,escolas,etc.enfim,nos seus locais de trabalho:foi uma greve de massas com ocupação dos locais de trabalho,sobretudo das fabricas,onde podiam auto-determinar suas formas de luta e reivindicções.

.Portanto ,Solidarnosc nasceu das greves de massa ,similares `as que Rosa Luxemburgo teorizou no inicio do seculo;nasceu das comissões de fabricas,com uma pratica democratica de massa.

.A democracia de Solidarnosc correspondia a democracia dos conselhos operarios:elegibilidade e revogabilidade de todos os orgãos de direção,responsabilidade perante as bases,mandato imperativo e o referendo,consultas,poder das organizações regionais atraves das assembleias gerais de delegados,ampla informação na imprensa sindical,publicação sistematica das atas de reunião da direção nacional,emprego de tecnicas de telecomunicação.

.Assumir, com o agravamento da crise , papel multiforme de movimento social,com o sindicato mantendo sua unidade.As iniciativas e as estruturas foram fundadas em resposta a questões praticas e urgentes: a necessidade da reforma economica,levou a autogestão operaria,atraves da "rede autogestionaria" dos conselhos,da federação nacional.

Em relação as outras revoluções ativas de massa no Leste,o interesse fundamental da luta dos trabalhadores poloneses reside na forca de sua critica pratica,de sua praxis e do que trouxe como novo,retomando o "filo rosso" das lutas operarias pela auto-determinação.Das 3 experiencias do Leste,da Revolução hungara de 1956,da Theca de 1968-69,e pelos 16 meses de Solidarnosc,a dialetica deste processo,no sentido da autogestão social,assinala um salto de qualidade.

O estímulo que o movimento social Solidarnosc trouxe para o movimento operario,caracteriza-se por sua contribuição a uma estrategia e a um programa autogestionarios.A praxis de Solidarnosc apresenta duas características fundamentais:

1.de um lado, é o resultado de condições particulares e de um excepcional concurso de circunstancias historicas e geograficas;

2.de outro,este concurso de circunstancias permitiu o nascimento de metodos de luta,taticas e estrategias que se tornam armas para o conjunto do movimento operario.

. A dinamica do movimento Solidarnosc:

Vamos fazer um retrospectivo ,para melhor entendermos a pujança da classe trabalhadora polonesa:sua formação,suas idéias e,sobretudo,suas lutas antes da década de 80.

Para isto, buscamos apoio na obra que publicamos em 1988: "Rosa Luxemburgo e Solidarnosc" (Edições Loyola ).

## 1. A Formação da Classe Operária

A industrialização da Polônia começou, segundo Rosa Luxemburgo, na segunda metade do século XIX. As primeiras manufaturas apareceram entre 1820-1830. Contudo, apenas nos anos 1850-1870 surgiu a grande indústria, que foi facilitada pela supressão das barreiras alfandegárias entre Polônia e Rússia em 1851, e pela construção de linhas férreas ligando o país aos principais centros urbanos da Rússia czarista.

No final do século XIX, a Polônia contava com 3 centros industriais em que o proletariado conhecia condições de vida semelhantes as dos países europeus industrializados. O mais importante era Lodz, centro industrial e têxtil. Em 1827, Lodz tinha 2.840 habitantes e um proletariado de 322 operários de manufatura. Já em janeiro de 1897, contava com 315.000 habitantes e com um proletariado forte e organizado. Varsovia formava o segundo centro industrial, de características muito diversificadas e tendo como atividades principais a construção de máquinas e a indústria açucareira. O terceiro centro situado a sudeste, delimitado pelas cidades de Czestochowa, Bedzin, Zawiercie e Sosnowiec. Esse centro tinha a seu favor uma mão-de-obra barata (mulheres e filhos de minérios) e a proximidade das minas de carvão.

A construção das companhias férreas tornou necessária a fundação da siderurgia e da indústria de transformação. Do outro lado da fronteira, na Haute-Silésia, um proletariado de língua polonesa permaneceu até 1921 sob o domínio da Áustria, depois da Prússia e, enfim, da Alemanha. Seu centro minério mais importante contava, em 1881, com cerca de 70.000 operários, enquanto o grande centro metalúrgico ficava em Gilwice e a indústria de cimento se concentrava em Opole e Strzelec.

- As Lutas Operárias antes de 1945.

O movimento operário polonês, ao contrário dos movimentos operários de vários países, não se desenvolveu no contexto de uma Nação. A Polônia, à época de sua industrialização encontrava-se dividida em 3 zonas de ocupação pelas potenciais vizinhas: Rússia, Áustria e Prússia. De 1863 a 1914, governou o país o chamado "Governo Geral". Com o fim da primeira guerra, a Polónia recobrou sua independência. Durante este período, os sindicatos permaneceram ligados à social-democracia alemã e o aparelho policial russo proibia toda e qualquer organização dos trabalhadores. Não existia forma de diálogo social. O movimento operário combatia tanto o opressor social como o opressor nacional. Assim, o peso da questão nacional e das colocações patrióticas na formação da classe operária. Apesar destas circunstâncias adversas para o nascimento de um movimento operário independente, os sindicatos apareceram no final do século XIX. E o movimento grevista foi ampliado.

No século XIX, nos centros mineiros da Haute-Silésia, em 1871, houve uma greve importante. Em maio de 1889, uma greve geral dos mineiros fortaleceu a organização dos operários. Contudo, as vésperas da guerra de 1914-1918, as organizações operárias da Haute-Silésia ainda eram fracas.

O proletariado de Lodz estava melhor organizado. Em maio de 1892, desencadeou o que ficou conhecido como "A Revolta de Lodz", caracterizada por uma greve geral de 6 dias.

A primeira aparição de um 'Conselho Operário' remonta à Revolução russa de 1905. Neste ano, a classe operária polonesa manifestou sua solidariedade aos trabalhadores russos. Em 1º de Maio, em várias regiões houve manifestações. Durante todo o mês de maio, ocorreram greves em Lodz e Varsóvia.

Em 1918, apareceram Conselhos Operários em Varsóvia, Lublin, Lodz, Zyrardow e Dombrowa. Principalmente em Lublin e em Dombrowa, a classe operária foi muito ativa. Em muitas fabricas os "Conselhos de fabrica" foram eleitos para lutar contra a sabotagem.

Em novembro de 1918, foi constituído em Lublin o primeiro "Conselho dos Delegados Operários" da Polônia. Este "Conselho" proclamou a jornada de 8 horas e criou uma 'polícia vermelha'. Ainda em Lublin, foi criado um 'Governo Popular'.

Nesta mesma época, os camponeses de Lublin, Lodz, Kutno formaram os "Conselhos de Delegados Camponeses" (Lubartow e Pulawy). Em algumas regiões, os "Conselhos" organizaram greves e ajudaram os camponeses na ocupação de numerosas explorações agrícolas.

- A "Republica Vermelha" de Dombrowa:

O episódio mais celebre deste período foi a formação, no Sul do país, da "Republica Vermelha" de Dombrowa. Logo após a libertação, em novembro de 1918, os comitês locais da Social-democracia e do Partido Socialista de esquerda, formaram um Conselho Operário. Em novembro, a greve geral foi deflagada em Dombrowa-Gornicza. Em Sosnowiec, o Conselho Operário local lançou a luta pela jornada de trabalho de 8 horas, apoiado por uma 'milícia vermelha'. Lutavam também por um aumento salarial de 100%. Em dezembro, os vários conselhos Operários se fundiram, seguiram-se as eleições nas fabricas onde existiam os Conselhos de Delegados Operários.

Existiu durante todo este período um 'poder duplo', em que os Conselhos Operários locais ou de fabrica, apoiados pela 'milícia vermelha', eram o pólo revolucionário. Mas, essa experiência teve vida curta. Na segunda quinzena de dezembro de 1918, a intervenção militar foi intensificada e os Conselhos Operários, junto com a 'milícia vermelha', passaram à defensiva. Ainda em fevereiro de 1919, uma greve foi organizada pelo Conselho Operário, chegando a contar com mais de 30.000 operários. Em março, uma manifestação igual foi brutalmente reprimida. Em julho, houve a prisão dos membros do Conselho de Delegados Operários da "Republica Vermelha" de Dombrowa, que pôs fim à experiência operária.

Entre as duas Guerras, a ação reivindicatória da classe operária foi bastante forte. Para o número de greves comparado com os 4 grandes países industrializados - Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França - a Polônia ocupou o segundo lugar nos anos de 1926, 1933, 1934 e 1935, sendo superada apenas pela França e EUA. A Polônia ocupa o mesmo lugar em relação ao

numero de grevistas nos anos 1928,1934 e 1935.para os outros anos,a Polônia fica em terceiro lugar.

Dois pontos culminantes marcaram a atividade operaria entre as duas Guerras: 1923 e 1936-1937.Os operários têxteis ficam em primeiro lugar em relação as greves mais longas.A mais famosa foi a dos 130.000 operarios de Lodz,que durou de 2 a 15 de março.Greves curtas ocorreram nas minas de Dombrowa,Cracovia e da Haute-Silesia.Na metalurgia e na fundição,as greves tomaram características de greves de empresa.Os trabalhadores em transportes deram prova de sua combatividade.

-As Centrais Sindicais:

O período que vai de 1918 a 1939,apresentou uma grande mobilização operaria.havia nesta época varias centrais sindicais.O pluralismo sindical representou uma fragmentação política que cresceu com o tempo.Em 1939,a Polônia foi invadida pelas forças nazistas.

O pacto assinado entre a União Soviética e a Alemanha nazista foi um golpe forte para o proletariado polonês.Não só na zona de ocupação alemã como também na zona soviética foram suprimidos os sindicatos independentes.Para os dados sobre as centrais Sindicais ,ver "Rosa Luxemburgo e Solidarnosc" (1988.pag. 19)

- A nova classe operária após 1945:

O balanço da segunda Guerra para a Polônia foi desolador:

- 17% da população (6 milhões de pessoas) desapareceu;

- 38% do patrimônio nacional foi destruído,sobretudo as cidades;

- o extermínio dos judeus,a maioria operários,foi total.Em abril de 1943,os 100.000 sobreviventes dos 400.000 judeus do Gueto de varsóvia revoltaram-se e foram reprimidos.A divisão entre as grandes potencias vencedoras tira da polônia as minorias da Ucrânia e da Alemanha.

- A Insurreição de Varsóvia;

Enfraquecida após 3 anos de combate contra a ocupação nazista, a classe operária polonesa sofreu violento golpe. Em vista do rápido avanço do Exército Vermelho e da desbandada do exército nazista, o proletariado de Varsóvia se insurgiu em agosto de 1944. As forças insurgentes tinham 50.000 pessoas contra as forças alemãs que eram superiores em número e em armas. As forças polonesas foram massacradas e Varsóvia foi arrasada pelos bombardeios da aviação e da artilharia alemãs.

O exército vermelho não foi em ajuda das forças da Polônia, apesar de se achar à 60 km de Varsóvia. Dois meses após, quando entrou na capital, esta já estava arrasada pelos nazistas, que assassinaram cerca de 200.000 pessoas e deportaram 100.000. O marechal Rakossowski, comandante do exército vermelho, ficou como chefe do Ministério da Defesa Polonesa.

As forças polonesas que participaram da insurreição tinham a seguinte composição:

- Força Armada nacional (extrema direita), com 8.000 pessoas;
- Exército do Povo (comunista), 570.000 pessoas;
- Exército do Povo Polaco (socialista de esquerda), 120.000

- A Reconstrução Sindical e a autogestão:

Com a derrota da Alemanha nazista, criou-se uma situação nova na Europa. Entre agosto de 1944 e março de 1945, houve um enorme desenvolvimento do movimento operário. Os sindicatos foram organizados em todos os níveis, principalmente comitês de fábrica, que tinham por função o controle e a gestão das empresas. Os sindicatos se estruturavam em Federações por indústrias e por regiões, e os delegados de ambas formavam o Comitê Central dos Sindicatos. Em 1945, cerca de 1.000.000, 50% dos operários, estavam filiados. Em 1946, este número duplicou atingindo 65% dos trabalhadores.

Entretanto, a burocracia estalinista procurou por todos os meios estrangular o movimento da classe operária polonesa. Esta resistiu bravamente: nas eleições dos comitês de fábrica, em 1945, os candidatos da burocracia foram espetacularmente derrotados pelos candidatos socialistas (do Partido Popular Socialista). Em 1947, a burocracia foi derrotada nas federações dos ferroviários e na dos professores.

A resistência operária a transformação dos sindicatos em órgãos do Estado e em 'correia de transmissão' do PC levou a choques violentos em Gdansk, Gdynia, Szczecin e em Lodz. A vitória da burocracia significou a dissolução de todos os grupos não-estalinistas e o aparelhamento total dos sindicatos pelo Estado e pelo PC.

- O Sindicalismo oficial:

Os sindicatos foram agrupados numa única Confederação – Conselho Central das Uniões Sindicais (CRZZ). Os sindicatos foram definidos como ‘co-produtores do aumento da produção’. O CRZZ, agrupava 23 federações da indústria, era uma verdadeira ‘correia de transmissão’ do PC e do poder. A defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores ficou relegada a segundo plano. A idéia de autonomia foi condenada no segundo Congresso dos sindicatos, em 1949. A corrupção dos funcionários do aparelho sindical, com numerosas vantagens pessoais, contribuiu para o descrédito entre os trabalhadores.

Em 1972, os operários formavam o grupo mais numeroso da população. Os camponeses representavam, então, apenas 1/3 da população ativa.

- A Juventude da Classe Operária:

Mais de 50% dos trabalhadores têm menos de 29 anos; 2/3 ainda não passaram dos 40 anos.

No decorrer dos anos 60, as gerações nascidas da explosão demográfica do pós-Guerra entraram na idade produtiva.

A juventude da classe operária pode ser definida por sua origem rural e seu contato recente com o aparelho de produção industrial. 1/3 dos operários vêm do campo e 1/3 ainda habita nele. Os ramos modernos empregavam em 1976, cerca de 47% do total dos operários na indústria.

=====

#### 1981: A “Rede Autogestionária” dos Conselhos Operários

O desenvolvimento dos conselhos operários e dos comitês fundadores da autogestão operária foi um fenômeno de massa. Vejamos alguns dados, a partir da obra de Kowalevski.

Em julho de 1981, existia em Varsóvia um total de 206 conselhos de fábrica. Foi no outono que ocorreu a fase mais importante dos conselhos. Durante a primeira metade de novembro, em 1500 empresas da região de Lodz, contavam-se 450 conselhos operários. Na região de Gdansk, nas 1500 empresas, havia conselhos operários em 250 ou 300. Na região de Bydgoszcz, que não é um centro industrial de peso, existiam conselhos em 150 empresas. Em

pequenas regiões, como Torun e Kujawy, 60 e 50 respectivamente. Na região de Kalisz, um total de 15% das empresas. Estimava-se, em dezembro, um total de 20% das empresas do país com conselhos operários.

---

A autogestão na Polônia passou a ser um programa com a fundação da “Rede Autogestionária das Grandes Empresas”, em abril de 1981. A ideia da “Rede” tomou forma quando Solidarnosc passou por um período de crise, em março de 1981, após os incidentes de Bydgoszcz: em março as forças da ordem intervieram violentamente no decorrer de uma negociação entre Solidarnosc e as autoridades locais e o governo; vários operários foram feridos; o incidente gerou uma profunda crise.

O projeto de autogestão da “Rede” nasceu da necessidade de contatos horizontais entre as grandes empresas, e da ausência de mudanças nas fábricas, além do imobilismo do poder na área econômica.

A discussão inicial decorreu no mês de abril entre as seções do Solidarnosc e dos grandes estaleiros navais de Gdansk e Szczecin. Em 14 e 15 de abril foi realizada, em Gdansk, a reunião constitutiva da “Rede Autogestionária”. Foram, então, escolhidas 17 representações, uma por região, mais a Academia de Ciências de Varsóvia. Assim, a “Rede” reunia em sua estrutura horizontal, extra-estatutária, os delegados das seções de Solidarnosc das 17 maiores empresas da Polônia. Em várias regiões, foram criadas “sub-Redes”.

A “Rede das Grandes Empresas”, como era chamada pelos ativistas sindicais, tornou-se uma espécie de grupo de proposição no seio de Solidarnosc. Elaborou uma série de projetos de lei sobre a autogestão e lançou a ideia da criação de um Partido Polonês do Trabalho. Através do projeto de lei intitulado “A Autogestão na Empresa Social, Propriedade do conjunto da Sociedade”, popularizou o debate em todo o país. Este projeto foi publicado maciçamente; em Szczecin= 50.000 exemplares, em Gdansk= 20.000, em Varsóvia=20.000, numa tiragem total de 300.000 exemplares em todo o país.

De 11 a 13 de maio, uma reunião nas siderúrgicas “Lenine”, de Nowa-Huta, reagrupou os delegados da “Rede”, adotando no final um projeto de “Teses sobre a Autogestão dos Trabalhadores”. Ainda no final de abril, realizou-se em Gdansk, o II Encontro nacional da “Rede”, precedido de reuniões regionais; em Lodz e Wrocław foram elaborados projetos para discussão.

Em julho, os trabalhadores da “LOT” (Linhas Aéreas Polonesas) decidiram eleger seu diretor. O conflito agravou-se e popularizou ainda mais a ideia da eleição dos diretores de empresas pelos próprios trabalhadores.

Em 8 de julho, foi realizada mais uma vez em Gdansk nos Estaleiros navais “Lenine”, a I Conferência do ‘Movimento pelo Controle Operário na Polônia’ (conselhos de Gestão operária). Participaram 1.500 delegados representando as 150 empresas mais importantes do país. Na verdade, foi o primeiro encontro público da “Rede”, que atingiu na época cerca de 3.000 empresas. O movimento formou-se dentro de Solidarnosc como um grupo de

pressão, reagrupando os representantes sindicais de grandes empresas (entre 17.000 e 30.000 trabalhadores).

Todavia, a relação entre a “Rede” e a direção de Solidarnosc foi difícil no início. O sindicato, definindo-se como força de contestação, reagiu à ideia de gestão da produção. Em Gdansk, os órgãos de autogestão foram criados nas oficinas. O mesmo se passou na fábrica de vagões de Wrocław; contudo, a seção de Solidarnosc na empresa pediu o fim da experiência. Muitas empresas foram contra a reunião que teve lugar, em 14 e 15 de abril, nos Estaleiros navais de Gdansk e, só a presença de Lech Walesa convenceu os reticentes.

Entretanto, a direção de Solidarnosc não podia ignorar por muito tempo o movimento autogestionário; em 28 de maio, a “Rede das Grandes Empresas” foi reconhecida, mas, como uma das comissões consultivas do sindicato.

- O Grupo de Lublin:

Em 12 e 13 de julho, a direção regional de Solidarnosc-Lublin organizou a I Conferência inter-regiões dos comitês fundadores da autogestão, dos conselhos operários e das direções sindicais de fábrica. O tema da Conferência foi “O Solidarnosc e a Autogestão Operária”.

Participaram 150 delegados de várias regiões. Foi decidida a formação de um grupo de trabalho, tendo por objetivo organizar uma inter-regional de cooperação dos Conselhos Operários, e realizar, em 1981, o I Congresso Nacional dos delegados regionais dos Conselhos Operários.

Vários documentos foram utilizados para o debate na Conferência: uma brochura intitulada “Estatuto dos Conselhos Operários”, produzida em Lodz, em março; uma outra contendo diferentes ‘Projetos de estatutos de conselhos de autogestão’; um relatório sobre a crise econômica e a autogestão, seguido de proposições concretas de organização; um documento sobre “o funcionamento da autogestão na Polônia e na Jugoslávia”.

As atividades continuaram a partir do grupo de trabalho, conhecido como “Grupo de Lublin”, que publicou um “Programa de ação imediata para os Conselhos Operários e os dez critérios para a autogestão operária hoje”, publicado em “Autogestão” (“Samorząd”), número 1, de Lublin, e no número 109 do Boletim cotidiano de Varsóvia “Independência Sindical” (Niezależność).

Este grupo publicou, também, as “Teses sobre as relações entre o Solidarnosc e os Conselhos Operários”, e, as “Teses sobre a estrutura de organização do movimento autogestionário”. Apoiou e divulgou os documentos elaborados pela “Rede das Grandes Empresas”.

A partir desta iniciativa de Lublin, várias Conferências regionais de autogestão operária foram realizadas. Em outubro de 1981, durante uma reunião nacional dos Conselhos Operários, foi eleita uma comissão nacional, ainda por iniciativa do Grupo de Lublin. Em 13 e 14 de

setembro, tinha sido realizada, em Lublin, a I Conferência nacional sobre as 'condições de Trabalho'.

- O Grupo de Lodz;

A corrente que foi mais longe na reflexão e na prática da autogestão operária foi, sem dúvidas, a ala majoritária do Comitê Regional do Solidarnosc de Lodz. Em agosto 1981, Zbigniew Kowalewski (membro do presidium da direção local de Solidarnosc) publicou um texto de debate que se tornou uma das peças fundamentais da discussão sobre o movimento autogestionário: "Da Tática da Greve Ativa".

A tese foi elaborada a partir dos debates do 1º Congresso Regional de Solidarnosc, pela delegação de Lodz. A Tese diz respeito aos meios de ação do Sindicato para instaurar a autogestão nas fábricas.

A proposição programática do presidium de Lodz, apresentada no 1º Congresso de Solidarnosc, defende o controle dos conselhos operários sobre o Estado e, em particular, propõe a criação de uma "Câmara Sócio-econômica" no Parlamento, baseada nos Conselhos Operários

O conselho dos trabalhadores da fábrica WZPB "1º de Maio", de Lodz, afirma: "A autogestão, para ser duradoura, deve ter a sua própria representação no parlamento e nos conselhos do povo (câmaras autogestionárias). (...) A autogestão deve ter o direito de criar as comissões de coordenação regional e nacional dos conselhos de trabalhadores".

Deste modo, através da generalização dos conselhos de cooperação, dos conselhos de trabalhadores, em nível regional e das unidades inter-regionais dos delegados de conselhos, o movimento autogestionário encaminhava-se para uma real planificação central socializada.

A centralização democrática dos conselhos de fábrica, de cidade, e de bairro, com suas estruturas regionais e culminando num parlamento dos conselhos (uma câmara autogestionária), apontava para a organização do conjunto social em todos os níveis, permitindo aos trabalhadores conquistar e exercer o poder.

Essa dimensão estava presente nas teses elaboradas pela direção regional de Lodz, entre outras regiões, sendo inclusive prevista a coordenação da economia, durante a greve ativa, pela comissão econômica ampliada criada em Lodz pelos responsáveis sindicais, pelos representantes dos conselhos operários e ajudados pelos assessores).

O comitê regional de Lodz, em outubro de 1981, realizou uma experiência na região, em relação ao controle da distribuição do abastecimento alimentar. Fazendo frente ao desenvolvimento do 'mercado negro' dos bilhetes de racionamento, a direção regional de Solidarnosc exigiu o direito de imprimir os bilhetes, e de exercer o controle da sua distribuição para as fábricas e para administração. Foi elaborada uma lista dos gêneros alimentícios em

falta,acompanhada de uma proposição para modificar a produção em função das necessidades sociais.

Ainda em Lodz,uma coordenação dos conselhos operários foi criada.Seu primeiro apelo intitulou-se:"A todas as instancias do movimento pela autogestão nas fabricas".

- A proposta da "Rede das Grandes Empresas" de Solidarnosc:

"A autogestão na empresa social,propriedade do conjunto da sociedade".

O sistema de economia socialista centralizada deixou de funcionar(...)O pais encontra-se à beira do caos e da crise. Nesta situação,apresentamos um projeto de reforma total,profunda da nossa economia(...)Esta requer profundas mudanças em nível das instancias centrais do Poder e das fabricas.

A independência das fabricas implica uma vasta reorganização da administração central. Todos os Ministérios do ramo econômico devem ser suprimidos e substituídos por um único Ministério da Industria e do Comercio.É necessário acabar com o principio que permite à instituição de planificação gerir as fabricas(...)

- AUTOGESTÃO

A autogestão numa fabrica significa que os seus trabalhadores e os seus representantes – O Conselho de Trabalhadores- constituem a mais alta autoridade de gestão.A dependência organizacional e oficial dos dirigentes de fabrica em relação à administração e à nomenclatura do Partido deve ser eliminada e deve-se introduzir o principio que só o conselho de trabalhadores pode designar o diretor.O diretor deve ser subordinado ao conselho de trabalhadores e aplicar suas decisões na gestão cotidiana da fabrica.O conselho de trabalhadores deve ser eleito por sufrágio universal,igualitário e direto e com cédulas secretas para todos os trabalhadores da fabrica.Sua tarefa é de fixar os objetivos estratégicos da fabrica,o funcionamento e o desenvolvimnto da fabrica; seus projetos,sua estrutura,seus representantes,os princípios de sua política de técnicos,a repartição de seus lucros,as assinaturas dos contratos de cooperação ou de importação-exportação,o salário dos diretores.Controlará sem restrições o funcionamento da fabrica.

Uma inteira independência em amteria de propriedade e de organização deve ser dada à autogestão territorial (conselhos e outras representações dos habitantes de cidades e municípios).É particularmente necessário mudar a lei eleitoral para os órgãos de autogestão territorial.

O direito de propor os candidatos deverá ser dado às organizações de autogestão dos trabalhadores e aos cidadãos que consigam reunir um número apropriado de assinaturas para substituir suas candidaturas.

#### -AUTOFINANCIAMENTO

Em lugar de subvencionar os 'deficités planejados', é necessário introduzir o princípio do autofinanciamento, em que a fábrica cobre todas as suas despesas a partir de seus próprios lucros (ou eventualmente de créditos bancários).(...)Os salários dos trabalhadores dependem dos lucros das fábricas, assim como os trabalhadores podem se beneficiar diretamente da qualidade do seu trabalho(...)

#### AS EMPRESAS SOCIAIS E OUTRAS

O tipo fundamental de fábrica-empresa será o das empresas sociais. Elas reagrupam todas as empresas do Estado que ascenderão à independência, à autogestão e ao autofinanciamento.(...)A qualificação de 'empresa do Estado' será reservada somente às empresas que fazem parte da esfera dita de 'serviços de base' (ferrovias, correios, etc). estas terão uma independência limitada. Nestas empresas, como nos bancos comerciais e nas sucursais do Banco Nacional Polonês, a autogestão existirá, mas disporão de competências bastante diminuídas, em virtude da sua ausência de independência. As únicas empresas às quais não se aplicará a autogestão serão as empresas privadas, qualquer que seja a nacionalidade do seu proprietário, às quais serão dados os direitos iguais na nossa economia. (Agosto de 1981)

- Teses da "Rede Autogestionária" sobre a Autogestão:

A empresa social é a unidade de base da economia nacional. Para passar da estatização dos meios de produção para socialização, cabe a empresa social:

-Gerir os seus negócios de modo autônomo...É dotada de personalidade jurídica que abrange o conjunto de seus empregados, os quais gerem a parte dos bens nacionais que lhes é confiada e administra através de seus órgãos de autogestão (art.1)

-Os membros destes órgãos autogestionários são responsáveis perante os seus eleitores (todos os empregados), fixa as linhas gerais da sua atividade e do seu desenvolvimento e decide da repartição dos lucros (&5,art. 10).

-O conselho de autogestão é eleito por 4 anos por voto geral, igualitário,direto e secreto (&6, art.16).Todo o empregado da empresa tem direito a voto,porém só são elegíveis os que têm mais de 2 anos na empresa.Esta regra não se aplica às empresas novas (& 4 e 5,art.16).

-O conselho deve ser totalmente independente dos partidos, dos sindicatos e da administração da empresa.Os principais quadros do estabelecimento (diretor,contabilista,chefe do pessoal,etc) não são elegíveis,assim como as pessoas que ocupam postos de direção nas organizações sociais e políticas (& 6 e 7,art.16)

-O conselho de autogestão tem poder de eleger e de revogar o diretor da empresa (art.42).A função do diretor da empresa é a de executar as decisões tomadas pelos órgãos autogestionários (art.36);o diretor é encarregado da gestão operacional da empresa (art.370;o diretor dispõe do direito de veto sobre as decisões dos conselhos,desde que estas contradigam as disposições da lei(art.41).

-Os sindicatos defendem os interesses dos trabalhadores como produtores,e o conselho de autogestão representam a vontade do pessoal como empregador; ele define o conjunto da política económica da empresa:organização,plano,divisão de lucros,escolha de técnicos,regras de trabalho,contratos comerciais,etc.(art.19).As decisões do conselho são tomadas baseadas na maioria absoluta e em presença de pelo menos 2/3 dos seus membros(art.25).Certas decisões necessitam de uma consulta ao sindicato: as que concernem aos negócios relevantes do campo sindical,os órgãos de autogestão devem permitir ao sindicato exprimir a sua opinião,conforme a lei sindical e o Código do Trabalho(art.58).

-Deve constituir-se uma segunda Câmara no Parlamento,reunindo os representantes eleitos democraticamente nos órgãos de autogestão dos trabalhadores,nas federações dos consumidores,nas associações técnico-científicas,nos movimentos ecológicos e de proteção da Natureza,nos conselhos nacionais e nos sindicatos.(...)A câmara dos órgãos de autogestão será o proprietário social autêntico dos meios de produção de todo o país.Ela realizará o papel de coordenação das atividades dos conselhos de trabalhadores em nível nacional;designará as principais orientações da economia nacional sob a forma de um plano de vários anos,traçando as perspectivas estratégicas.Exercerá o controle social supremo.”

“da tática da Greve Ativa”:

“As formas de luta do Solidarnosc, inclusive e sobretudo sua última arma – a greve de massas – deverão estar subordinadas ao seu objetivo estratégico. A greve de ocupação, tal como foi praticada até o presente pelo Solidarnosc – isto é, passiva –, é uma arma de dois gumes. A interrupção do processo de produção, segundo sua duração e sua extensão, diminui sempre a produção de bens materiais, e assim, limita as possibilidades de satisfazer as necessidades sociais. Tendo presente o aprofundamento da crise econômica e da penúria em face do afundamento dramático do processo de reprodução social, a greve de massas torna-se uma faca de dois gumes.

(...) Por outro lado, a experiência demonstra que, sem uma greve geral prolongada, não é claro que a sociedade possa obter outra coisa que concessões pequenas por parte da burocracia. (...) O Solidarnosc não pode renunciar à greve enquanto meio de ação. Entretanto, a greve de ocupação passiva utilizada até o momento – mesmo que sua utilização não deva ser descartada – não pode permanecer, na situação presente, como a única arma possível. Em consequência, uma só conclusão se impõe:

Se os grupos reacionários da burocracia que dispõem das posições-chave no aparelho do poder se revelarem num futuro próximo suficientemente fortes e astutos para forçar o Solidarnosc a recorrer à sua última arma para se defender de seus ataques contra a dignidade, os direitos e os interesses da classe operária e da sociedade ou se esta necessidade for imposta pela cólera social que aumenta em face da incapacidade e da impotência do aparelho do poder, nós não deveremos limitar-nos à greve passiva. Deveremos estar preparados para passar da greve de ocupação passiva à greve de ocupação ativa.

## O Controle da Produção

Durante a greve de ocupação passiva, as comissões de fábrica do Solidarnosc, transformadas em comitês de greve, tomaram automaticamente o poder no interior da fábrica. Agirão da mesma forma durante a greve ativa. A diferença entre estas duas formas de greve de ocupação é que após uma breve parada da produção, isto é, uma greve passiva, os comitês de greve asseguram a recolocação em funcionamento da fábrica, controlam a produção e de um modo geral toda a atividade da fábrica. E, após o fim da greve, contrariamente ao que se passa em caso de greve passiva, o poder na fábrica não retorna aos que o exerciam antes, mas aos órgãos de autogestão operária.

Nas fábricas de trabalho contínuo, não se pode fazer greve passiva; isto não significa que não hajam greves. Nelas os trabalhadores passam diretamente à greve ativa. Os comitês de greve controlam plenamente os serviços públicos, isto é, as centrais elétricas térmicas, as companhias de gás, as companhias de água, as casernas de bombeiros, etc. O comitê de greve regional pode decidir excluir certas fábricas da greve ativa, ou seja parar sua produção em vista da

necessidade de organizar a produção regional segundo as reservas de energia e matérias-primas disponíveis.

(...)Os trabalhadores destas fabricas participarão na greve ativa de outra maneira:deverão empreender toda a espécie de atividade socialmente útil,como renovar as maquinas e as instalações,proceder a uma revisão completa da fabrica;por em ordem as oficinas,começar a trabalhar para uma nova organização interna das fabricas,e como planos alternativos,que surgirão com o tempo,participar nas patrulhas de vigilância cívica,se elas forem mobilizadas,participar nas equipes que deverão ir ao campo para ajudar os camponeses individuais nos trabalhos,etc.

Numa fabrica industrial típica, onde os trabalhadores participam na greve ativa,o fato de o comitê de greve exercer o poder e o controle da produção não significa que ele deva dirigir diretamente a fabrica.É uma tarefa para os especialistas de organização e de gestão.Segundo os casos, a fabrica será dirigida seja por sua direção inicial,seja por um comitê de gestão,organizado para a duração da greve e composto por técnicos que sejam bons especialistas e ao mesmo tempo gozem da confiança dos trabalhadores e do comitê de greve.

A fim de se assegurar um bom corpo operacional,é necessário,durante os preparativos da greve ativa,decidir previamente as nomeações aos postos responsáveis como o de diretor dos assuntos técnicos, de técnico principal,de mecânico principal,etc.assim como os postos de chefe de oficina e de setor.

#### O Papel do Comitê de Greve

O comitê de greve deve dispor,em nome dos trabalhadores e em nome do interesse social,do bem nacional confiado à fabrica, e decidir todos os negócios importantes concernentes à atividade durante a duração da greve ativa.Nenhuma decisão importante,quer tomada pelo diretor quer por uma outra pessoa responsável ,será válida se não for avalizada pelo comitê de greve.

O comitê de greve deve,como se passa quando da greve de ocupação passiva,organizar uma guarda operaria,assegurar a cooperação dos vigilantes da fabrica ou contrata-los,proteger particularmente os armazéns de armas que se encontrem na fabrica, a fim de impedir a sua destruição,garantir o provisionamento das cantinas,etc.

A greve ativa deve necessariamente ser acompanhada da proclamação pelos trabalhadores de uma 'declaração de independencia da fabrica',que consiste principalmente em recusar a

obedecer à associação industrial, de se submeter às suas ingerências e cessar de enviar o dinheiro para sustentação da central das associações industriais(...)

Preparar a Greve Ativa de Imediato:

Devemos começar imediatamente a preparar os trabalhadores a agir, em caso de proclamação pelo Solidarnosc da greve ativa, e não somente porque não podemos prever de antemão a explosão de uma greve, mas também porque enquanto mais tempo tivermos melhor será para prepará-la. Os preparativos deverão ter duas direções: de um lado assegurar as condições mínimas necessárias para a greve ativa, do outro, emprender os preparativos a longo termo, num prazo de alguns meses(...) tais preparativos não somente garantirão aos trabalhadores condições ótimas para uma ação de greve eficaz, mas prepararão as fabricas para a reforma econômica autogestionária e oferecerão as perspectivas de elaboração de um programa para tirar a fabrica da crise(...)

O relatório sobre a situação da fabrica pode ser elaborado pelos trabalhadores, mesmo onde exista a possibilidade de criar equipes mistas (no melhor dos casos, duas rivalizando entre elas) compostas por operários e técnicos(...)

O comitê regional de greve do Solidarnosc desempenhará durante toda a duração da greve ativa um papel extremamente importante, superando o quadro de ser unicamente a direção da greve e de sua coordenação(...) Só ou com a Comissão Regional de Cooperação dos Conselhos Operários, ou ainda com o comitê constitutivo do conselho regional de trabalhadores – na medida em que este órgão exista – , ele deve controlar centralmente a atividade econômica de certos setores, pouco numerosos, mas extremamente importantes, como por exemplo, o provisionamento da população em gêneros alimentares de base e em medicamentos, a produção de matérias-primas essenciais e de energia, os transportes ou ainda a realização dos acordos-chaves de cooperação com o estrangeiro...

As Tarefas do Comitê Regional de Greve:

Uma outra tarefa não menos importante da direção regional deve ser a exploração de todas as fontes que permitam assegurar provisões para as cidades pelo campo em um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas da população citadina.

=====

- Polónia : Estado de Guerra (1981)

Introdução=

de Bydgoszcz ao “Estado de Guerra”.

Uma questão fundamental, se bem que tabu, esteve sempre presente nos acontecimentos poloneses que ocorreram de agosto/80 à dezembro/81: em que medida e até quando Solidarnosc e o Partido Comunista poderiam coexistir sem por em causa o sistema político característico dos países do Leste europeu ?

A fundação e desenvolvimento de Solidarnosc subverteram em profundidade a sociedade polonesa. Os acordos de Gdansk, agosto/80, assinados nos canteiros “Lenine”, entre grevistas e o Estado, institucionalizaram de fato, uma repartição dos papéis entre o POUP e Solidarnosc. Repartição esta, contrária as regras habituais de funcionamento deste tipo de regime político, em que toda a vida social é controlada segundo o centralismo burocrático do Partido-Estado.

Estava, assim, estabelecida a ‘dualidade de poderes’, pois Solidarnosc se caracterizava como um ‘contra-poder’: de um lado, o direito de organização independente é reconhecido à classe operária, de outro, o Partido continua, em princípio, tendo o papel dirigente na sociedade e no Estado. Esse papel do POUP está inscrito na Constituição polonesa após 1976 e, está baseado na suposta legitimidade que a classe operária lhe delega.

Antes da existência do Sindicato Independente e Autogerido, esta legitimidade resultava da subordinação da central Sindical oficial (CRZZ) existente ao POUP. Os dirigentes sindicais eram em sua maioria membros do POUP e designados pelo Comitê central e pelos Comitês regionais do POUP. Após a fundação de Solidarnosc, essa situação mudou. Todos os dirigentes sindicais são eleitos por voto secreto e, o acumulo de cargos (responsabilidade de direção no movimento sindical e em organizações partidárias) é interdito pelos estatutos do Solidarnosc.

A auto-organização dos trabalhadores poloneses, materializou-se em Solidarnosc, desmistificou a pretensa legitimidade do Estado-Operário.

Nos 16 meses desta ‘revolução auto-limitada’, a instabilidade foi uma constante. Por varias vezes, o confronto pareceu iminente: a crise de Bydgoszcz, o conflito sobre os ‘sabados livres’, o registro do Sindicato, etc. antes de dezembro/81, nem o Partido nem o Sindicato colocaram em crise os compromissos de agosto/80, que compreendiam : a conservação do sistema político vigente; o respeito ao papel dirigente do POUP e, as alianças internacionais da Polónia.

Entretanto, nenhum dos acordos foi plenamente cumprido. As existencias do aparelho de Estado, e o jogo de divergências entre os dirigentes do Partido, tornavam difícil o respeito ao

compromisso alcançado em Gdansk. A presença da Igreja, enquanto força mediadora, as pressões do PCUS e seus aliados do Pacto de Varsóvia, vendo na situação polonesa um perigo de desestabilização do 'bloco soviético', complexificaram o quadro. Ao mesmo tempo, a irrupção dos vários movimentos sociais, produziu mutações na sociedade e no aparelho estatal. Como pano de fundo, a crise econômica cada vez mais grave:

Segundo os dados oficiais, a Renda nacional caiu 13% em 1981; o nível de vida da população foi consideravelmente reduzido. A crise econômica foi acelerada por uma diminuição das horas de trabalho, por um aumento dos salários associado a uma baixa da produção pelas tensões sociais e pelas greves. Muitas das dificuldades do país foram causadas pela baixa produção de carvão.

Os principais dados econômicos, de acordo com o Centro Polonês de estatísticas, em relação a 80:

- a produção industrial neta caiu em 19%;
- a produção agrícola neta aumentou em 23%;
- as despesas de investimento de capitais caiu em 45%;
- a massa salarial aumentou de 24%
- o salário médio passou a 7.704 Zlotys (1.523 zlotys a mais);
- o valor das exportações caiu em 14,6%;
- o déficit comercial foi de 7 bilhões de Zlotys;
- o custo de vida aumentou em 25%;
- a dívida externa de 25 bilhões de dólares, cujos serviços tornam-se cada vez maiores, reduzindo as compras de matérias-primas e os investimentos.

Na agricultura, em junho de 1981, nota-se uma redução do número de cabeças de 11% para o porco, de 3,8% para o gado, de 2,8% para vacas leiteiras. Os agricultores trabalham em condições difíceis devido a falta de adubos minerais, de inseticidas, de pneus e de peças de reposição para as máquinas.

Enfim, o mercado interno é completamente anárquico, notadamente no que concerne ao consumo alimentar. O abastecimento de artigos alimentares e industriais foi reduzido de 10% durante os primeiros meses de 81. Em agosto, a penúria torna-se comum para carne, e, se estende à maioria dos artigos de base. Após o 1º de Abril, o sistema de racionamento foi generalizado para maioria dos artigos. Frequentemente, os bilhetes para consumo não são aceitáveis devido a falta de estoques, o que encoraja o mercado negro. O caso da carne é típico: os agricultores não são encorajados a vender carne ao , porque não encontram nada para comprar com o dinheiro recebido em troca.

Deste modo, os fatores de tensão social sempre estiveram presentes. O equilíbrio sempre foi frágil e seu rompimento foi determinado por estes fatores político-econômicos. O limite entre a paz e a guerra estava determinado pelo monopólio estatal pelo Partido. Em um texto de setembro, Jacek Kuron, assessor do Solidarnosc, afirmava que:

“ A revolução polonesa começou durante o verão de 80 a quebrar com o monopólio comunista em três domínios fundamentais, a saber:

Na organização, na informação e no poder de decisão.

- 1) no domínio da organização, o monopólio foi quebrado graças a existência mesma de Solidarnosc e das estruturas horizontais do Partido...
- 2) o monopólio da informação foi quebrado pelo jornal “Solidarnosc” e pela imprensa sindical...
- 3) Enfim, não há mais o monopólio na tomada de decisões, porque o Partido não pode fazê-lo sem aprovação do Sindicato.  
O velho sistema afundou e nós não criamos um novo”, conclui Kuron.

Com o estabelecimento total de poder em todos os domínios e com a limitação da corrente reformista do POUP, Solidarnosc teve que tomar iniciativas no campo estritamente político, tornando-se um pólo de poder antagônico em relação a um Partido esgotado do ponto de vista de suas funções sociais. Este foi um risco permanente ao qual o Sindicato esteve exposto, pois, em um sistema político fundado no controle total do Estado-partido sobre a Sociedade, todo corpo social independente, por força da própria realidade, torna-se um concentrado de todas as aspirações anti-estatais.

Foi justamente a questão do poder que a Junta Militar alegou para dar o golpe: “ Os discursos de Radom e os debates de Gdansk mostraram quais as suas (dos dirigentes sindicais) ambições reais. O que acontece a cada dia o confirma: a agressividade dos extremistas não cessa de crescer e eles propõem claramente abater o sistema de Estado polonês”, afirmou o gal. Jazdzewski em seu discurso do 13 Dezembro, anunciando o putsch militar pela televisão.

No final de Novembro, “Izvestia” (cotidiano do Governo soviético) declarava que; “ A contra-revolução aspira ao poder na Polônia”. No 1º de Dezembro, a agência “Tass”, sem eu ataque mais violento contra o Solidarnosc, acusa-o de ‘preparar a tomada do poder’.

A estratégia de Solidarnosc teve sempre como base o princípio da ‘revolução auto-limitada’. A situação geopolítica do país esteve sempre presente: “ A responsabilidade dos obriga a tomar em consideração as relações de força criadas na Europa após a segunda Guerra mundial”, lemos no programa do Sindicato.

Zbigniew Bujak, em entrevista a um jornalista após o golpe e em plena clandestinidade, afirmou: “Muitas pessoas compararam a construção de Solidarnosc a uma revolução. Mas esta revolução excluía o recurso à força, e respeitou os imperativos de Estado polonês- as alianças, a cooperação econômica, o papel dirigente do POUP. Ela devia dar ao Partido e ao Governo a autoridade para reformar o sistema de governo no país e encontrar uma fórmula nova no que diz respeito ao papel dirigente do partido, tendo em conta as mudanças sociais em curso”.

Entretanto, para os autores do putsch militar tudo se passou como se o Sindicato nas reuniões de Radom ( 3 Dezembro) e Gdansk ( 12 Dezembro) tivesse optado por ‘tomar o poder’. O golpe militar teria sido apenas uma operação defensiva, uma “repressão autolimitada” ,como o definiu a junta Militar.

Na reunião de Gdansk, o tema central foi a decisão do poder de passar ao confronto e, o que o sindicato faria em tal situação. Os dirigentes decidiram pela realização de um plebiscito entre os seus 10 milhões de filiados, sobre a prática do poder ,e a decretação de greve geral em caso de “Estado de Urgência”.

Krzysztof Pomian, antigo militante do ex-Comite de “Auto-Defesa social” afirmou que;

“A decisão do golpe não foi tomada na noite do dia 12 Dezembro, após o voto da moção de Solidarnosc em favor de um plebiscito sobre o poder. Durante vários meses os dirigentes tinham planejado o golpe militar: penetração dos militares no aparelho civil, passagem do Ministério ao controle militar (generais foram designados para os ministérios das Minas, dos transportes, Educação, Ciências, universidade, Interior); em Outubro, o envio de grupos militares para “ajudar a população”, na verdade para preparar a tomada pela armada, da administração em seus diversos escalões e, para listar os militantes do Sindicato”.

Assim, acusar a reunião de Radom ou a de Gdansk de terem decidido pelo confronto, é fazer uso da hipocrisia. Na reunião de Gdansk, houve uma moção de Modezalewski (assessor sindical) estipulando que “se o Governo obtiver os plenos poderes, nós responderemos com a greve geral”, e, uma outra moção de Roulewski (presidente do Solidarnosc de Bydgoszcz ) propondo um plebiscito, a ser realizado em fevereiro, sobre as instituições do poder. Mas, no momento em que estas moções eram votadas, as tropas militares já estavam em marcha.

Um mês após o golpe militar, algumas breves conclusões podiam ser extraídas:

- o golpe militar não foi improvisado em relação as tomadas de posição de Solidarnosc;
- os dirigentes sindicais não haviam previsto a iminência de uma ‘normalização interna’ tomando a forma de um golpe militar. Assim, não puderam criar um aparelho clandestino; daí, o caráter espontâneo e não coordenado da resistência ao golpe.

Os acontecimentos da Polônia mostram, ainda uma vez de forma dramática, o problema do poder. Fazendo um balanço dos 12 meses após os acordos de Gdansk, Adam Michnik (assessor sindical) afirmou:

“A história dos doze últimos meses remete à ordem do dia a questão: Pode-se reformar o sistema comunista? “, e, respondeu que: “Se o céu permanece sombrio sobre a Polônia, e se o clima social é mais marcado pelas dificuldades de abastecimento que pela liberdade de palavra e de opinião, é porque o problema de uma reforma global do Estado e do sistema não foi jamais posta na ordem do dia”.

Em seu livro sobre a “Revolução polonesa”, K. Pomian afirma: “Como foi possível o golpe? Como Solidarnosc, que parecia todo-potente na metade de Outubro, pode ser decapitado dois meses após (...), que os historiadores se debrucem sobre os erros cometidos por uns e por outros, sobre a intoxicação da opinião, na Polônia e mesmo no estrangeiro, que acreditava numa armada ligada ao povo, e via no gal. Jaruzelski uma reencarnação de virtudes ancestrais; sobre a sub-estimação manifesta pelos dirigentes sindicais em relação a força do adversário e sobre a super-valorização por todos da coesão e da potência do movimento. Mas, hoje, tais questões são prematuras”.

São muitas as questões após o golpe militar. Afinal, a Polônia não é um caso particular, mas um laboratório onde se experimentam as possíveis transformações que poderão ocorrer nos países do “socialismo real”. Contudo, o momento não é para se fazer balanços. O que se pode tentar é uma reconstituição dos elementos que tornaram o confronto possível.

Neste sentido, a crise iniciada com os incidentes de Bydgoszcz (março de 1981) surge como um marco. Nesta data, um grupo de policiais invadiu uma sala ocupada pelos militantes sindicais. Vários foram gravemente feridos. A comissão Nacional de Solidarnosc declarou greve geral; uma greve de advertência de 4 horas foi realizada com êxito total no dia 27 e, foi mantida a palavra de ordem de greve geral para o dia 31 março. Durante 10 dias, a Polônia conheceu a crise mais seria após agosto de 80.

O confronto foi evitado através de um acordo entre o Governo e Lech Walesa, com a mediação da Igreja, através do então Cardeal Wysinski; este acordo foi violentamente contestado pela base sindical, que foi desta forma privada de uma manifestação de força maduramente preparada.

Deste acontecimento, as duas partes tiraram lições importantes para o futuro. Do lado do poder, tomou-se consciência da potência da organização operária e da impossibilidade, seja de integrá-la no aparelho estatal seja de eliminá-la através de uma intervenção externa; o poder hesitava em arriscar outras provas de força em condições de inferioridade, ele teve consciência da desintegração galopante do POUP e passou a se apoiar nas forças armadas. Do lado do sindicato, tomou-se consciência de sua potência e de que o sindicato era a única saída para a crise.

Assim, após Bydgoszcz, houve uma redistribuição de forças de ambas as partes. No Partido e no Estado, a fração militar começa nesta época a conduzir sua política própria. Representada no Governo pelo gal. Jaruzelski (designado 1º Ministro em fevereiro) ela expressa abertamente

suas posições reacionárias e anti-semitas no Jornal das forças armadas, “O Soldado da Liberdade”. Dos oficiais da armada, 85% são do Partido e todos os oficiais superiores são membros do Partido. O corpo dos oficiais superiores e generais representa o núcleo mais ‘duro’ do aparelho do POUP.

Em Abril, a infraestrutura da armada é preparada tecnicamente para uma repressão interna: implanta-se um serviço de comunicações assessorado por técnicos soviéticos e alemães do Leste. Enquanto isto, Kania e Jaruzelski tentam recompor um POUP dividido e enfraquecido; após Julho de 81, cerca de 100.000 aderentes deixaram o POUP e, 2.500 membros foram expulsos. O IX Congresso extraordinário do Partido teve como resultado a adoção de um “Programa de Ação” dos ‘duros’. Como afirmou, então, Adam Michnik; “Apesar de todas as proclamações de que o Partido adotaria a linha de negociações sociais, a eleição de Albin Siwak para o ‘Biro político’ foi o ato simbólico de um populismo neo-estalinista, em oposição a uma via de democratização real... Esta eleição foi a manifestação da orientação real do Partido”.

Se varias alternativas foram levadas em consideração pelo poder ( intervenção externa, integração do sindicato, golpe interno, etc), tudo indica que o momento em que prevaleceu uma delas foi após o fracasso do Congresso do POUP (Julho 81 ). Neste momento, Kania e Jaruzelsky ainda acreditavam poder controlar a situação por meios políticos.

Em 22 de Julho, a “Comissão de Preços” anuncia uma alta dos gêneros de primeira necessidade; a ração individual de carne é rebaixada a 3kg por mês. Um ano após as primeiras greves de 80, provocadas pela alta do preço da carne, a penúria alimentar vai dar origem a uma nova onda de greves e de manifestações.

A primeira “Marcha da Fome” ocorreu em 25 de Julho em Kutno. O movimento se estendeu com uma rapidez extraordinária. Em Lodz, as mulheres e as crianças desfilaram conduzindo uma bandeira onde estava escrito: “Esfomeados de todos os países, uni-vos”, e, “Liberdade para o espírito e pão para o estomago”.

Manifestações semelhantes ocorreram em Wroclaw , Szczecin, Kalisz, Cracovia, Tarnow; ‘greves selvagens’ contra a diminuição das rações aconteceram em muitas cidades: Czestochowa, Radmsko, Katowice. Em 3 de Agosto, uma passeata de centenas de veículos que se dirigia para sede do Partido em Varsóvia, foi bloqueada pela policia, provocando um engarrafamento que viria a ser uma verdadeira concentração de milhares de pessoas em protesto contra a fome, durante dois dias em pleno centro da capital. Em 5 de Agosto, uma greve de advertência de 2 a 3 horas, paralisou Varsóvia. As negociações entre Solidarnosc e o Vice-primeiro Ministro, Rakowski, foram rompidas a 6 de Agosto; foi o sinal de que a solução por meios estritamente políticos havia fracassado.

A partir de Agosto, a propaganda oficial não cesou de atacar o Sindicato; a Justiça acumulou os processos contra os militantes ( mais de 200 em Outubro ); a administração econômica sabotou a distribuição de alimentos; o acesso do Sindicato aos meios de comunicação foi recusado.

Datam desta época as designações de militares para funções ministeriais. Esta militarização foi uma forma de reconhecer o descrédito do Partido e de atribuir à armada o papel de último recurso. A militarização progressiva do aparelho estatal e do partido, na verdade, começou quando no Congresso do POUP, o gal. Milewski foi promovido ao Biro político. Ao final de julho, mais dois generais foram introduzidos neste Biro. É sintomático que após este Congresso, seja o jornal da armada, "Zolnierz Wolności" ("Soldado da Liberdade"), que passa a dirigir a campanha de propaganda contra Solidarnosc.

Em outubro, foi a vez do gal. F. Siwick entrar no Biro político, enquanto vice-ministro da Defesa. Chefe do Estado-maior da armada, este general foi o comandante das tropas polonesas que, em 1968, participaram da invasão da Tchecoslováquia; após o golpe de dezembro, ele se tornou um dos pilares da Junta militar.

Ainda em Agosto, foi realizada uma reunião do Conselho de Defesa, que reúne o chefe do Estado-maior e os comandantes das regiões militares; desta reunião saiu a decisão de enviar patrulhas militares por todo o país.

Com o agravamento da situação, Solidarnosc é de mais em mais solicitado por questões estritamente políticas: autogestão, nomeação de diretores de fábrica, acesso aos grandes meios de comunicação, eleições livres.

A primeira parte do Congresso nacional de Solidarnosc foi aberta em 5 de Setembro. O congresso se transformou num verdadeiro parlamento paralelo.

Foi reivindicado um plebiscito sobre a lei de autogestão; eleições livres e um apelo aos trabalhadores dos países 'socialistas'; o Comitê de Auto-defesa Social (KSS-KOR) anunciou sua dissolução.

Na segunda parte do Congresso, fins de Setembro, o Solidarnosc se pronunciou por uma "República Autogestionária". Lech Walesa é eleito para presidência do Sindicato com 55% dos votos.

O Congresso nacional de Solidarnosc foi qualificado pela agência soviética "Tass" como uma 'orgia anti-socialista e anti-soviética' e de 'provocação aberta'. O apelo à formação de 'sindicatos livres' nos países do 'socialismo real' irritou profundamente os dirigentes do PCUS. Uma semana após, o embaixador soviético na Polónia, em carta remetida ao primeiro secretário do POUP, Kania, exigia 'medidas enérgicas e radicais contra as manifestações de anti-sovietismo'.

Após o Congresso, o Biro Político do POUP declarou que os acordos de agosto 80 'tinham sido rompidos unilateralmente'. O gal. Milewski se declarou a favor de uma 'colocação fora da lei do Sindicato'. Por sua vez, o gal. Jaruzelski afirmou: "defenderemos a sociedade como defendemos a Independência da Polónia. O Estado empregará os meios que a situação exigir".

Assim, ao preço de milhares de pequenos conflitos e de um afundamento do POUP, a fração militar tomou pouco a pouco o poder. Na metade de outubro, o gal. Jaruzelski substituiu Kania e acumulou as funções de Primeiro-Secretário do POUP e de chefe de Governo e de Ministro da Defesa.

No Plenum do partido, de 27 a 28 Novembro, o gal. Jaruzelski reivindica uma lei que lhe dê 'plenos poderes', anunciando que; "É necessário suspender o direito de greve e dar plenos poderes ao Governo". Em 2 de Dezembro, milhares de policiais invadem, em Varsovia, a Escola de Bombeiros, que estava em greve. O Parlamento recusa o exame do projeto de lei expedido por Jaruzelski, sobre os 'plenos poderes' ao Governo. A rádio polonesa divulga uma fita gravada de uma reunião de Solidarnosc, em Radom, onde Walesa declara que "nenhuma mudança pode ser feita sem romper com o sistema". A agência "Tass" acusa o Sindicato de 'preparar a tomada do poder'.

A confrontação torna-se cada dia mais próxima. A fração militar do Partido se preparou mais rapidamente que o Sindicato. O poder encontrou e, trabalhou neste sentido, um mínimo de apoio da 'maioria silenciosa', pois, cansada pela penúria de bens, intoxicada pela propaganda do Governo e desiludida com o Sindicato, uma parte não negligenciável da população começou a aspirar à ordem pela armada.

Uma pesquisa efetuada em Varsóvia, indicava que 26% da população apoiava as proposições de suspensão do direito de greve, tais como desejadas pelo POUJ. Jacek Kuron, afirmou lucidamente: "Sente-se uma terrível impaciência que se agrava cada vez mais, um sentimento de não poder mais suportar o que se passa(...) Creio que a degradação geral não conduz a atos de desespero e neste caso, uma parte da sociedade poderá apoiar, como fio de esperança, a idéia de um governo forte. Vemos já aparecer tal idéia em torno do gal. Jaruzelski".

- A Tática Militar:

No campo político, a operação militar foi preparada em dois tempos, com o objetivo de aguçar as divisões no Sindicato. O gal. Jaruzelski adotou, em 4 de Novembro, uma tática para despistar Solidarnosc: negociações com a Igreja e o Sindicato, em torno de um "Acordo Nacional", formado pelas três forças. Entretanto, mantendo sempre posições inaceitáveis e intensificando a propaganda contra o Sindicato. Seu objetivo era claro: tornar o Sindicato publicamente responsável pelo fracasso das negociações. No final de Novembro, o Governo pôs fim aos grupos militares que desde Outubro percorriam o país; em 24 de Novembro, o marechal Koulikov (comandante-chefe das tropas do "Pacto de Varsóvia") chegou a Varsóvia; no 27/28 de Novembro, o gal. Jaruzelski reivindicou os 'plenos poderes' ao Governo.

Desde então, os fatos se passaram rapidamente e a armada passou a ofensiva direta. Entorpecida pelas negociações ardilosas sobre o "Acordo Nacional", a direção de Solidarnosc toma consciência do quadro de confrontação.

Em 3 de Dezembro, em Radom, o Presidium de Solidarnosc considera o confronto inevitável e, nos dias 11/12 de Dezembro, a Comissão Nacional adota um programa de resposta ao confronto: greve geral imediata e um plebiscito para fevereiro... na noite de 13/14 de Dezembro, o poder proclama o "Estado de Guerra".

Na noite entre o 12 e o 13 de dezembro de 1981, uma junta militar proclama o Estado de sítio, prendendo a maioria dos dirigentes de Solidarnosc. Os operários opõem ao putsch militar uma resistência massiva.

Mais uma vez, como em 1956 e 1970, os trabalhadores poloneses são vítimas do poder totalitário. Solidarnosc foi interdito, seus militantes são ameaçados e pressionados para deixar o Sindicato independente e autogerido. Os direitos constitucionais, os direitos à liberdade sindical, conquistados com a luta do verão de 80 e com os acordos de Gdansk, são brutalmente violados.

A realidade de massa de Solidarnosc, 10 milhões de aderentes, não poderá ser aniquilada. A resistência se expressa com o reforço da solidariedade entre os trabalhadores, com a publicação dos apelos clandestinos, dos jornais, dos volantes de informação, com a ajuda aos presos e a suas famílias, com ações de resistência passiva, em diversas formas, em todo o país.

- As primeiras medidas da Junta Militar.

Desde meia-noite de sábado, a Polônia vive sob regime de “estado de Guerra”. No decorrer das horas, o Conselho Militar de Salvação Nacional precisou das medidas tomadas para ‘normalizar’ a situação.

O Conselho Militar pode:

- prender qualquer cidadão e matá-lo por um tempo indeterminado por simples decisão administrativa;
- requisitar a qualquer momento, qualquer cidadão;
- requisitar as safras, no campo;
- requisitar os aparelhos de rádio;
- Executar toda pessoa que se opõe às suas decisões ou perturba a ordem pública, fazendo-a comparecer diante dos tribunais militares;
- Internar os estrangeiros cujas atividades forem julgadas ‘prejudiciais ou podendo prejudicar aos interesses da Polônia’.

É proibido:

- Sair na rua sem documentos de identidade;
- Reunir-se, exceto numa Igreja para ofício religioso;

- Andar nas ruas de 22 horas até 6 horas da manhã, período do toque de recolher;
- Fazer greve ou participar de qualquer forma de protesto (a greve pode trazer uma pena de 3 a 5 anos de prisão e a morte nas empresas sob comando militar);
- Participar de atividades de uma das organizações 'suspensas' (isto é, sindicatos);
- Portar uma arma ou qualquer outro objeto que possa ameaçar a ordem pública;
- Sair do país;
- Fazer turismo nas regiões de fronteiras (sobretudo o litoral do Báltico );
- Viajar durante mais de 48 horas no interior do país;
- Fazer fotos ou filmes.

#### Estão sob Comando Militar:

- Todos os poloneses trabalhando em atividades consideradas vitais para a segurança nacional e a defesa civil, estão sob comando do exercito;
- Todos os setores vitais da economia são 'militarizados', seus empregados estão submetidos à disciplina militar;
- Todos os meios de comunicação – radio, televisão e jornais- estão colocados sob comando militar. Só podem ser publicados "Tribuna Ludu" (órgão do Partido) e "Zolnierz Wolnosc" (órgão do Exercito). A televisão só mostra películas de guerra interrompidas por comunicados oficiais lidos por locutores fardados, escolhidos pelo exercito;
- Todas as comunicações estão submetidas à censura militar. Só se pode telefonar a partir das cabines telefônicas, e as comunicações estão interrompidas 'se o conteúdo for julgado prejudicial à segurança'.

#### Estão fechados ou Suspensos:

- Todos os estabelecimentos escolares e universitarios;
- Todos os postos de gasolina;
- Todos os bancos (durante pelo menos dois dias);
- Todas as ligações marítimas (em particular os 'ferry' entre a polônia e a Suécia e Dinamarca);
- Todas as remessas pelo correio, tanto no interior do país como para o exterior, salvo as remessas de roupas e medicamentos com menos de 5 quilos;
- Todos os vistos autorizando a entrada no país para estrangeiros;

- Todas as atividades de uma serie de organizações sindicais (começando por Solidarnosc,mas também o sindicato dos estudantes NKZ.Solidariedade Rural, a associação dos jornalistas e até mesmo a Associação dos caçadores polacos);

Novas medidas Sociais:

- Os 'sabados livres' são suprimidos;
- A semana de trabalho é de 6 dias,e talvez , a qualquer momento,pode ser de 7 dias;
- A jornada de trabalho é de 8 horas e talvez, a qualquer momento,pode ser de 12;
- As férias pagas são reduzidas de 26 dias por ano, a um dia por cada mês de trabalho efetivo.

- A RESISTENCIA OPERARIA

Solidarnosc, enquanto sindicato independente do Estado e do Partido não foi apenas fruto das greves do Báltico;foi o resultado de toda uma experiência histórica: das esperanças desfeitas em 1956, dos massacres de 70, das greves de Radom e Ursus em 76.Solidarnosc foi um dos mais formidáveis fermentos revolucionários surgidos na Europa após a segunda Guerra mundial.Em nenhuma fase da historia do pós-Guerra, a atividade social e política alcançou tão amplas camadas da sociedade e apresentou tão claramente um caráter emancipatorio , em suas formas de organização e programas.reunindo 955 da classe operaria industrial,Solidarnosc polarizou em sua ação o campesinato,os artesãos,os estudantes,os intelectuais.Cada camada criou sua própria organização independente à imagem do Sindicato.

Solidarnosc defendia o trabalhadores em sua vida do dia-a-dia e contribuiu para uma melhoria sensível das condições de trabalho,de alojamento,de saúde.No inicio, no decorrer das greves, foram constituídos sistematicamente os comitês compostos de delegados eleitos e revogáveis, controlados pela base.Em seguida, no sindicato milhões de trabalhadores decidiram e praticaram as regras de funcionamento e de decisão que baniram a burocracia sindical.frente à crise econômica e ao imobilismo burocrático,Solidarnosc favoreceu a fundação de Conselhos de Autogestão,em milhares de empresas.O sindicato impôs também uma liberdade de expressão e de criação sem precedentes.

Em seu "Boletim de greve numero 2",datado de 15 novembro,o Comitê de Greve da siderurgia Huta Warsawa,respondendo ao golpe militar,afirma:

"Nós,siderugistas em greve, exigimos a satisfação das reivindicações de nosso Comitê nacional de Greve,com sede em gdansk,nos canteiros navais,que são as seguintes: fim do estado de sitio,libertação de todos os membros de Solidarnosc presos.Declaremos com toda firmeza que somos operários e não seremos jamais escravos, mesmo se querem as mãos e nos amordaçar".

A Junta militar instalada em 13 dezembro, encontrou imediatamente uma resistência da classe operária, apesar de milhares de prisões, da militarização do país, do bloqueio das comunicações. Uma resistência massiva e resoluta. Um mês após o golpe, o poder militar não teve êxito em calar os trabalhadores.

#### b-CRONOLOGIA DA RESISTENCIA OPERARIA

13 dezembro. À noite, as sedes de Solidarnosc de Varsóvia e Gdansk são ocupadas pelas forças militares; a partir das 2 horas da manhã, a milícia efetua milhares de prisões em todo o país. A maioria dos dirigentes sindicais reunidos em Gdansk são presos e Walesa é mantido em prisão domiciliar perto de Varsóvia. A 'batida policial' abrange não só os dirigentes nacionais e regionais do sindicato, mas também as personalidades inscritas nas listas preparadas há muito tempo atrás: militantes do KOR, da Confederação da Polónia Independente (KPN), estudantes, intelectuais, jornalistas, etc.

Vários dirigentes do sindicato escaparam às prisões. Em Gdansk, três membros do Presidium se refugiaram nos canteiros navais "Lenine". Em Varsovia, Z. Bujak, presidente da seção 'Mazowsze' de Solidarnosc se refugiou na fábrica de tratores "Ursus".

As 6 horas, o gal. Jaruzelski anuncia a proclamação do "Estado de Guerra" no país e, que um "Conselho Militar de Salvação Nacional" foi formado; este Conselho é formado por 15 generais e 5 coroneis. Durante o dia, o Conselho militar precisa as medidas tomadas.

Em Vrsóvia, mais de 2 mil pessoas se reúnem diante da sede do sindicato, ocupada pela polícia, cantando "Deus salve a Polónia". Num panfleto, distribuído nas ruas da capital, a seção Solidarnosc da fábrica "Ursus" chama à greve geral. A entrada dos canteiros navais "Lenine", é bloqueada pela milícia, enquanto circulam palavras-de-ordem de greve. O primaz da polónia, cardeal Glemp, pronuncia uma homilia retransmitida por Radio-Varsovia: "A autoridade cessou de representar o diálogo". Mas, põe em guarda os poloneses contra toda resistência: "não há bem maior que a vida humana... não coloquem em perigo vossas cabeças, irmãos operários e trabalhadores das grandes empresas...".

14 dez. = Um Comitê Nacional de Greve é formado por 5 dirigentes nacionais de Solidarnosc, que escaparam a 'batida policial', e lança um apelo à greve geral em um comunicado clandestino a AFP.

Um comunicado, divulgado clandestinamente por Solidarnosc, afirma que 7 regiões são atingidas por greves. Dois grandes centros industriais, Poznan e Wroclaw, estariam totalmente paralizados. A armada cerca as fábricas ocupadas.

A agência "Reuter" divulga declarações de um dirigente sindical segundo as quais o sindicato formou uma estrutura de urgência nos canteiros navais "Lenine" de Gdansk, onde os operários resistem.

Um porta-voz de "Ursus", anuncia que milhares de operários ocupam a fábrica. Outras fábricas são igualmente ocupadas na região de Varsóvia: Fiat-FSO, Swierczewski. A armada expulsa as pessoas que ocupavam a Biblioteca Nacional de Varsóvia.

As greves de ocupação explodem em várias fábricas de Szczecin, onde os cartazes "Libertai todos os presos" e "fim do Estado de sítio" foram fixados nos muros.

15 dez. = Os trabalhadores ocupam os canteiros navais de Gdansk. M. Krupinski, vice-presidente da comissão executiva do sindicato e chefe do comitê nacional de greve clandestino, se refugia nos canteiros navais.

A rádio-Varsovia fala de 'paradas de trabalho' em algumas empresas de Szczecin, nas fábricas Cegielski de Poznan e na fábrica WSK de Rzeszow. Assinala que em Lodz há somente 4 fábricas em greve. Os militantes da União Independente dos Estudantes (NSZ) continuam a fazer apelos à resistência. Quatro dirigentes sindicais são presos em Bialograd, onde foi organizada uma greve na fábrica "Unitra".

Um representante de Solidarnosc na Suécia, chegado clandestinamente, divulga um manifesto do Comitê de Greve de Szczecin; afirma que todos os canteiros navais da região são ocupados, sem intervenção da polícia, que cerca os canteiros.

A AFP divulga o texto do "Boletim de greve número 2", do comitê de greve das siderúrgicas Huta Warszawa, conclamando à greve de ocupação da fábrica. Notícias sobre fuzilaria nas fábricas de tratores de "Ursus". Incidentes entre as forças da ordem e os grevistas no complexo metalúrgico de Katowice, onde a greve foi interrompida devido a intervenção policial.

16 dez. = Informações sobre 45.000 prisões após o estado de sítio. Circula em Varsóvia uma petição assinada por 224 intelectuais em favor da libertação de seus colegas.

Mensagem da conferência Episcopal: "População aterrorizada por força militar. prisões em massa, em condições deploráveis. Golpeada a esperança de acordo nacional. A Nação não recuará e não renunciará à renovação democrática. Pedida livre atividade para Walesa, que permanece elemento indispensável ao equilíbrio nacional.

Violentos combates entre grevistas e manifestantes contra as forças da ordem em várias cidades. A resistência passiva se amplia, enquanto Solidarnosc se organiza clandestinamente.

Um panfleto divulgado em Varsóvia chama à greve geral para o sábado 19: "O grupo que organizou o golpe de Estado faz a guerra contra toda a sociedade. Pedimos a todos para boicotar as diretrizes do governo enquanto possa ser feito sem perigo".

Enfrentamento com mortes na Silésia, na mina WUJEK (Katowice). Segundo as autoridades, 7 mineiros foram mortos e 39 feridos pela milícia que atirou nos grevistas. Do lado da milícia, 41 feridos.

Choques violentos são produzidos em Gdansk: 164 feridos entre os 'civis' e 160 entre os milicianos. a Radio-Varsovia anuncia a ocupação pelas forças militares dos canteiros navais de Gdansk. Enfrentamentos violentos entre manifestantes e armada, em Bydgoszcz: 8 mortes confirmadas.

Evacuação de fabricas na Cracovia, em Lublin e Lodz. Olszowski, um dos 'duros' do Biro politico do POUP, anuncia a prisão de 3.500 dirigentes de Solidarnosc e de outras organizações. Ele reconhece a existência de 'ações perturbadoras' em Gdansk, Katowice, Wroclaw e Lublin.

16 dez.= Evacuação dos canteiros navais "Lenine" de Gdansk. As forças da ordem intervêm com gás lacrimogenio e mangueiras d'agua. Houve mais de 150 feridos e, segundo informações vindas de Copenhague, 4 mortos. A Radio de Varsóvia anuncia que os afrontamentos entre grevistas e forças da ordem na mina Wujek, na Silesia, tinham feito 7 mortos e 37 feridos entre os sindicalistas e 41 feridos entre os milicianos.

17 dez.= Confirmação de apelos à greve e às manifestações para a jornada de aniversario dos choques de 1970; a radio anuncia que 'a policia tem ordem de atirar se incidentes sérios acontecerem'. 2 choques ocorrem em Varsovia: a policia tentou expulsar os manifestantes que se refugiaram na Igreja Santa-Cruz; policiais bloquearam a praça da Vitória onde os grupos se reuniram. A policia perseguiu os manifestantes que gritavam "Viva a liberdade" e "Gestapo".

A radio anuncia a prisão de 30 responsaveis nacionais e regionais de Solidarnosc; informações sobre campanha oficial anti-semita: a radio Varsóvia divulga um documento sobre as origens judias de B. Geremek (assessor sindical), como prova de atividade de uma 'Internacional judia'.

Emissão de TV consagrada a uma nova organização, "Comitê de Auto-Defesa da Polônia", que faz um violento ataque ao KOR, qualificando-o de organização nacionalista judia, que dirigiu a fundação de Solidarnosc.

18 dez.= A situação se agrava e o numero de mortos, feridos e presos é superior ao fornecido pelo poder. Informações sobre a existência de 2 grandes campos de concentração para os presos. O primeiro, na península de Hel, na Baía de Gdansk; o segundo, na periferia de Varsóvia. Os campos são compostos de tendas e de cabanas rudimentares e a temperatura oscila entre -10 e -20 graus.

Apelo da seção de Solidarnosc da Cracovia por uma intervenção das Nações Unidas na Polônia. Os deslocamentos dos bispos poloneses foram limitados pelas autoridades militares. A radio Varsóvia anuncia a prisão de 15 responsaveis sindicais.

Na Suíça, cerca de 30 dirigentes de Solidarnosc, que se encontravam no exterior quando do golpe, fundam um Comitê de Coordenação de Solidarnosc no exílio.

Segundo testemunhos de viajantes, os canteiros navais do Báltico à Szczecin tinham sido novamente ocupados. manifestações haviam levado dezenas de milhares de pessoas à Gdansk, e os afrontamentos havidos anteriormente haviam feito mais de 300 feridos.

19 dez. = 300 pessoas no enterro do jornalista J. Zielenski, primeira vítima do Estado de Guerra. Zielenski escolheu a morte, jogando-se do 3º andar de um edifício, na noite de 13 para 14, da grande 'batida policial'.

Radio Varsóvia reconhece a persistência de resistência na costa báltica e anuncia que os canteiros navais de Gdansk e de Gdynia não retornarão suas atividades antes do 28 dezembro ou mesmo de janeiro.

Circulação de um apelo de Walesa em todo o país. O papa João Paulo II envia um núncio apostólico, Cardeal Luigi Poggi, a Polônia. Anúncio da morte, em um campo de concentração, do redator-chefe do semanário sindical, Tadeusz Mazowiecki.

Dia da greve geral. A radio Varsóvia diz que 'reina a calma' e que 'a maioria das empresas funciona'. A greve geral foi feita em 200 empresas em 9 províncias, anunciou a BBC. A resistência continua na província de Katowice, reconhece o novo governo. Houve mais de 60 mortes na região de Katowice, segundo a BBC.

20 dez. = A agência "Tass" anuncia que 1.300 mineiros da mina Ziemowit (região de Katowice) estão retidos sob a terra (fundo da mina). Uma das saídas foi dinamitada por 'instigadores de Solidarnosc e contra-revolucionário' que 'ameaçam fazê-la explodir, caso as forças da ordem penetrem na mina'.

As greves com ocupação tinham recomeçado em Szczecin. Segundo um representante da Igreja polonesa, cerca de 200 pessoas, reprimidas pela AFP, foram mortas depois de uma semana. Uma centena de mineiros foi morta nos enfrentamentos com a armada na Silesia.

21 dez. = a agência 'Tass', segundo a BBC, anunciou sem precisão que 7 grevistas morreram durante choques com a polícia. Segundo as fontes soviéticas, reprimidos pela AFP, quarenta grevistas tinham morrido depois da instalação do "Estado de Guerra". Segundo "Tass", 8.000 operários entrincheirados na usina de Katowice ameaçam fazer explodir os altos fornos.

Chegada a Roma de Monsenhor Dabrowsky, enviado especial do primaz da Polônia, monsenhor Glemp. João Paulo II entrevista-se com ele durante toda a noite.

Dez dias após o "Estado de Guerra", a situação não é controlada pela armada: 20% da população ativa (cerca de 3 milhões) está em greve. A greve prossegue nas minas, nos canteiros navais e nas grandes empresas.

Radio Varsóvia anuncia que 3.000 mineiros ocupam duas minas da Silesia, as de Ziemowit e de Piast.

8.000 operários ocupando as siderúrgicas de Huta-Katowice, ameaçam explodir os altos fornos.

Em Gdansk, o anúncio do fechamento dos canteiros navais, deixa supor que as greves continuam. Em Szczecin, os operários recebem aviso de não irem ao canteiro Adolf-Warski; a rádio anuncia a prisão de vários organizadores de greves com ocupação neste canteiro.

Em Ursus, os operários constroem barricadas no interior da fábrica de tratores cercada pela armadura. Em Wrocław, vários operários foram mortos na fábrica de vagões Pafawag. Em Lublin, policiais foram retidos como reféns em uma fábrica de helicópteros.

A polícia invade um convento de Lublin e prende cerca de 300 intelectuais que estavam ali refugiados. O Ministério do Interior anuncia que mais de 1.200 pessoas foram condenadas a penas de prisão de um ano ou multadas, após o 13 de dezembro, por infração à lei militar.

22 dez. = estima-se que mais de 1.000 poloneses refugiaram-se no Oeste após a proclamação do 'estado de guerra'.

"Lech Walesa encontra-se numa residência e passa bem", afirma o porta-voz do governo polonês, que desmente a morte do jornalista Tadeusz Mazowiecki.

As vítimas, após o 'estado de guerra', foram só os 7 mineiros de Wujek, 'uma grande tragédia', diz o porta-voz. As prisões não foram além de 5.000 pessoas que começam a ser liberadas. Não existe qualquer ingerência estrangeira, qualquer deportação para o estrangeiro. "Tudo que se passou a semana passada concerne somente a Polónia".

A rádio Varsóvia anuncia que processos são abertos em 20 cidades do país. O 'boicote ao trabalho', segundo rádio Varsóvia, prossegue em 3 minas da Silesia e na siderúrgica de Huta-Katowice. Em Wrocław, 3 fábricas permanecem em greve.

Um Boletim clandestino de Solidarnosc-Varsóvia é distribuído nas ruas da capital. Segundo este Boletim, um comitê de greve inter-minas foi formado na Silesia. Walesa é prisioneiro por ter recusado a negociar com o poder. Z. Bujak, presidente de "Mazowsze" continua em liberdade. O Boletim dá as palavras-de-ordem para lutar contra o estado de sítio. Rádio Varsóvia anuncia uma lista de presos libertados.

23 dez. = A rádio Varsóvia difunde as reivindicações dos 126 mineiros mortos depois de 6 dias nos poços de Piast na Silesia; fim do estado de sítio; libertação de todas as pessoas presas; imunidade para os grevistas.

Monsieur Dabrowski volta à Polónia. Comunica-se que a Igreja polonesa conseguiu fazer com que fossem libertados 8 padres simpatizantes de Solidarnosc.

A armadura e a milícia evacuam sem choque a siderúrgica de Huta-Katowice, ocupada por 200 operários depois de uma semana. Pela primeira vez, a armadura participa de uma ofensiva contra

grevistas. Conversações entre o enviado do Papa e o gal. Jaruzelski; notícias da libertação de vários padres.

Radio varsóvia anuncia que as greves findaram nos canteiros navais Warsk, em Szczecin, onde o presidente do comitê de greve foi preso com uma dezena de outros militantes.

Intervenção das forças da ordem nas siderúrgicas Huta-Warszawa e na Escola Superior de Economia Rural, de Varsóvia.

Segundo a BBC, de Londres, uma ação militar de grande envergadura foi lançada durante o 'toque de recolher', para por fim as greves de Varsóvia e de Gdansk. A cidade de Radom foi totalmente isolada pela armada.

24 dez. = A rádio polonesa anuncia que os mineiros ocupando os poços de minas de Ziemowit e de Piast, na Silesia, puseram fim ao movimento. Contudo, centenas de mineiros ocupam outros poços.

25 dez. = Uma mensagem do cardeal Glemp é lida em todas as Igrejas; a missa de meia-noite é retransmitida pela rádio Varsóvia.

Os mineiros de Ziemowit terminam seu movimento de ocupação..

26 dez. = 1.116 mineiros continuam entrincheirados na mina de Piast, declara a rádio Varsóvia.

27 dez. = Solidarnosc acusa as forças da ordem de usarem gás para pressionar os mineiros a voltarem à superfície.

Monsenhor Dabrowski reencontrou duas vezes Walesa depois da proclamação do estado de sítio. As autoridades religiosas obtiveram a libertação de 800 pessoas.

Segundo a rádio Varsóvia, um milhar de mineiros ocupam agora a mina Piast.

28 dez. = segundo a rádio Varsóvia, 4 militantes de Solidarnosc foram condenados à penas de 3 anos e 3 anos e meio de prisão por 'terem prosseguido suas atividades sindicais, organizado e dirigido uma greve de ocupação'.

A rádio varsóvia anuncia o fim da greve da mina de Piast, ocupada por 15 dias. A mina de Piast era oficialmente o último bastião da resistência ativa na Polônia.

29 dez.= segundo o porta-voz do Conselho militar de Salvação nacional, 29 dezembro foi para Polônia ' a primeira jornada sem greve e sem texpão social depois de uma quinzena do mês,sua primeira jornada de paz".

30 dez.= Segundo a AFP,que se refere a fontes de varsóvia, um grande expurgo foi lançado contra os membros de Solidarnosc.

O Conselho dos ministros,afirma radio Varsóvia,decidiu instituir o trabalho obrigatório para todos os homens com idade de 18 a 45 anos, assim como a semana de 42 horas para todo o setor publico não" militarizado'.

Ainda,segundo essa radio,Andrej Slowik e Jerzy Kropiwnicki,foram condenados cada um à 4 anos e meio de prisãoe 4 anos de privação de seus direitos civis.Muitos outros membros do sindicato foram condenados à penas de 3 anos a 3 anos e meio de prisão.

31 dez.= A radio Varsóvia anuncia aos poloneses que os preços "da maioria dos artigos vendidos a população" serão liberados a começar de 1º de janeiro.Esta 'liberação' levará a uma alta de 300% à 400 % nos preços de produtos de primeira necessidade.

1º de Janeiro de 1982= A radio varsóvia captada em Viena,citou uma parte das declarações de João Paulo II,feitas sem eu discurso de Ano Novo.A radio polonesa omitiu o apoio explicito do papa ao Solidarnosc ,( "que pertence ao patrimônio atual dos trabalhadores de minha pátria e também de outras nações"),preferindo referir-se aos agradecimentos do papa aqueles que rezam por seu pais e pelo fim do estado de sitio.

Apelo de Bujak às forças da ordem.Bujak,presidente da seção de Solidarnosc de Varsóvia,que se encontra na clandestinidade,reapareceu e fez passar uma mensagem ao Ocidente.O texto,que circula clandestinamente na Polônia,pede aos membros da armada e da milícia que 'coloquem suas consciências acima das ordens que recebem",e a 'não se deixar utilizar numa guerra contra a nação".

2 janeiro.= 9 dirigentes da greve da siderúrgica Huta – Katowice,que foram evacuados depois de uma operação da milícia e da armada,foram condenados à penas de 3 a 7 anos de prisão,anunciou a radio Varsóvia. Segundo as ultimas cifras oficiais, de 22 dezembro, 1.200 pessoas foram condenadas à penas de prisão ou de multas após a proclamação da lei marcial.As penas aplicadas, em virtude do 'estado de sitio', vão de 3 a 25 anos de prisão,e "para os delitos graves' vão até à aplicação da 'pena de morte'.

7 Janeiro.= O anuncio oficial da detenção de Walesa, a aprisão pela primeira vez em Varsóvia e Moscou de violentas criticas contra o presidente de Solidarnosc, mostram que os militares abandonaram toda esperança de juntar Walesa à um compromisso com a Junta militar.

“Leck Walesa é desprovido de instrução e de capacidades intelectuais necessárias para se fazer um lider político”. Foi o que afirmou o porta-voz da junta militar, quando de sua chegada a Copenhague.

8 Janeiro.= Apelo clandestino de solidarnosc à greve geral. informações passadas clandestinamente para os EUA dão conta de que 2 dirigentes de Solidarnosc, Wladyslaw Frasnyniuk, membro do Presidium sindical, e Zbigniew Janas, responsável da seção sindical de “Ursus”, difundiram panfletos apelando à população a se preparar para a greve geral: “Saibam vocês que nosso Sindicato não foi deslocado sob a bota do general Jaruzelski, Solidarnosc existe sempre”.

Conclamam os operários a preparar em ‘total segredo’ a greve geral através da criação de comitês de greve secretos e distribuição de panfletos clandestinos.

- O tribunal de Katowice condenou 6 membros do sindicato da siderúrgica Huta-Katowice à penas de 3 a 6 anos de prisão, por “ prosseguirem atividades sindicais violando o decreto sobre o estado de sitio”;

- Processo de 11 sindicalistas de Szczecin;

- O processo de 11 ativistas de Solidarnosc terminou ante o tribunal militar de Bydgoszcz, anunciou radio Varsóvia. Entre os acusados: o vice-presidente da seção Solidarnosc por Pomerania ocidental, Mieczyslaw Ustasiak, acusado de permanecer de 14 a 15 dezembro num canteiro naval e de ter organizado um comitê de greve inter-empresas, que lançou uma ordem de greve geral na província de Szczecin.

Em homilia pronunciada na igreja de São Pedro, Monsenhor Glemp qualificou de ‘imoral’ o fato de se extorquir aos operários poloneses, declarações de fidelidade ao regime e de obrigá-los a abandonar Solidarnosc, sob ameaça de perda de emprego. Diz, então; “numerosos fiéis perguntam a Igreja como se comportar face as prisões e as represálias exercidas sobre os operarios para que assinem os engajamentos com os quais não estão de acordo. estas declarações ,sobretudo, aquelas concernentes ao abandono de Solidarnosc atinge um numero cada vez maior de operários. A recusa de assinar é motivo de licenciamento. Extorquir tais declarações é uma coisa imoral”. Estas medidas ‘são contrarias as leis nacionais e internacionais’, afirma M. Glemp.

Nas noticias, difundidas pela AFP de Varsóvia, todas estas criticas foram censuradas.

9 Janeiro.= O primaz da Polônia encontra pela primeira ,após o golpe militar, vez o gal. Jaruzelski.

Oficialmente, 5.906 pessoas foram presas e 170 condenadas. durante os primeiros dias da aplicação da lei marcial, as greves e tentativas de greve foram registradas em 199 empresas ,e 10% da população participou das paradas de trabalho.

Um decreto publicado em 11 de dezembro de 81, instituiu a criação de 49 Centros de detenção. este documento é assinado pelo Ministro da Justiça e um general 'adjunto' do Ministério do Interior.

13 Janeiro.= um "Comitê nacional de Resistência-Solidarnosc" (OKO) foi eleito no dia 13 janeiro, em Gdansk, durante uma reunião da qual participaram 'membros da comissão nacional (KKP) em liberdade, assim como certas pessoas ligadas às atividades da KKP.

Solidarnosc começa a criar sua organicidade clandestina. o "OKO" ,segundo Boletim datilografado, assumirá as funções de órgão supremo do sindicato, até que sejam reunidas as 3 condições seguintes:

- a- fim do estado de sitio e restabelecimento das atividades legais e estatutárias de Solidarnosc;
- b- libertação dos militantes sindicais presos e internados, dos militantes de oposição (dissidentes), dos estudantes e dos intelectuais poloneses;
- c- estabelecimento de um diálogo entre a equipe do governo e o Presidium da "Comissão nacional de Solidarnosc" , completo, presidido por Walesa e com a colaboração dos assessores escolhidos por Walesa.

15 janeiro.= Multiplicação dos boletins clandestinos de Solidarnosc. O "Herald tribune" publicou um boletim n. 14 afirmando que a imprensa independente reapareceu nas cidades de Poznan, de Wroclaw e de Lodz, com o título de "Solidarnosc Combatente" , e, em Lublin com o título de "Boletim de Informações". Em Varsovia, os boletins seriam de mais a mais numerosos.

23 janeiro.= Os bispos pronunciam uma dura condenação ao regime militar. esta carta pastoral foi lida num domingo em 1.800 Igrejas da Polônia. Neste texto, os bispos pedem "o restabelecimento do funcionamento normal do Estado, a libertação rápida de todas as pessoas presas, o fim das pressões exercidas por razões ideológicas, assim como por razões de opinião ou por pertencerem a um sindicato".

"Em nome da liberdade nos achamos que os trabalhadores deverão ser restabelecidos sem seus direitos de se organizarem em sindicatos independentes e autogeridos e que a juventude deve poder se organizar em associações semelhantes".

"É necessário voltar ao diálogo entre o poder e a população. Este diálogo é talvez difícil mas não é impossível. Todo o mundo espera este diálogo. Nós, os bispos, apelamos a este diálogo".

25 Janeiro.= 120 intelectuais poloneses pediram o fim do estado de sitio ,em uma petição endereçada à Dieta;este texto circula clandestinamente em Varsóvia.

Durante uma entrevista coletiva,o vice-presidente do Parlamento declarou que “oficialmente” o órgão supremo do Estado não recebeu esta petição.

30 Janeiro.= 6 estudantes e 8 policiais saíram feridos de uma manifestação nas proximidades dos canteiros navais de Gdansk.205 pessoas foram presas;conflitos ocorrem em Ursus e em Radom.

Uma lista de 5.000 pessoas detidas em 49 campos de internamento foi fornecida à Igreja católica.

O presidente do comitê regional de Solidarnosc de Lodz,Andzej Slowik, e o vice-presidente, Jerzy Kropiwnick,foram condenados à 4 anos e meio de prsião cada um, e privados de seus direitos civis por 4 anos.

Os operários de varias empresas de Szczecin foram convidados por seus superiores ‘a se demitirem de Solidarnosc”.

31 janeiro.= em Gdansk, o toque de recolher passa de 23 horas para 20 horas;os espetáculos e as manifestações esportivas são suspensas;as comunicações telefônicas privadas foram cortadas;a circulação de veículos privados foi interdita e as regras sobre deslocamentos de pessoas são mais severas.

---

---

- DOCUMENTOS de SOLIDARNOSC na RESISTENCIA clandestina

- 1) Primeiro apelo de Solidarnosc
  - 2) Condições para o ‘acordo nacional’
  - 3) O apelo de Lech Walesa
  - 4) Apelo de Gdansk
  - 5) Comitê de Greve da Huta-Warsawa
  - 6) Apelo de Solidarnosc Rural
- 
-

## -POLONIA : UM ANO de 'ESTADO de GUERRA'

Em 31 de agosto de 1980, o governo polonês foi forçado a assinar com os operários grevistas de Gdansk, os "Acordos" nos quais reconhecia as 21 reivindicações do "Comite de Greve Inter-Fabricas": entre elas ,o reconhecimento de sindicatos livres e independentes, o que materializado em Gdansk,nos estaleiros navais "LENINE" ,em setembro,com a fundação do Sindicato Independente,Livre e Autogerido SOLIDARNOSC,baseado em 38 Comites Inter-Fabricas.

Seguiram-se 15 meses de intensa mobilização após esta data histórica do proletariado polonês e internacional.Em 13 dezembro de 1981,o regime polonês estabeleceu o "Estado de Guerra",suspendendo Solidarnosc,prendendo e internando seus membros e dirigentes.

A Junta militar (Conselho Militar de Salvação Nacional-WRON ) encontrou imediatamente uma resistência por parte da classe operaria,apesar de milhares de prisões,da militarização do país, do bloqueio das comunicações.Uma resistência espontânea, mas massiva e sólida.

Mais de 15 dias de greves e de ocupação nas minas da Silesia; greves,ocupações de e choques em centenas de fabricas e nas principais cidades do país; Varsóvia, Gdansk,Katowice,Lublin,Wroclaw,Iodz,radom,Poznan,Elblag,Gdynia,Torun. Apelos à greve geral foram lançados pelos comitês de fabricas de Solidarnosc.

Uma das primeiras formas de resistência foram as greves durante as primeiras semanas de dezembro 81. Contudo, foi a partir de janeiro 82, que começou a organização preliminar da resistência operaria.Foi a etapa de fundação dos grupos clandestinos,baseados nas estruturas sindicais existentes do Solidarnosc.Em varias fabricas, a direção da luta foi assumida por lideranças locais de solidarnosc,entretanto,mais freqüentemente as funções foram assumidas pelos militantes menos sujeitos à repressão policial.No interior das fabricas,pequenos grupos foram fundados,independentes das estruturas clandestinas correspondentes de solidarnosc.Surgiram as estruturas inter-fabricas em níveis local e regional.outra forma de organização da resistência clandestina são os grupos de base nos locais de moradia.Ao mesmo tempo, foram criadas as bases de uma imprensa clandestina.

Do final de janeiro ao inicio de fevereiro, as "Jornadas de solidariedade com Solidarnosc", coincidindo com a alta de preços (300%) decretada pelo WRON, obrigaram os vários e diferentes grupos a coordenarem sua ações com o fim de realizarem manifestações comuns.Assim, a greve de protesto contra o aumento de preços,em Wroclaw,no 29 janeiro,atingindo 905 das fabricas; as manifestações de Gdansk,em 30 janeiro; a manifestação de massa no 13 fevereiro,em Poznan , diante do monumento aos mortos de 1956; as ações chamadas de "recusa de assistir TV",quando a partir do 5 fevereiro os habitantes de Swidnik começaram os "passeios" durante a hora do jornal televisado; este tipo de ação se estendeu a Lublin,Plock,Pulawy e em muitas outras cidades.

Desenvolveu-se uma extensa rede de impressão, difusão ,circulação e informação.Para se ter uma idéia da amplitude da estrutura clandestina, os dados do Boletim Solidarnosc numero 18,são altamente expressivos; nos inícios de 1980,quando o país estava sob ocupação nazista,

havia cerca de 200 grupos clandestinos; após o 13 de dezembro 81, tomando como base o número de títulos da imprensa clandestina, há cerca de 1.700 grupos clandestinos.

Em 13 março, na fábrica de construção fluvial de Slupsk, os operários realizaram uma greve de protesto contra o 'estado de guerra' durante 15 minutos; em Elbga, foi realizada uma manifestação diante do monumento às vítimas de dezembro 1970, no 16, ocorreu uma greve de 15 minutos na fábrica de tratores "Ursus", data aniversário da crise de Bydgoszcz, e várias fábricas desta cidade pararam durante 15 minutos.

- A fundação da "Comissão Provisória de Coordenação" (TKK)

Entretanto, foi a partir de abril que a organização da resistência operária deu um salto qualitativo: com a fundação da "Radio Solidarnosc" no dia 12, dirigida por Zbigniew Romaszewski - líder da região de Varsóvia - realizando sua primeira emissão em Varsóvia e, seguida pelas de Gdansk, Poznan, Cracovia e Wrocław. No dia 13, curtas greves de protesto contra o 'estado de guerra' foram seguidas em todas as fábricas de Gdansk.

O fato mais importante na luta dos trabalhadores foi sem dúvidas a formação de uma "Comissão Provisória de Coordenação" do Sindicato (TKK), em nível nacional. Esta Comissão reorganizou o movimento em nível regional e deu um caráter de massa às manifestações de Solidarnosc, permitindo o avanço da luta contra o regime militar.

A Comissão tem na sua direção 4 dirigentes nacionais: Zbigniew Bujak (região de Varsóvia), Bogdan Lis (região de Gdansk), Władysław Frasyniuk (região de Wrocław) e Władysław Hardek (região de Cracovia).

Em seu comunicado número 1, a Comissão declarou:

"Em 22 de abril, os representantes de "Solidarnosc" das regiões de Gdansk, Baixa Silesia, Varsóvia e Cracovia, se encontraram. Após terem debatido a situação do Sindicato e do país, foi elaborada uma posição comum sobre o programa, os meios e os métodos de ação. Os 4 signatários desta declaração... se engajam a coordenar suas ações pela abolição do 'estado de guerra', pela libertação das pessoas internadas e presas, pelo restabelecimento dos direitos cívicos; enfim, a coordenar a luta pelo direito à atividade de "Solidarnosc". Nosso trabalho será realizado no quadro da Comissão provisória de Coordenação de Solidarnosc até a retomada dos trabalhos pela Comissão Nacional deste Sindicato com Lech Walesa na sua direção. Pedimos às outras regiões e centros, sua colaboração dentro de suas possibilidades organizacionais e técnicas".

Com a fundação da TKK, Solidarnosc passou a contar com a seguinte estrutura:

- A Comissão Provisória de Coordenação Nacional (TKK), reagrupando 5 membros (com a entrada de Eugeniusz Szumiejko, do Presidium nacional) da Comissão Nacional eleita no 1º

Congresso nacional de Solidarnosc. Eles vêm das regiões mais ativas e definem as grandes linhas de ação do sindicato e, formam sua autoridade nacional;

- Os Comitês ou Coordenações Regionais (RKK), reagrupando os responsáveis eleitos antes de 13 dezembro nas regiões; as mais sólidas são as de Gdansk, Varsóvia, Wrocław e Cracóvia. A mais importante é a região mineira de Wrocław. Em certas cidades operárias constituídas em torno de uma grande fábrica, Swidnik, Gorzów, Ursus ou Lubin, a organização é melhor e mais forte. Contudo, há os pontos fracos: as manifestações nas 66 cidades no 31 agosto (ver abaixo) mostraram a extensão geográfica da implantação do sindicato, mas também, suas desigualdades. Várias vezes o aparelho clandestino foi superado pelas manifestações que ele não conseguiu controlar ou dirigir. Há cidades onde não se conhecem as estruturas; a ausência de manifestações não significa fraqueza da rede clandestina: por exemplo, em Poznań, onde foram poucas as manifestações, a organização é muito sólida nas fábricas.

- As Comissões de Fábrica (TKZ), formam a estrutura de base do sindicato; são animadas por novos militantes desconhecidos da polícia e que não aparecem em público; se expressam através de Boletins divulgados clandestinamente. Em certas regiões, as "Coordenações inter-fábricas" foram criadas; em Varsóvia, por exemplo, existem 4 delas, sendo a mais importante o "Comitê Operário Inter-fábricas Solidarnosc" (MRKS), que edita o "Boletim CDN" ("A Seguir").

Os Fundos Financeiros de Solidarnosc clandestino:

Sabe-se que Solidarnosc recebe ajuda financeira através da solidariedade que o movimento dos trabalhadores despertou em todo o mundo; ajuda que tem origens diversas: desde a AFL-CIO (Central sindical dos EUA), passando pelos inúmeros Comitês de Solidariedade espalhados em várias cidades do mundo, de várias Centrais sindicais européias, como a Sohyo do Japão, a CFDT e FO da França, a Central Unitária da Itália, etc.

Contudo, sabe-se muito pouco de como Solidarnosc arrecada seus fundos na própria Polônia.

Através da imprensa clandestina, podemos ter alguns elementos: "Com a ajuda de alguns dados das Comissões de Fábrica, podemos fornecer uma situação típica da atividade financeira do sindicato... Se tomamos por unidade de base uma centena de membros do sindicato, que continuam a pagar as cotizações em termos de 1% de seus salários (em certas comissões chega a 2%) ou as doações voluntárias de algumas pessoas, recebemos em média de 7 a 8 mil zlotys. Se, na fábrica, há alguém preso ou internado, enviamos todos os meses uma soma de 3 a 5 mil zlotys. As Comissões de fábrica asseguram a sobrevivência das famílias dos militantes do sindicato que estão presos e que não trabalham na fábrica. As Comissões de fábrica que pertencem às estruturas transmitem uma parte do dinheiro (10%) aos níveis mais elevados. Temos também o financiamento da imprensa clandestina (cerca de 1.000

Zlotys).após haver feito estas despesas mensais,na “Caixa de resistência” do sindicato,sobre muito pouco ou nada. Neste sentido, realizamos, em intervalos regulares ,coletas de fundos, tendo como principio básico a ajuda as pessoas.Só nas Comissões de fabrica,onde não houve repressão, dispõem de 50 a 100 mil Zlotys.

Após a instauração do ‘estado de guerra’,as cotizações voluntárias se elevaram a 449.351 Zlotys”.

- A Fundação da “Radio Solidarnosc”:

A partir de abril, a organização da resistência operaria deu mais um salto de qualidade,com a fundação da “Radio Solidarnosc”,no dia 12 –dirigida por Zbignew Romaszewski,líder da região de Varsóvia- realizando sua primeira emissão em Varsóvia,no 21 de abril.

“O primeiro programa de Radio Solidarnosc foi um grande sucesso.Foi precedido por uma vasta ação de informação na imprensa sindical e nos panfletos distribuídos em Varsóvia.respondendo ao apelo dos autores do programa, os ouvintes que recebim bem a emissão acenderam duas ou três vezes as luzes de seus apartamentos...O programa que se propunha a ser um simples ensaio técnico,durou 8 minutos.Causou uma grande impressão e nos reconfortou” (“Tygodnik Mazowsze”).

Em seguida à primeira emissão,o WRON mobilizou importantes forças para impedir o programa seguinte, em 31 abril .Chamou especialistas da União Soviética e da Alemanha do Leste,instalando em pontos fixos os radiogoniômetros.Hélicopeteros sobrevoaram a cidade;os transeuntes eram interrogados;o trafico foi interrompido am vários locais;em vários prédios,a policia realizou batidas nos apartamentos.Entretanto, o programa foi realizadoe, e na primeira parte,Romaszewski fez um apelo para o 1º de Maio;a segunda parte foi inaudível”. (“ Tygodnik Mazowsze”).

Outras emissões de “Radio Solidarnosc”:

- 12 de maio; primeira emissão na região de Poznan;o programa durou 9 minutos e foi anunciado por panfletos distribuídos antes;

- 8 junho: primeira difusão em Gdansk,durante 8 minutos.Bogdan Lis fez apelo para uma greve no 16 junho;

- 27 junho; primeiro programa na Baixa-Silesia, Wroclaw;

- 6 julho: primeiro programa na região de Cracovia;

Após a 10ª edição em Varsóvia,a esposa de Momaszewski foi presa junto com vários militantes;contudo,Romaszewski escapou.

- 11 julho: difusão pela primeira vez sobre as frequências da TV polonesa,no 1º Canal,durante o jogo Polônia x Rússia.

- 9 setembro: primeira difusão em Bielsko-Biala;
- 14 setembro; retransmissão do discurso de Bogdan Lis, em Gdansk;
- 8 outubro; primeira da “Radio Metalúrgica” , de Cracovia, com um discurso de Wladyslaw hardek, dirigente regional;
- 10 outubro: nova emissão pela TV, em Poznan;
- 12 outubro: primeira emissão, em Legionowo, durante 8 minutos;
- 25 outubro; primeira emissão , em Bydgoszcz, durante 10 minutos;
- 8 novembro: primeira emissão, em Torun durante 7 minutos.

Em 13 de abril, curtas greves de protesto contra o ‘estado de guerra’, foram seguidas em todas as fabricas de Gdansk.

Em 25 abril, houve uma segunda reunião entre o gal. Jaruzelski e o Primaz Glempl. este declarou que “ a Igreja polonesa está sempre prestes a servir de intermediaria entre as autoridades e a sociedade”. A chegada do Papa João Paulo II estava prevista para o 26 agosto.

Neste mesmo mês, o WRON tentou criar as “Comissões de Autogestão dos trabalhadores”. A esta iniciativa, Solidarnosc respondeu com o Documento intitulado “A autogestão operária sob o Estado de Guerra”:

“..A autogestão sob o ‘estado de guerra’...em realidade se trata da repetição das manobras do Comitê de Autogestão Operaria (KSR) dos anos 50 (época em que os Conselhos Operarios , criados espontaneamente quando das manifestações operarias de 1956, perderam sua autonomia ao serem institucionalizados pelo KSR – ndr). A autogestão sob o ‘estado de guerra’ facilitará ao poder a aplicação de decisões impopulares...dará uma impressão de consulta popular, e lhe permitirá de se desfazer da responsabilidade em relação a situação econômica (...). Tudo isto, conduz não somente a impotência e a desmoralização, mas também a distanciar os operários dos órgãos de autogestão. Uma tal representação ilusória dos interesses dos trabalhadores traça a via da liquidação de NSZZ-Solidarnosc.

A autogestão operaria não pode ser eficaz sem a liberdade da vida política e econômica, sem a participação dos sindicatos operários (...).”.

-As Manifestações de Maio

Pela primeira vez após a proclamação do ‘estado de guerra’, os poloneses desceram em massa as ruas em apelo de Solidarnosc. Três datas se destacaram: naturalmente, o 1º de maio, dia dos trabalhadores; o 3 de Maio, data da comemoração da proclamação da primeira

Constituição democrática da Polônia , em 1791; e, o 13 de Maio, data que marca o dia da proclamação do 'estado de guerra' (em 13 dezembro de 1981).

Por ocasião do 1º de Maio, em Varsovia ,50.000 manifestantes se reuniram na cidade velha,após uma missa celebrada em memória das vítimas dos acontecimentos de 1956,1970 e 1980;portavam bandeiras reclamando "Liberdade para Solidarnosc"; a massa desfilou cantando o hino nacional e gritando "Solidarnosc";ao mesmo tempo, noutra local, se realizavam as comemorações oficiais.

Em Gdansk, milhares de pessoas se reuniram diante de um monumento erguido nos canteiros navais "Lenine".Após a missa, uma massa de 60.000 pessoas se dirigiu até a sede do POUP antes de ir até o hotel morski,onde funcionava a sede do Solidarnosc-Gdansk.

Manifestações semelhantes foram realizadas em: Elblag (2.000 pessoas), Szezecin ( 20.000),Cracovia (20.000),lodz e Wroclaw.

No 3 de maio, os "Zomos" (policia anti-choques) atacaram brutalmente os manifestantes,usando canhões a água e gás lacrimogenio.Os combates de rua se prolongaram até altas horas da noite em várias cidades: Varsóvia,Elblag,Gdansk,Cracovia,Torun.houve mortos e feridos.Em Szczecin,os choques duraram até o dia 4,sob brutal repressão.Morreram 5 pessoas agredids pelos "Zomos".também, em Bydgoszcz,Lublin,Swidnik e Gliwice,produziram-se choques entre a milicia e os manifestantes.

No 13 de Maio, seguindo apelo da Comissão Provisória (TKK),em todo o pais as grandes fabricas e as escolas superiores realizaram greve durante 15 minutos.

Entre o 13 Maio e o 1º Junho, a um apelo dos internos de Bialoleka,uma grevee fome foi seguida pela maioria dos campos de internamento.

Após o 13 de Maio, milhares de trabalhadores foram demitidos;segundo dados oficiais,nas empresas dependendo do ministério da metalurgia, 3.209 pessoas foram licenciadas.Lech Walesa foi transferido de um centro de lazer na periferia de Varsóvia para Arlamowo,perto da fronteira soviética.

Em relação a estas manifestações, a Comissão executiva Regional de Solidarnosc Varsóvia,publicou o documento "Maio 82 – análise da situação":

- 1- O desfile do 1º Maio foi uma expressão da determinação das massas trabalhadoras de Varsóvia, de sua vontade de luta para acabar com o 'estado de guerra',pela restauração das liberdades sindicais,pela libertação dos presos(...);
- 2- A demonstração do 3 de Maio , teve um caráter espontâneo...Aqueles que lançaram os destacamentos 'zomos',drogados e instigados,contra uma manifestação pacifica,os que enviaram grupos especiais da policia e da SB (policia política) para provocar as pessoas e depredar a cidade (as provas existem) são os verdadeiros responsáveis da transformação de uma manifestação pacifica em uma briga de rua.
- 3- A greve do 13 de Maio, foi seguida por 70/80% dos trabalhadores de Varsóvia,apesar das intimidações e da repressão."

Após a greve do 13 maio, 200 operários da fábrica de motores e de bicicletas de Swidnik-WSK foram demitidos sem aviso-previo; 10 foram presos. Os operários responderam com duas greves de protesto de 15 minutos cada. Uma ação de solidariedade foi desencadeada em todo o país com o objetivo de arrecadar fundos para ajuda material aos demitidos; a coleta atingiu a soma de 30.000 Zlotys.

No 1º de Junho, uma greve de protesto foi seguida nos canteiros navais “Lenine” de Gdansk, contra as penas infligidas aos organizadores das greves de dezembro. Em 7 junho, Jan Narozoliak – dirigente de Solidarnosc clandestino, ferido por uma patrulha de polícia em 26 maio enquanto estava sob guarda em um hospital, foi libertado por um grupo do “Comitê Operário inter-fábricas” - Solidarnosc de Varsóvia (este é um dos muitos grupos inter-fábricas, que foi fundado em 24 abril, sendo composto por representantes de 63 fábricas de Varsóvia).

No 13 de junho, enfrentamentos se produziram em Wrocław e Cracovia. No dia 14, em Genebra, um membro de Solidarnosc, B. Cywinski, portador de um documento assinado por Lech Walesa, denunciou a situação sindical na Polônia em uma Conferência Internacional do Trabalho. As delegações soviéticas e dos países do Leste europeu se retiraram em sinal de protesto. No dia 16, em apelo da direção regional de Solidarnosc, uma greve de 15 minutos foi seguida em Gdansk, em homenagem aos mineiros da mina Wujek mortos em 16 dezembro 1981. No dia 18, produziu-se a terceira catástrofe nas minas “Victoria” e “Dymitrov”: morreram 17 mineiros. No dia 25, centenas de operários se reuniram diante das fábricas “Ursus”, para celebrar o aniversário das greves de 1976. Em Radom, a celebração das greves de 1976 foi realizada.

- A Trégua.

No final do mês de Junho, após conversações que envolveram o Episcopado, o gal. Jaruzelski propôs uma trégua que foi aceita por Solidarnosc. A Igreja preparava um clima propício a viagem de João Paulo II, em agosto, para as peregrinações de Czestochowa, inclusive com a ida de Walesa, para o 22 julho dia das festas nacionais da Polónia. A Comissão Provisória lançou, então, o seguinte apelo:

Apelo a Nação:

“Não desencadear greves e não organizar manifestações de rua até o fim de julho 1982.

“As greves e as manifestações de rua realizadas até agora alcançaram seus objetivos: mostraram a ineficácia da repressão e provaram que o Sindicato Independente e Autogerido ‘Solidarnosc’ dispõe de uma força real, cada vez melhor articulada. Assim, foi criada no país uma situação política nova: o povo tomou consciência da importância da resistência e do grau de determinação da sociedade.

Não abandonaremos jamais o combate pelo restabelecimento dos direitos da sociedade.

Que a suspensão das greves e manifestações de rua até o fim de julho 82 seja uma prova de nossa força, de nossa unidade, de nossa disciplina, da eficácia da nossa organização e da nossa faculdade de resistir as provocações. Suspendendo as greves e as manifestações, damos um testemunho a mais da nossa vontade de realizar um acordo. Esperamos das autoridades iniciativas concretas provando sua vontade de retomar o diálogo. A libertação dos presos e uma anistia para os condenados permitiriam prolongar o período de suspensão das greves e manifestações. Esperamos que nosso apelo contribua a uma acolhida digna em nosso país do Papa João Paulo II.

Nosso sindicato aproveitará este período de trégua para consolidar e ampliar suas estruturas organizacionais bem como para se preparar a desencadear a greve geral em caso de necessidade(...).”

Entretanto, a espera das medidas de liberalização foi seguida por uma dura decepção: no discurso pronunciado em 21 Julho, no Parlamento, o gal. Jaruzelski anunciou a manutenção do ‘estado de guerra’; se 1.227 presos foram liberados, centenas de militantes, entre os quais Walesa e os principais dirigentes de Solidarnosc, permaneceram na prisão. Nada foi dito em relação ao restabelecimento dos direitos cívicos e da restauração de Solidarnosc.

Entre 17 e 19 de julho, se desenvolveu um encontro dos militantes de Solidarnosc residentes no exterior. A reunião teve por objetivo a constituição de um “Biro de Coordenação de Solidarnosc no estrangeiro”, o qual foi instalado em Bruxelas, onde se abriga a Comunidade Européia; o Biro foi formado a pedido da Comissão Provisória e tem como diretor, Jerzy Milewski, dirigente de Solidarnosc que se achava no exterior (EUA) quando do golpe militar.

Ao se aproximar o 2º aniversário dos fatos de 80 e, o 1º sob o ‘estado de guerra’, os movimentos de resistência começaram a se multiplicar. Em 22 julho, foram as manifestações espontâneas por ocasião das festas nacionais; no início de agosto, milhares de pessoas se reuniram no cemitério de Powazki, em Varsóvia, para celebrar a data da insurreição do 1º agosto 1944. Na ocasião foi transmitida uma emissão clandestina com um discurso de Zbigniew Bujak; no dia 6, foi o início da peregrinação de Josna Gora, que cedeu lugar a manifestações políticas; no dia 13, os ‘zomos’ realizaram atos de provocação contra as pessoas reunidas em torno da cruz de flores na praça da Vitória em Varsóvia. provocações iguais se produziram em Gdansk, Wroclaw e Nowa-Huta.

- O PROGRAMA POLITICO: “A Sociedade Clandestina” e “A República Autogerida”.

O avanço em nível orgânico foi seguido pelo avanço em nível político; com a proposta do programa da Tkk apresentado no documento “A Sociedade Clandestina: princípios preliminares da declaração-programa”.

O programa da Tkk traça os objetivos imediatos e a longo prazo das ações de Solidarnosc e, delimita o campo das ações e define suas formas de luta. Este projeto preliminar será

submetido a discussão pública e deverá ser enriquecido pelas propostas dos vários grupos sociais.

“ A experiência de 8 meses de ‘estado de guerra’ nos ensinou que a luta por nossos objetivos exige a participação de toda a sociedade, consciente de seus direitos inalienáveis e organizada para uma atividade a longo prazo...A Comissão Provisória de Coordenação (TKK) parte do princípio que só o acordo social permitirá a Polónia achar uma saída para a crise atual.As proposições para este acordo foram colocadas pelo Sindicato, pela Igreja e pelos diferentes grupos sociais.Nos encontramos diante de um muro de silêncio.O poder exige unicamente a paz social,isto é, da obediência e do trabalho.Do trabalho em condições de desperdício e de exploração.

Nosso objetivo é a edificação de uma sociedade autogerida, uma República Autogerida, conforme o Programa adotado pelo primeiro Congresso Nacional de Solidarnosc.Na situação atual,só podemos alcançar este objetivo unicamente pelo movimento da sociedade clandestina.

A Comissão Provisória de Coordenação chama a organização de um movimento geral de resistência e a criação de uma sociedade clandestina.Este movimento deverá assumir os diversos domínios da vida e das atividades sociais,ele deverá concernir a todos os grupos e a todos os setores ,as cidades e o campo...

(...).O movimento da sociedade clandestina criará as condições indispensáveis à luta pela realização das tarefas imediatas: a libertação dos prisioneiros políticos e das pessoas internadas, o fim do ‘estado de guerra’,e a reativação do movimento sindical independente.O movimento da sociedade clandestina lutará por um objetivo a longo prazo : a construção de uma República Autogerida”.

Em 28 julho, a TKK lançou um apelo a população para manifestação de protestos nos dias 16 e 31 agosto.Essas são as datas dos aniversários da fundação do Comitê de Greve Inter-fabricas dos canteiros navais de Gdansk ,e da assinatura dos Acordos em 1980.

-Apelo pelo Aniversário de Agosto 1980.

“O 31 de agosto marcará o segundo aniversario da assinatura pelo Comitê de Greve Inter-fabricas dos canteiros navais de Gdansk,dos Acordos com os representantes da Republica Popular da Polónia.

Este acordo mostrou que o dialogo entre a sociedade e as autoridades foi possível,esperamos que ele fosse a base para a solução dos problemas poloneses.Se bem que esta esperança foi quebrada em dezembro,se bem que no 22 julho o poder rejeitou as proposições de um acordo social, no 31 agosto- dia da festa de Solidarnosc – nos manifestaremos a vontade do nosso sindicato de continuar a luta pelo acordo.

O 16 de agosto marcará o segundo aniversário da constituição, nos canteiros navais de Gdansk, do Comitê de Greve Interfabricas, com Lech Walesa a sua frente, e a criação do Sindicato Independente e Autogerido – NSZZ Solidarnosc. É necessário que no 16 e no 31 de agosto a presença do sindicato seja particularmente visível. Chamamos a intensificação da colagem de afiches e a difusão de panfletos. Que todas as instâncias sindicais organizem para o 31 de agosto 82, as manifestações de rua, pacíficas, com as palavras-de-ordem; retorno a legalidade do Sindicato Solidarnosc, libertação dos prisioneiros e conclusão de uma cordo nacional. Apelamos a todos participarem nestas manifestações”.

O ‘verão polones’ de 1982, foi marcado por manifestações de massa em todo o país. Se, em 1981, os trabalhadores tinham comemorado os 16 e 31 de agosto ( aniversário da fundação do Comitê de Greve Inter-fabricas em Gdansk e, assinatura dos Acordos ), em 1982, tiveram mais uma data: desta feita, não para comemorar mas para protestar: o 13 de dezembro 1981, data da proclamação do ‘estado de guerra’.

Vejamos os elementos que precederam as manifestações de agosto 82, para compreendermos como se desenvolveu a luta dos operários e, conseqüentemente, de como estas manifestações não são fenômenos isolados ou uma irrupção momentânea, mas fazem parte de um processo que é o da própria acumulação de froças por parte da resistência operaria.

Inicialmente, vejamos a situação conjuntural em que atua a resistência operaria, principalmente como a situação econômica atinge os trabalhadores. Fazemos uso, para tal, do Documento “ A Polônia face ao ‘Estado de Guerra”, do grupo “Experiência e Futuro”(DIP). É um grupo fundado em 1978 e que é formado por militantes cristãos e pelos críticos do POUP.

“ – Conseqüências ao nível da economia:

“ Em 1982, a economia vai sofrer um efeito cumulativo de todos os fatores atuantes em 1981: em lugar da estabilização, haverá uma queda; ao invés de um equilíbrio do mercado, haverá uma extensão do sistema dos ‘bilhetes’; em lugar de uma aumento das rendas dos trabalhadores, graças a um trabalho melhor organizado e, portanto, mais produtivo, o que poderia largamente compensar os efeitos das altas de preços, haverá reduções impostas e uma liquidação arbitrária das pequenas fabricas(...)

Apesar das dificuldades cada vez mais difíceis a suportar, no conjunto, o nível de vida durante os dois últimos anos (ao menos até o outono de 1981, não conheceu mudanças substanciais. Contudo, atualmente, a situação muda de forma radical e a olho nu. Em seguida a alta de preços, as rendas reais de uma grande parte de consumidores foram reduzidas de 30% a 40% em relação as rendas do verão anterior.(...) Os orçamentos, sobretudo das famílias de trabalhadores e aposentados, começam a não mais suportar o peso das altas, se bem que de forma diferentemente ressentida.

As pessoas vivendo na 'zona de miséria' (em 80 havia 7 milhões que não dispunham de 2.500 Zlotys ou menos ainda: 15% de famílias de trabalhadores do setor nacionalizado; 30% de famílias de agricultores e 40% aposentados) que se amplia, provavelmente, ressentirão de forma menos imediata a baixa das rendas reais, pois, dado o seu nível de vida anterior, a baixa não é que de 25% a 30%. Não esqueçamos que estas famílias têm vivido ao nível do mínimo social, ou abaixo dele. No presente, lhes faltará dinheiro para efetuar as compras mais elementares(...).

A maioria das famílias de trabalhadores e de aposentados dispendo de rendas médias ressentirão de forma mais aguda a baixa das rendas reais (até 40%), mas esta situação se ampliará com o tempo. As provisões (20% a 30% de reserva inflacionária) e aquelas de mercadorias serão suficientes para alguns, durante certos meses. De outra parte, o número de desempregados, sobretudo, entre os intelectuais, não cessa de crescer. Isto cria uma zona de miséria (a alocação prevista de 3.000 Zlotys, o que representa 50% do mínimo biológico para uma pessoa vivendo só).

Apenas 15% da população, os agricultores mais favorecidos e, uma parte da população citadina, poderão tranquilamente suportar o choque da alta de preços. O futuro da produção agrícola também é bastante sombrio. Há chances de melhorar a produção de carvão, contudo, nota-se uma queda ao nível dos fertilizantes minerais; não há mais nem pesticidas nem inseticidas; apesar dos esforços neste domínio, há falta de máquinas agrícolas e de peças de reposição.

(...) Mas, é o ambiente reinante no campo que é o mais importante. No ano passado, foram suficientes os ruídos em relação a proclamação do 'estado de guerra' para provocar, entre outras repercussões, uma queda das vendas de seus produtos. Atualmente, os agricultores aumentaram suas vendas de animais, o que eles fazem voluntariamente para economizar a forragem; mas, eles não querem vender seus cereais; eles os guardam como provisões de último recurso.

(...) Dada a desintegração da economia e as perseguições políticas, os trabalhadores perdem cada vez mais o gosto pelo trabalho que realizam... E, enfim, há que se considerar seriamente o fato de que todos os trabalhadores lutam de forma extremamente brutal pela obtenção de melhores salários e condições de vida em geral. Nas condições de um brusco empobrecimento, esta pressão vai se acentuar muito rapidamente. Assim, a corrupção, os roubos e as negociações na economia vão atingir proporções incomparavelmente mais elevadas em relação ao que conhecemos até o presente. E a possibilidade de limitá-las pelo terror parece pouco provável. Pelo contrário, porque a corrupção já atingiu os próprios militares".

Estas previsões do grupo KIK, estão de acordo com a análise da conjuntura econômica realizada pelos assessores próximos ao Solidarnosc de Varsóvia: "...A crise entra em uma nova fase na qual podemos prever as principais características: estagnação da economia, desemprego massivo, inflação e nova baixa do nível de vida".

- Apelo do Solidarnosc Rural:

O Apelo dirigido por Solidarnosc Rural aos Agricultores é um sinal da situação crítica que enfrenta a agricultura e das dificuldades que o regime militar encontrará para 'normalizar' esta situação:

"O estado de guerra e o reino da junta militar interromperam brutalmente o processo de democratização em curso no país. O regime tenta nos retirar o direito, duramente adquirido pela nossa luta, de possuir sindicatos livres... A criação do Solidarnosc independente autogerido dos agricultores foi, para o campo, como também para toda a sociedade, um momento decisivo. Ele foi possível de modificar a política agrícola do Estado, de assegurar um desenvolvimento normal da agricultura e de defender os camponeses frente ao Estado(...)

Hoje, igual ao Solidarnosc operário, o Sindicato independente dos agricultores tem seu valor real posto em prova. Sua sorte dependerá da atitude do campo... Por sua atitude, cada cultivador deve demonstrar sua solidariedade, sua vontade de que exista um sindicato independente autogerido.

Enquanto durar o 'estado de guerra' devemos:

- 1- Sustentar a ação de Solidarnosc operário, organizando ajuda material, difusão de panfletos, mas sobretudo, criando uma estrutura comum de organização e empreendendo ações comuns (edição de panfletos, coleta de dinheiro, ações de protesto, etc.);
- 2- Adotar face ao poder uma atitude de resistência passiva, omitindo de efetuar a distribuição ao Estado e dirigindo os produtos diretamente à seus destinatários. (...);
- 3- Em sinal de solidariedade com as greves operárias, propomos que cada região decida livremente um dia por mês (perto do 130 no qual ela não fornecerá leite ao estado);
- 4- consolidar como um dever nacional a ajuda para os trabalhadores no campo, as famílias de militantes camponeses internos ou presos;
- 5- Limitar a compra dos jornais (oficiais) e não assistir aos jornais da TV;
- 6- Aproveitar este período em que o funcionamento do Sindicato é impossível para unir o campo em torno das idéias de Solidarnosc. Devemos pouco a pouco organizar os encontros regulares dos membros dos círculos, estabelecer uma só atitude face ao poder, aprofundar o conhecimento da história da polônia e das ciências sociais cristãs".

-Os representantes regionais de NSZZRI-Solidarnosc,

Em 31 de Maio de 1982.

- As manifestações de 13 e 16 de agosto:

- Gdansk:

No 13, desde a manhã, as pessoas colocavam flores aos pés do monumento aos operários mortos em 1970. Ao saírem dos canteiros navais, os operários do primeiro turno depositaram coroas de flores na praça da Solidariedade, e gritavam palavras-de-ordem.

Neste momento, a polícia utilizou pela primeira vez, os canhões a água. Alguém anunciou uma manifestação para o dia 16, diante do monumento. outro gritou; "vamos ao comitê do Partido", e todos se dirigiram para o centro da cidade. Um cordão de 'zomos', diante da sede do POU, atacou e dispersou a multidão usando gás lacrimogênio, canhões a água e batendo nos manifestantes. os choques duraram várias horas. Foram construídas barricadas e houve luta corporal. Vários manifestantes tinham o rosto coberto para dificultar a identificação, e se proteger do gás.

Nos dias 14 e 15, numerosas patrulhas verificaram a identidade dos jovens e de quem depositava flores diante do monumento.

No dia 16, a hora de saída do primeiro turno dos operários dos canteiros navais, o monumento foi cercado pelos 'Zomos'. As identidades eram verificadas e várias pessoas foram presas. Durante todo o dia, apesar das tentativas, não foi possível se aproximar ao monumento.

- Varsóvia:

No 13, centenas de pessoas se reuniram em torno da cruz colocada na praça da Vitória, para cantar, depositar flores, acender velas. Os grupos de 'Zomos' chegaram e começou a provocação quando alguns pisotearam as flores; alguém gritou para não aceitarem a provocação e a multidão se pôs de joelhos a cantar o hino nacional; neste momento, os 'zomos' atacaram com canhão a água e cassetetes expulsando a massa até o parque Saski. Ai, os milicianos, até então ocultos, atacaram com granadas de gás lacrimogênio. Duas pessoas foram feridas e várias dezenas foram presas.

No dia 16, as divisões de 'zomos' bloquearam o acesso a cruz com canhões a água e granadas de gás lacrimogênio. A multidão se reagrupou na rua Krakowskie Przedmieście, diante da Igreja da Visitação, onde uma nova cruz foi instalada.

No dia 17, no centro de Varsóvia, foram abertas bandeiras com as palavras de ordem de anistia para os condenados e libertação para os internados, ao mesmo tempo em que eu foi lançado um balão com o símbolo de Solidarnosc. a ação foi coordenada pelo Comitê Operário Inter-fábricas Solidarnosc.

Na praça da Vitória, os 'Zomos' atacaram as pessoas reunidas em torno da cruz em homenagem aos mineiros de Wujek.

No dia 18, alegando trabalhos de reparação na praça ,uma palhiçada foi erguida pelos 'Zomos',com os letrados 'proibido entrar', 'proibido parar'.Contudo, o único trabalho feito foi o de retirar a cruz do local.

- Nowa-Huta:

No dia 13, uma manifestação de vários milhares de pessoas partiu do portão principal das siderúrgicas "Lenienc" até a praça central.Os manifestantes respondiam ao apelo de Solidarnosc da siderúrgica em acordo com o Comitê Regional executivo.A massa gritava: "Libertai Walesa!, "Libertai Handzlik". Ao chegar a praça,foi dispersa pelos canhões de água.

- Wroclaw:

No 13, a 'zomo' atacou as pessoas que saiam da missa celebrada na Catedral,utilizando canhões á água e gás lacrimogenio.

- O dia 31 de Agosto.

Após dois anos dos acordos de agosto-80, os trabalhadores e o povo polonês voltaram a se manifestar nas ruas,sob a bandeira e as palavras-de-ordem do Sindicato Solidarnosc,como para lembrar os dias de liberdade e de esperança vividos de agosto 1980 até 13 dezembro 1981.Para afirmar que esta esperança vive ainda e que o apelo à mobilização e à luta do Sindicato livre e autogerido é eficaz e encontra o apoio do povo polonês.

As informações sobre as manifestações do 31 agosto ainda são raras,pois,as prisões em massa antes e durante as manifestações,retardaram a publicação dos jornais clandestinos.

No 31 agosto,como nos dias 13 a 16, as manifestações atingiram uma grande amplitude.Um total de 66 cidades foram palco de ações envolvendo cerca de 75.000 pessoas que foram as ruas seguindo apelo de Solidarnosc.

Em varias cidades,a combatividade foi a característica principal: em Lublin,centro mineiro do paisas manifestações duraram 4 dias 2 operarios foram mortos pelas balas policiais.Os mineiros entraram em greve.

Nas cidades de Czestochowa e Katowice,na Silesia,as manifestações duramram até o 1º de setembro.

Em Wroclaw,onde houve 1 morto e, em Gdansk,21 manifestantes ficaram feridos.

Em Jastrzebie-Zdorg, milhares de mineiros participaram de uma manifestação para comemorar os acordos de Jastrzebie,assinados em 3 de setembro 1980.

O balanço final aontou 5 mortes, 381 feridos e mais de 5.000 prisões. Destaca-se a prisão do dirigente de Solidarnosc clandestino e da "Radio Solidarnosc", Z. Romaszewski.

De imediato, o WRON identificou o Comitê de Auto-Defesa Social-KOR como o 'bode expiatorio'. Em reunião no 1º setembro, o WRON comunicou que "as manifestações do 31 agosto foram orientadas e dirigidas pelos ideólogos e extremistas da oposição anti-socialista, notadamente os do Comitê de Auto-Defesa Social 'KOR'. Um processo contra os dirigentes do KOR foi aberto.

O KOR se autodissolveu quando do 1º Congresso Nacional de Solidarnosc, em 81, e, seus dirigentes se encontram internados, com exceção, de dois que se encontram fora da Polônia.

Em relação aos acontecimentos de 31 agosto, a Igreja, através do episcopado, declarou que "considera do seu dever a defesa de todos que foram atingidos, feridos e humilhados, os que foram privados de liberdade ou condenados a penas elevadas. Os bispos condenam em especial 'as profanações provocadoras dos templos (granadas de gás lacrimogênio foram lançadas contra igrejas), como a repressão contra os jovens que saíram das igrejas após as missas (principalmente em Jasna Góra)".

Sublinham que "os trabalhadores querem possuir sua própria representação independente; os sindicatos Solidarnosc e Solidarnosc Rural; a juventude estudantil espera, igualmente, uma organização própria (União Independente dos Estudantes-NSZ, próxima de Solidarnosc e que foi dissolvida), os bispos apelam "aos representantes dos grupos sociais e as autoridades do Estado a encontrarem, em comum, uma saída para situação atual".

- Perspectivas após agosto:

Quais as perspectivas traçadas após as manifestações? Esta é a questão mais debatida pela direção clandestina. Já após as manifestações de maio, o debate sobre as formas de luta e de organização da resistência ocupou um grande espaço na imprensa clandestina. Se as ações de resistência passiva, durante os primeiros meses do 'estado de guerra', tiveram um papel importante na construção do movimento social Solidarnosc, elas acabaram por se mostrar limitadas como forma principal de luta da resistência. As greves de curta duração, realizadas em várias regiões e mesmo a greve de advertência do 13 maio, em nível nacional, foram vistas de maneira diferente pelos militantes. De uma parte, elas reforçaram a combatividade e a auto-organização dos trabalhadores; de outra parte, o preço pago pelos grevistas de várias fábricas se mostrou muito pesado, pois, muitos deles foram demitidos.

Em relação ao balanço da greve do 13 maio, "Tygodnik Mazowsze" (semanário de Solidarnosc regional) publicou em 23 maio as opiniões de operários e empregados, onde muitos pensam que seria preferível preparar a greve geral, evitando ações que levem a privar as fábricas de seus militantes mais ativos. Outros, entretanto, expressaram uma opinião diferente e, pensam que se deveria multiplicar as ocasiões de mostrar abertamente ao poder a determinação dos trabalhadores e a amplitude da resistência. A mesma diversidade de opiniões foi colhida em uma pesquisa feita com cerca de 50 trabalhadores de uma fábrica de Varsóvia. Greves de curta

duração ou manifestações de massa nas ruas ? Eis a questão posta em um artigo aparecido na imprensa clandestina e intitulado “A primavera polonesa: nas ruas ?”, datado de 15 de maio.

“As manifestações da resistência frente a ditadura militar-partidária, não só por sua forma como por sua composição social, diferiram das greves de julho-agosto 1980. Se bem que não faltaram operários nas ruas, foi a juventude estudantil, os trabalhadores não industriais, que estavam em maioria...Esta primavera pôs na frente da resistência os meios sociais que, no seio de Solidarnosc, foram minoritários”.

“A luta decisiva começará onde começou a luta precedente: atrás dos muros das fábricas, onde a força do sindicato independente operário teve sua origem. Oculto pelas manifestações espetaculares de rua, o processo de retorno da confiança que dá uma greve solidária, já começou e continua a se desenvolver. Esta vez, trata-se da consciência da força que emana dos muros das fábricas e dos homens que aí estão”.

O texto de Z.Bujak, explicado as causas e os objetivos das manifestações de agosto, são um exemplo típico das questões principais em debate;

“Antes de tomar a decisão das manifestações do 31 agosto, nós refletimos no interior da Comissão Provisória de Coordenação, sobre o meio de combate que seria, atualmente, o mais eficaz. Resulta de nossas experiências que a ação mais eficaz é aquela que atemoriza o adversário e a qual ele não pode ocultar da opinião pública.

Torna-se claro que as diferentes formas de greve de curta duração são pouco eficazes, porque são fáceis a dissimular. A informação sobre as greves, passando por diferentes níveis, é falseada e muito inferior a realidade. Ao contrário, é impossível de calar uma manifestação. O poder teme, e, as forças dos “Zomos” e os policiais, são inferiores aos manifestantes, a condição, é claro, que as pessoas não tenham medo...

O desdobramento da comemoração do aniversário de agosto decidirá, em uma grande medida, a estratégia que adotaremos para o período futuro. Os efeitos não serão visíveis de imediato, nada mudará de forma radical após a manifestação. Mas, se o mês de agosto passasse tranquilamente, significaria para o poder que o sindicato e a sociedade são fracos e estão quebrados. O poder não hesitaria em por fora da lei Solidarnosc. E, se toma esta decisão estaria pronto a defendê-la ao preço de fusiladas, de repressões sangrentas das greves, a todo preço. Solidarnosc, neste caso, não seria mais que história e, eventualmente, movimento clandestino. Não teria nenhuma chance de sair da clandestinidade e de empreender uma ação aberta. A conspiração, mesmo a melhor organizada, não pode ser comparada a um sindicato agindo na legalidade.

Fica evidente, que as pessoas não têm medo, que elas podem enfrentar as tentativas de quebrar as manifestações, se elas sabem se organizar; suponho que a linha de pressões radicais sobre o poder será continuada. Isto deverá, num horizonte relativamente breve, conduzir o poder a negociar, conduzir as conversações na configuração; o sindicato, o episcopado, o poder. É claro que não compete aos clandestinos negociar; suponho que eles começarão a discutir com Lech (Walesa). Nossa tarefa será, então, manter uma pressão dura e permanente.

Se , todavia, as autoridades conseguirem conter as manifestações de agosto,significará que nos é impossível de impor uma pressão radical, que deveremos renunciar as ações de massa e nos engajarmos numa ação de menor amplitude.Não nos restará que uma resistência a longo prazo.

A força da manifestação,sua organização,dependerão da medida em que a possamos terminar as 18 horas e, não a deixar degenerar em choques dispersos.isot será muito difícil e dependerá da tática adotada pelas autoridades.Se elas se decidirem a atacar os pequenos grupos de manifestantes isolados,não evitaremos os incidentes nas cidades (...)

A manifestação é a opção de uma linha firme e radical de defesa do Sindicato. Penso que todos que aderiram a Solidarnosc têm claro que para haver um Sindicato independente ,forte e potente,teremos que lutar durante muito tempo e duramente”,conclue o texto de Bujak.

Após as manifestações de agosto, a proposição de ralizar uma greve geral parece ter perdido sua atualidade.Uma ofensiva geral não parece viável,pois apesar da organização da resistência,a relação de forças é desfavorável ao movimento social,e,no plano político,a discussão das perspectivas de Solidarnosc,enquanto sindicato e movimento social,não favorece o lançamento de uma ofensiva geral.

Entretanto,se o poder militar se mantiver indiferente a estas pressões, como o fez até agora, talvez a questão da greve geral volte a ordem-do-dia.Neste sentido, as primeiras declarações de um dos componentes da Comissão Provisória ,W. Frayniuk, vão no sentido de que “Solidarnosc obteve uma grande vitória moral no 31 agosto ,e deve se preparar ativamente a uma eventual greve greve.Segundo este dirigente,em artigo no Boletim “Solidarnosc numero 38, de 2 setembro,esta é a tarefa principal do sindicato neste momento.

O ataque a Embaixada polonesa na Suíça,foi classificado pela Comissão Provisória de Solidarnosc,como ‘um ato de provocação’ para ‘descreditar Solidarnosc aos olhos da opinião publica mundial” e, visando a mascarar ‘o fracasso político registrado pelo sistema totalitário em 31 agosto na Polônia”.Os primeiros sinais concretos após agosto, apontam no sentido de que a disputa entre os trabalhadores organizados clandestinamente e o poder militar cada vez mais intransigente, prosseguirá nos emses futuros.

Esta tendência foi reforçada pelos acontecimentos de 13 setembro,principalmente,em Wroclaw,capital da baixa Silesia,e uma das fortalezas da resistência,que foi palco durante 4 dias de choques violentos entre manifestantes e policiais.Segundo os dados fornecidos pelo Ministro do Interior, gal.kiszczak, 47 pessoas foram julgadas entre as quais 38 foram condenadas.

- O boicote aos sindicatos do WRON

Após a dissolução de Solidarnosc, a TKK apelou no 9 outubro, ao 'boicote dos sindicatos de fachada': "O fato de aderir as organizações criadas pelo POUP, a participação nas reuniões que eles organizam, equivale a sustentar o WRON. Uma responsabilidade particular cabe aos militantes de Solidarnosc dotados de um mandato. Os casos de abuso de confiança dos eleitores, serão estudados pelo Tribunal de Honra de Solidarnosc e tornados públicos".

Ao mesmo tempo, a TKK fixou o calendário futuro de manifestações, em uma declaração sobre a greve geral: "...A Comissão Provisória de Coordenação, TKK de NSZZ-Solidarnosc, decide lançar na primavera de 1983, uma greve geral. O regime permanece surdo a voz da Nação... Dado que as pressões exercidas até o momento não deram nenhum resultado, para parar o poder na via que conduz à catástrofe, somos pressionados a recorrer ao último recurso – a greve geral".

A TKK proclama o 10 de novembro jornada de protesto contra a deslegalização de Solidarnosc. Em uma declaração de 9 outubro, a TKK anunciou uma greve de 4 horas; hoje, em resposta às represálias que se seguiram às greves espontâneas... apelamos a uma greve de 8 horas no dia 10 novembro".

"A TKK proclama uma semana de protestos operários do 13 ao 17 dezembro e apela a organizar o 13, o 16 e o 17 de dezembro, em todo o país, as manifestações em memória dos operários mortos em Poznan em 1956, sobre o litoral em 1970, nas minas 'Wujek' em 1981, e as vítimas do 'estado de guerra'.

Os operários põem em prática o boicote. Alguns exemplos:

O sindicato oficial das siderúrgicas "Lenine" de Nowa-Huta (Cracovia), na primeira metade de outubro, contava com menos de 100 membros entre os 40.000 trabalhadores;

contava com 11 na Imprensa "Revolução de Outubro" de Varsóvia;

com 90 na fábrica "Ursus" de Gorzow;

com 33 na FSC de Lublin;

e com 20 na WSK de Swidnik.

Os grupos que defendem uma participação nos sindicatos oficiais, como o objetivo de ganhá-los 'por dentro' ('ENTRISMO'), são minoritário e sem expressão no conjunto da resistência.

- A Lei sobre o 'parasitismo social'.

No 26 de outubro, foi votada uma lei sobre "o modo de se comportar em relação às pessoas que se recusam a trabalhar", comumente chamada de "lei sobre o parasitismo social".

Esta lei tem conseqüências sociais profundas, pois, introduz na Polônia o 'trabalho obrigatório'. E, do ponto de vista político, porta aspectos perigosos:

Segundo a lei, "Toda pessoa que durante 3 meses consecutivos não trabalhe, não siga um curso de formação e não tenha se registrado numa agência de emprego, deve se apresentar a um organismo administrativo regional para explicar porque não trabalha ou não segue uma formação profissional. Se não o fizer, esta sujeita a uma pena indo até 3 meses de 'liberdade limitada' ou de uma multa de 20.000 Zlotis".

Todo mês a pessoa deverá fazer uma declaração de suas rendas e pode, em certas condições, ser obrigada a efetuar 'trabalhos de interesse público'; mesmo conseguindo trabalho, deverá figurar na lista de registros durante um ano. Os que se recusarem aos 'trabalhos de interesse público' (determinados pelo Conselho de Ministros) serão passíveis de 2 anos de prisão ou uma multa de 10.000 zlotys. A lei só é válida para os menores de 45 anos.

E, como alerta um artigo da imprensa clandestina: "São regras dirigidas contra todo cidadão polonês adulto. Permanece tranqüilo, senão nós te licenciaremos e tu cairás no contexto da lei".

#### - As Greves de Novembro

O apelo da TKK a greve de 8 horas no 10 novembro não foi totalmente seguido. A maioria dos militantes estimou que a greve não 'seria rentável', que as represálias seriam muito fortes. Pela primeira vez, a TKK não obteve o apoio total dos filiados, o que significou um golpe duro à sua autoridade.

Várias 'Comissões de Fabrica' haviam realizado sondagens entre os trabalhadores e, os resultados mostravam que, aqueles haviam escolhido outras formas de ação que a greve.

Assim, por exemplo, a decisão do Presidium Provisório de Solidarnosc de Torun: "A sondagem mostrou que não estávamos suficientemente preparados para a greve. Por isto, engajamos as 'Comissões de Fabrica', clandestinas, a iniciarem em suas fabricas ações de protesto adaptadas a especificidade das fabricas e as possibilidades das estruturas existentes".

Ou, o exemplo da "Comissão de fabrica", clandestina, da empresa "Lamina" de Piassezno,

em que as formas de protesto foram adaptadas de modo que os trabalhadores não fossem expostos às represálias por parte da direção e da segurança".

Mesmo que a TKK tivesse conhecimento total dessas sondagens, pois conhecia algumas, e que anulasse o apelo a greve, criaria uma grande confusão, principalmente, devido as insuficiências de comunicação em nível nacional, e a própria propaganda do pdoer ao propagar em panfletos falsos a anulação da greve. De qualquer modo, fica claro que a clandestinidade afasta a TKK das

bases do movimento, que há um hiato entre os militantes clandestinos, preocupados com a segurança, e os operários nas fábricas confrontados aos problemas do dia-a-dia.

A decisão da greve do 10 novembro, foi tomada sob o calor da luta contra a deslegalização de Solidarnosc, em outubro. A greve do 10 se passou numa situação onde os sentimentos estavam apaziguados. O fato de a TKK ter transformado a greve de 4 para 8 horas, revela a pressão das correntes mais radicais durante o período das greves de Gdansk, em outubro.

É importante analisar o contexto em que se desenvolveu a greve de novembro, para poder se ter uma idéia das dificuldades que Solidarnosc teve que enfrentar. Numa análise aparecida na imprensa clandestina, Andrej Jakubowski, retrata o caminho que conduziu a greve de novembro:

“O Parlamento em 8 e 9 de outubro votou uma lei sindical e pôs Solidarnosc fora da lei. As greves espontâneas dos trabalhadores dos canteiros navais de Gdansk ( 11 a 13) não tiveram o eco esperado. Todos e, inclusive, a TKK, pareciam surpresos pela decisão do Parlamento, entretanto, preparada a longo tempo atrás. Os preparativos, as palavras-de-ordem, fracassaram. A exceção do litoral, só em Wroclaw e sobretudo em Nowa-Huta, as manifestações foram numerosas. O prestígio do movimento clandestino recebeu um golpe grande.

Foi para atenuar este golpe que a TKK declarou uma greve geral de 8 horas, para o 10 novembro e, anunciou uma greve geral para a primavera de 1983. Esta decisão inquietou todo mundo, a começar pelas mais altas esferas do Estado, terminando nos próprios atores do apelo. O gal. Jaruzelski tomou este apelo seriamente. O poder não se limitou a ameaças, a reforçar os Zomos, a multiplicar a segurança e as prisões, a proceder as ações disciplinares nas fábricas. Ele fez apelo a Igreja. A declaração do primaz Glemp, feita na Itália, provavelmente com o apoio do Papa, e o Comunicado comum após o encontro Glemp-Jaruzelski, foram uma ducha fria no movimento.

De outra parte, mesmo antes, era sabido o estado de dúvidas que existia sobre a oportunidade desta greve, mas a TKK não cedeu”.

A declaração da RKK de Gdansk, tentou analisar as causas do insucesso:

“A ação de protesto anunciada pela RKK para o 10 novembro foi marcada por um fracasso na região de Gdansk. Este foi o primeiro fracasso sofrido depois da criação das estruturas clandestinas de Solidarnosc. As razões principais, a nosso ver, são as seguintes:

1. A amplitude ,desconhecida até então, das medidas preventivas do poder e que consistiram em:

- incorporações obrigatórias nos quadros do Exército e da Zomo de cerca de 1.000 trabalhadores das principais fábricas de Gdansk e Gdynia e, o anúncio de novas incorporações para os dirigentes de greves, indicados pelas direções das fábricas;

- internamentos preventivos;
- patrulhamento do terreno das fabricas por numerosas patrulhas militares e agentes da segurança;
- intimidação dos trabalhadores pela ameaça de prisões draconianas por participação nas greves;
- difusão de panfletos falsos, anulando a ação de protesto;
- uma concentração, desconhecida até então, de forças da milícia nos locais previstos para manifestação;

2. A atitude negativa do primado da Polônia em relação as ações de protesto anunciadas pela TKK para o 110 novembro;

3. O lapso de tempo muito curto que decorreu depois das últimas ações espontâneas, produzidas na região, após a deslegalização de Solidarnosc;

Nestas condições, se tornou extremamente difícil de responder ao apelo da RKK e, as razões do fracasso indicam que nós não tínhamos suficientemente tido em conta estes fatores nas nossas decisões.

- Os preparativos do WRON:

Vejamos em detalhes quais as medidas que o poder tomou em relação a greve de novembro. Segundo informações transmitidas em 25 outubro, por um comitê do POUP, as autoridades prepararam uma nova tática, apoiando-se nos seguintes elementos:

1. intimidação pela propaganda para dar a impressão de que desta vez seria um massacre;
2. presença massiva das tropas e dos Zomos nas ruas, mas sem material pesado;
3. deixar acontecer o 10 novembro mesmo. Se possível, evitar de dispersas as manifestações, permitir as pessoas de gritar e de se dispersar sem ter encontrado adversário. Como justificação, falou-se do 'efeito no exterior': 1.000 pessoas cantando e proferindo palavras-de-ordem não despertará nenhum eco.

Parece que a tática foi usada na Cracovia.

- Intimidação nas fabricas: da parte da direção,ameaça de dissolução de fabricas devido a greves ( Szadkowski, Fadroma ou segundo a TV de Cracovia,uma usina foi fechada e 105 pessoas licenciadas); uma grande propaganda ameaçando no sentido de que 'deixar o posto de trabalho significa uma ausência voluntária do trabalho',perdas do 13º salário, férias forçadas sem soldo,50.000 Zlotys de multa por dia de greve (Nowa-Huta).

-da parte da segurança: convocações de pessoas indicadas pelos 'vermelhos' da fabrica (Szadkowski,Academia de Medicina, ).Prisões preventivas ( 2 pessoas em Telpod).Uma serie de 'visitas' a casas de militantes.Controles diante dos portões das fabricas.

( Estes são os fatos relatados pelo "Serviço de Informação Malopolska).

Por sua vez, "Tygodnik Mazowsze",numero 34,também relata fatos da repressão:

"Represálias em grande escala precederam o 10 novembro.A inscrição pela armada (esta nova forma de internamento atingiu mais pessoas que o internamento do 12 dezembro 1981).Como,por exemplo: em Slupsk foram recrutados 214 homens,em Lebork 284,na fabrica "Cegielski" de Poznan,208 homens.

Novos métodos de 'prevenção de greves' foram usados:na Siderúrgica "Lenine" de Nowa-huta,foi anunciada uma multa de 50.000 Zlotys por dia de greve.Na fabrica Unimor de Gdansk,os chefes de setor e os contra-mestres foram ameaçados de demissão caso não denunciasses os grevistas.Na fabrica Fadroma,mais de 50 pessoas foram internadas e para o 10 novembro uma parte do pessoal foi encarregada de trabalho nas creches,nas escolas maternas e nos centros de lazer da fabrica.Os canteiros navais Parnica,de Szczecin,foram fechados sob pretexto de desratização;houve ,igualmente,falsos panfletos da TKK anulando a greve.

Nos canteiros navais "Wisla",de Gdansk, um premio de 10.000 Zlotys foi prometido aos que não interrompessem o trabalho.Todos os trabalhadores do porto de Gdynia receberam 4 pacotes de cigarros de boa qualidade.As cafeterias dos canteiros navais "Comuna de Paris",de Gdynia, foram aprovisionadas de manteiga vegetal, carne, cigarros não racionados e meias.Na fabrica "Dolmel",de Wroclaw,sapatos forrados foram postos a venda."

- As Manifestações do 10 novembro;

Se a greve geral de 8 horas não foi totalmente seguida, não se pode falar de um fracasso total;pois,na maioria das empresas do pais, curtas greves simbólicas foram realizadas.Portanto,a imagem de um fracasso completo.como sugeriram o governo militar e a imprensa ocidental dos paises do Leste europeu,não é correta.Assim,vejamos alguns exemplos:

-Nas grandes fabricas:

PAFAWAG, de Wrocław: certos setores tentaram fazer uma greve, mas, os contra-mestres surgiram dando ordem de retomar o trabalho ou de deixar a fábrica. Desde o dia 5 novembro, um grupo de 40 oficiais da aeronáutica se encontrava no interior da fábrica, percorrendo todos os cantos; uma célula da segurança, composta de militantes do Partido, funcionava na fábrica.

URSUS de Varsóvia: não houve greve, mas sim, aumentos de salário, e os operários da linha de montagem ganharam 3 dias de férias; era proibida a circulação no interior da fábrica; ameaças de militarização da fábrica; licenciamentos; internamentos, prisões e interrogatórios, etc.

Contudo, houve algumas fábricas, onde os operários não se deixaram desencorajar pelo terror e realizaram greve:

- na fábrica Budostol, em Czyżny, houve greve durante todo o dia;
- na siderúrgica Bierut, em Częstochowa, os trabalhadores de um setor entraram em greve;
- no setor de mecânica da fábrica de produtos radio-técnicos Kasprzak, de Varsóvia, houve greve;
- na fábrica de vestimentas de Zakopane, todos os setores fizeram greve;
- em Zakopane, houve greve na fábrica Zawrat na Cooperativa Tatrzańska, e quase todos os motoristas de táxi;
- na refinaria de Gdansk, devido a especificidade da produção, Solidarność apelou por 4 interrupções do trabalho, de 15 minutos cada;
- nas fábricas Marko, Teofilow e Marchlewskiego de Łódź, houve greves.
- nas fábricas Szackowski, WSK e numa parte da siderúrgica "Lenine", todas em Cracóvia, ocorreram greves curtas;
- em Gdansk, 20% dos operários do depósito de ônibus de Wrzeszcz fizeram greve e, 10% dos trabalhadores do porto;
- em Poznań, na fábrica "Cegielski", 95% dos operários fizeram greve de 40 minutos;
- nas fábricas Teletra de Poznań e Fadroma de Wrocław, o trabalho, aparentemente, não foi interrompido, mas, nada foi produzido;
- os empregados e os estudantes das escolas superiores participaram massivamente das ações; por exemplo, universidades de Varsóvia, universidade Jagiellone de Cracóvia, universidade "Adam Mickiewicz" de Poznań, universidade "Nicolas Copernico" de Torun, escolas técnicas de Varsóvia, de Wrocław e de Poznań, Academia das Minas e da Cultura Física de Cracóvia.
- as manifestações que ocorreram em Wrocław e Nowa-Huta foram menos participadas que de hábito; em Gdansk e Varsóvia, foi impossível realizar manifestações; em Cracóvia e Poznań, ocorreram manifestações; em Łódź houve manifestação, sem choques com a milícia;

- na fabrica de transporte de Wroclaw e na fabrica Rawar de Varsóvia,houve greve ( na fabrica de Varsóvia, 80% dos efetivos,durante 15 minutos );
- empregados da fabrica de rolamentos de krasnik e da fabrica de caminhões de Lublin realizaram uma passeata;
- na fabrica de vidros de Ozarov,o trabalho foi interrompido;
- na fabrica Elana,de Torun,foi realizado uma passeata com centenas de pessoas;
- muitas ações de 'pichamento' e de planfetagem foram feitas;nas fabricas via-se as bandeiras de Solidarnosc penduradas em locais de acesso difícil;
- ações de sabotagem foram feitas; na fabrica de automoveris de Bielsko-Biala e nas siderúrgicas Huta-Warsovia,o aprovisionamento de água foi cortado e as vias de caminho de ferro bloqueadas;
- na pequena empresa de construção,Fadom,de Biezanow, 2/3 dos efetivos (105 pessoas) fizeram greve de 8 horas;os 105 foram demitidos.
- No 11 novembro, em Varsóvia, 10.000 pessoas comemoraram com uma manifestação o aniversario da Independência,sendo dispersada pela policia.

- Uma Situação Política Nova:

Varias declarações da TKK refletem a nova situação que vive atualmente a Polônia: os encontros entre o Primaz Glempe e o gal. Jaruzelski,a morte de Brejnev e sua substituição por Andropov, a libertação de Walesa,a perspectiva de suspensão do estado de guerra ,modificaram bruscamente o quadro político. Nestes entido,a TKK declarou:

“ Em 22 novembro, houve uma reunião da TKK consagrada à analise da situação atual no país e, as questões de organização.Adotou,então, 3 declarações :

Declaração n. 1= (...).Pondo Solidarnosc fora da lei, junto com outros sindicatos, o poder rejeitou a possibilidade de um acordo. A libertação de Walesa e o acordo para a visita do Papa João Paulo II,devem ser considerados como uma proposição de armistício.Se este for concluído, o estado de guerra deverá ser suprimido com todas suas conseqüências. Para que uma tal armistício constitua, na situação atual, uma solução política do conflito social, criando ao mesmo tempo a perspectiva de um acordo futuro, ele deverá compreender, no mínimo;

- a libertação de todos os presos políticos;

- o restabelecimento da atividade de todas as organizações e uniões de artistas e de cientistas e, sobretudo, dos escritores, dos artistas plásticos e dos cineastas;
- o restabelecimento do decreto sobre a censura, consultado antes com a sociedade.

Declaração n. 2= O desenvolvimento dos acontecimentos de 10 novembro pôs em questão a tática anterior do Sindicato. O problema da elaboração de novas formas de luta se coloca para TKK. A libertação de Walesa, o fato de fixar a data da visita do papa João Paulo II a Polônia, o anúncio do fim do estado de guerra, tudo isso cria uma situação política completamente nova (...). Diante de tudo isto, resolvemos anular os apelos às ações de protesto para o mês de dezembro... Contudo, o 16 dezembro permanece como jornada de comemoração das vítimas de 1970.

Declaração n. 3= "O presidente de NSZZ Solidarnosc está em liberdade. Ao curso de suas primeiras intervenções públicas, ele declarou: "Eu sou e permanecerei fiel aos ideais de agosto 1980. Para que possa realizar ações sensatas, isto é, vitoriosas, deixem-me o tempo para estudar a situação. Declaramos que estamos prontos a nos submeter às decisões de Walesa. Apesar da deslegalização de Solidarnosc, ele continua para nós o presidente do Sindicato, eleito por eleições democráticas. Sua libertação abre novas possibilidades de armistício com o poder. Estamos prontos a aproveitar esta ocasião. Declaramos, ao mesmo tempo, que continuaremos nossa atividade baseada nos princípios adotados até o presente e em acordo com o programa do primeiro Congresso Nacional de SZZ-Solidarnosc. Só Walesa pode fixar as condições segundo as quais a TKK, à um pedido seu, decidiria de se dissolver. Uma tal decisão ao poder, do nosso ponto de vista, ser tomada, enquanto todos que estão privados de liberdade por razões políticas ao foram soltos. O restabelecimento das liberdades sindicais e cívicas continuará a constituir o objetivo principal de nossas ações".

Se bem que o elemento externo, ou seja, a mudança o aparelho de Estado Soviético não seja debatido na imprensa clandestina, ao contrário, a libertação de Walesa, com todos os elementos teatrais que a envolveram, e a posição da Igreja, são elementos constantes os últimos boletins.

Uma leitura de algumas destas análises os dá uma idéia da complexidade do quadro político polonês. Assim, um texto datado de 18 novembro, aborda a libertação de Walesa;

"(...) Se não fossem a morte de Brejnev e a libertação de Walesa, os 10 e 11 de novembro teriam sido como todas as outras jornadas de manifestação. (...) Se qualquer coisa de importante se passou na Polônia nestas últimas semanas, não foi o fato de a greve ter tido menos envergadura que as de outubro e que menos pessoas desceram as ruas que no mês de agosto. Uma nova carta apareceu sobre a mesa – o capitão Lech Walesa (...). Mas, que significa a libertação de Walesa? Que fará Walesa? Que fará o Governo? Eis as questões que são colocadas... Muitos elementos indicam que a libertação de Walesa é uma medida hábil, muito hábil mesmo, do governo... Em 1º lugar, a medida do geral é uma boa manobra no que diz respeito a

propaganda no exterior(...).O governo tem em mãos um trunfo excelente e amplia seu campo de manobra.Assim, ele pode de novo internar ou mesmo prender Walesa...Mas ele pode também ,se as circunstâncias o exigem,coibir a mesa de negociações.Ele pode corrigir as leis sindicais,deixando um lugar a atividade do 'ex-presidente de Solidarnosc" (como sublinha a imprensa oficial). Aumentar as esperanças de um arrazoado amigável, significa dar um golpe nas estruturas clandestinas de Solidarnosc.E, é aí que está a questão de fundo: no plano interior, o efeito mais visível do fato que Walesa está em sua casa,será o de podar a autoridade dos líderes atuais do Solidarnosc.

Walesa ao poderá lhes apoiar oficialmente ,nem expressar sua estima por suas atividades, sem cair sob os golpes da lei do estado de guerra...Pressionando Walesa a agir de maneira estritamente legal...coloca-se a TKK no pé do muro.Ela é obrigada,seja a deixar a clandestinidade,seja a se identificar às frações mais radicais, que não obtêm um apoio geral".

O balanço do ano, que Bujak fez no número 37 de "Tygodnik Mazowsze", encontramos as mesmas questões e dúvidas:

"Questão: de que modo a libertação de Walesa muda a situação ?

E.: as autoridades aproveitaram a libertação de Walesa sem seu proveito.Também foi feita para fracionar o Sindicato, ao despertar diferentes controvérsias e discussões.E,tenham grande esperança de que se passasse desta maneira.ão foi por acaso que se fez tanto barulho na TV em torno da carta de Walesa a Jaruzelski.Penso que as especulações sobre um conflito, uma cisão,entre Walesa e a TKK são desprovidas de fundamento.Compreendemos muito bem a situação de Walesa,seus limites;e,ele,compreende bem a situação da TKK e suas possibilidades(...) Os membros da TKK consideram que sua atividade será mantida sobre as bases atuais até a libertação de todos os condenados.Não prevemos nossa dissolução,nem o fim de nossas atividades clandestinas.

(...) Que significa a preparação de uma atmosfera oportuna em vistas da visita do papa ? Quais são as condições que foram negociadas com a Igreja ? As autoridades podem dizer,por exemplo,que elas não podem aceitar a visita papal enquanto a clandestinidade existir e agir.A TKK poderá se achar diante de uma exigência da Igreja para deixar a clandestinidade.Penso que as autoridades buscarão um meio, o mais simples possível,de anular esta visita. Se bem que ela foi anunciada,não creio que as autoridades possam aceita-la.Penso que foi anunciada como um meio de pressão sobre a Igreja e os militantes sindicais.Tenho medo que a clandestinidade se torne uma carta nas negociações para esta visita e que ela seja colocada diante da alternativa: procedez a vossa dissolução e deixez a clandestinidade sem nenhuma condição e,manteremos o anuncio da visita papal;ou,se a clandestinidade prosseguir sua ação,as condições para a visita do papa deixarão de existir.

No que diz respeito a Walesa, veremos .Ele anunciou que apresentaria sua posição em um mês.O que esperamos dele,é que ele permaneça fiel aos idéias de agosto.Podemos precisar alguns pontos: em 1º lugar, exigência de sindicatos independentes; a luta por um movimento sindical pluralista e independente,com o direito de greve".

Em relação à Igreja, nas primeiras semanas de novembro, surgiram críticas numerosas nos boletins clandestinos. Os jornais do POUP também criticaram duramente os padres acusados de transformar seus sermões em 'pregações políticas', poupando a hierarquia. Algumas análises lastimam o antecessor do primaz Glemp, o cardeal Wysinski: "(...) É o atual primaz de um ponto de vista diferente do meu antecessor, que nos sermões glorificava o heroísmo daqueles que amam mais a liberdade que a vida?"

Em um texto intitulado "A Igreja – mais perto da eternidade que de Solidarnosc", Andrej Ursynowski afirma: "Consciente da força da Igreja, o governo se esforça por não romper o diálogo, apesar de que vários membros do aparelho do partido e do Estado...desejariam acertar de vez suas contas com a Igreja. Os contatos entre o Estado e a Igreja cresceram principalmente a partir de maio, quando o poder constatou que pode pacificar provisoriamente Solidarnosc, porém, sem conseguir estabilizar a situação política do país.

O eixo principal das conversações foi a nova visita de João Paulo II, o papa polonês, desfrutando de uma grande autoridade social em seu país natal. A importância que a Igreja dá a esta viagem, como também a nação inteira, permite ao poder de fazer da visita um desafio cômodo e um meio de pressão. Não é preciso provas de que a condição para esta visita, condição posta várias vezes pelo poder, é que rejeite a paz social. Remarcamos que Glemp dirige cada vez mais a nação que ao poder, seus apelos a calma e a sabedoria".

Entretanto, foi a mesma Igreja que protestou contra a lei sobre o 'parasitismo social' e que, em uma declaração dos bispos, assinada pelo Primaz Glemp, protestou energicamente contra a suspensão do 'estado de guerra', ao afirmar que, "Se aproveitou a ocasião para reforçar o arsenal de medidas repressivas à disposição do governo"; e, de "Introduzir novos rigores nas fábricas e novas sanções no código de trabalho. Interrogam sobre a credibilidade de um regime que proclama uma atenuação dos rigores do estado de sítio, mas, introduz um reforço nos dispositivos de exceção".

Mesmo pregando a calma e a moderação, mesmo compactuando com o poder (como no 10 novembro), a Igreja permanece sensível e atenta à violação dos direitos do Homem. Neste sentido, a análise do Comitê de Defesa Social-KOS, é bastante lúcida: "Não se deve lançar toda a responsabilidade pelo fracasso da ação de protesto (o 10 novembro) sobre a Igreja. A apreciação da iniciativa política do primaz Glemp é complexa. De um lado, a Igreja entrou no jogo do regime ao eliminar Solidarnosc clandestino da confrontação política com o poder (...). De outro lado, a Igreja tentou criar uma nova plataforma legal, política, para continuar a agir em favor da sociedade, em que, os interesses não foram jamais identificados pela Igreja com os interesses das estruturas clandestinas de Solidarnosc".

- Lech Walesa: "um cidadão comum"...

No 16 dezembro, o poder impediu Walesa de fazer um discurso perante milhares de pessoas que o esperavam em Gdansk, diante do monumento aos mortos pela repressão em 1970, e dos mineiros de Wujek, em 1981. Walesa foi praticamente equestrado durante todo o tempo em que estava prevista a manifestação.

Contudo, Walesa tinha distribuído seu discurso a ser pronunciado em Gdansk. Nele, Walesa se posiciona em relação à situação política:

“...Que devo dizer a vocês, enquanto presidente deste grande sindicato que formalmente não existe mais? Ele existe em nós, ele existe mesmo nos que lhe renegaram. Penso que vocês o sentem... Muitas pessoas deram suas vidas para defender os ideais de Solidarnosc... Nos não podemos esquecer.

(...) Muitas pessoas vêm me perguntar: e agora? Que acontecerá com nossa causa? Que se passará com as pessoas que estão conosco hoje, que não puderam vir hoje? Primeiramente, responderei em termos gerais: devemos permanecer fiéis, fiéis à idéia da qual partimos. Nosso grande Polonês, o papa João Paulo II, nos falou da necessidade da renovação moral, da preservação da liberdade interior e da dignidade.

Como o traduzir em nosso programa? Que fazer? (...) No passado nós, enquanto sindicato, nos encarregamos de tantos problemas, até se transformar num movimento social. Chegou o tempo deste grande movimento social, este grande rio que carregou em sua corrente todos os problemas não resolvidos de numerosos meios, de se dividir em várias correntes e de escoar tranquilamente até seu objetivo.

A primeira corrente, são os sindicatos que obtivemos por nossa luta. Pronuncio-me sempre pelo pluralismo, mas ao mesmo tempo, por um retorno às atividades estatutárias, em defesa dos interesses do mundo do trabalho.

A segunda corrente, são os locais de trabalho, autogeridos, fundados sobre uma lógica econômica. É importante ser seu próprios senhores em casa, na fábrica, na Universidade, nas redações, nas cooperativas, no bairro, na cidade.

A terceira corrente, são as Uniões e as associações Independentes, onde o pensamento permanece livre, mas sábio e responsável. Organizar essas associações os cientistas, os escritores, as pessoas de teatro e de cinema, impedirá que nos fechem a boca, que paralisem nossa coragem e permitirá que o pensamento seja à serviço da Nação.

A quarta corrente, são as organizações, instituições e associações independentes, no seio das quais possa agir a juventude, a fim de que a geração jovem possa exprimir sua própria voz (...).

Estou pronto a me por ao serviço de uma cordo verdadeiro nesta direção... Sou fiel a nossos ideais, aos ideais de agosto, sou fiel a causa dos operários e a causa da Polônia, enquanto operário e polonês (...).”

No 13 dezembro, um ano após a proclamação do ‘estado de guerra’, os deputados foram convocados para ‘suspender’, no 31 dezembro, o ‘estado de guerra’. No 19, o Parlamento

adotou 2 projetos de lei sobre a suspensão do 'estado de guerra'. O efeito principal foi o de abolir a prática do internamento, o que levou a libertação de todos os internados durante o mês de dezembro. Segundo o gal. Jaruzelski, a suspensão significa estabelecer um sistema jurídico de transição que vigorará até o fim definitivo do 'estado de guerra'.

Assim, o poder segue uma dupla tática, no que concerne aos presos e aos internos: a comunidades dos internos diminuí de um modo regular durante os últimos meses ( o número exato de internos não foi jamais conhecido, o governo falou de 4.500; a Igreja, de 7.000; e, outras fontes, de 20.000 ). Contudo, durante a vigência do 'estado de guerra', o número de prisões não cessou de crescer; na segunda metade de novembro, havia cerca de 800 internos e o número de presos e de condenados era de 3.000.

Quando Walesa foi liberado, começava o processo de W. Frasyniuk, membro da TKK, que foi condenado a 6 anos de prisão e a 4 anos de privação de seus direitos políticos, o que nos dá um exemplo típico da orientação do WRON.

Neste sentido, os principais dirigentes de Solidarnosc foram postos em estado de prisão, no mesmo dia em que a Agência oficial PAP anunciou a libertação de todos os internos, inclusive dos assessores como Bronislaw Geremek. Sem dúvidas, os 7 dirigentes de Solidarnosc irão engrossar o número de 4.000 prisioneiros políticos que continuaram nas prisões.

Estes 7 dirigentes são:

- Andrzej Gwiazda, vice-presidente de Solidarnosc-Gdansk;
- Karol Modzelewski, assessor do Comitê de Greve de Wroclaw, que foi porta-voz oficial de Solidarnosc;
- Marian Jurczyk, presidente de Solidarnosc-Szezecin;
- Sewerin Jaworski, vice-presidente de Solidarnosc-Varsovia;
- Andrzej Rozplochowski, presidente de Solidarnosc-Katowice;
- Grzegorz Palka, vice-presidente de Solidarnosc-Lodz;
- Jan Rulewski, dirigente de Solidarnosc-Bydgoszcz.

Antes do final de 82, o governo anunciou que cerca de 700 condenados poderiam se beneficiar de uma 'graça do governo'. Contudo, mais de 800.000 operários que desejavam mudar de local de trabalho, foram impedidos pela lei sobre a suspensão do 'estado de sitio'. Segundo dados da oposição, cerca de 150.000 trabalhadores se encontram licenciados.

Como breve conclusão, transcreveremos partes de uma análise do número 35 de "Tygodnik Mazowsze":

“ Este momento nos lembra,coma diferença que agora a sociedade está melhor organizada, a situação do “Comitê de Defesa dos Operários”-KOR,no momento da libertação de quase todos os operários presos.(...)O poder tenta quebrar nossa unidade libertando Walesa e ao manter presos seus colaboradores mais próximos...Walesa,se ele deseja permanecer o líder de Solidarnosc,deve se basear sobre a sociedade clandestina;(...)A Polônia de Jaruzelski e Urban (porta-voz do governo),mesmo após o fim do ‘estado de guerra’,será um país arbitrário,com sua nova lei sindical.Para nós, ela continuará a ser o país em que Solidarnosc permanece em ação e em que Walesa é seu presidente(...) Foi Walesa mesmo que nos preveniu, em uma carta enviada da prisão; “este poder jamais foi e, não será jamais honesto,assim,não recuemos nem um passo”.

Em entrevista ao jornal francês “Liberation”,Georges Mink,especialista e militante da oposição democrática polonesa,afirmou:

“Não vejo nenhum cenário já construído.Porém,os elementos de evolução possíveis aparecem: do lado da sociedade e da clandestinidade,pouco a pouco (porque o Estado policial é eficaz e a sociedade está cansada),as formas de luta abertas serão abandonadas,como também a idéia de uma greve geral à curto prazo.Surgirão cada vez mais, as formas da sociedade paralela.Poderá se reproduzir o cenário anterior a agosto 1980: multiplicação dos espaços de liberdade, das redes de solidariedade,etc.Podemos imaginar perfeitamente que as comissões operárias, ilegais ou semi-ilegais,se tornarão o único elemento de negociação nas fábricas”.

Após a dissolução de Solidarnosc,em outubro,o porta-voz do WRON declarou que “os 15 meses de Solidarnosc são um capítulo encerrado”.O desmentido veio imediatamente,através das greves dos trabalhadores nos canteiros navais do Báltico.

Após sua libertação,Walesa é considerado pelo WRON como “um cidadão como outro qualquer”.Entretanto,este mesmo poder os equestra para evita-lo pronunciar um discurso numa manifestação em Gdansk.

A declaração do Biro de Coordenação de Solidarnosc no estrangeiro, quando do seqüestro de Walesa,explicou bem estas contradições:

“ as autoridades mostraram que o principal motivo de sua ação foi o medo que têm da opinião pública polonesa, e sobretudo, da classe operária que, apesar das declarações oficiais,não foi ‘normalizada’(...) O poder provou que o ‘estado de guerra’ continua a existir com outro nome”.

Como finalizou a Declaração da TTK,de outubro,ao condenar a dissolução de Solidarnosc:

“Solidarnosc é e será, quer isto agrade ou não” (L.Walesa,no primeiro Congresso nacional de Solidarnosc).

- Documentos de Solidarnosc.

a) O Apelo de Lech Walesa:

“Não se deixem esmagar !

Façam greves massivas

Nas grandes empresas, e a resistência passiva nas pequenas.

Se o exercito empregar a força, tentem evitar

que o sangue seja derramado. Estejam unidos,

E demonstremos que nosso sindicato está vivo

E pode ainda agir ! “

b) Comunicado do Comitê de Greve das Fábricas de aço de Huta-Warsawa:

“ O Comitê de Greve de Huta-Warsawa, depois de ter consultado os trabalhadores, que se pronunciaram 80% em favor da greve, proclamou a greve de ocupação nas fabricas de aço, a partir das 9 horas.

Nós, siderúrgicos em greve, pedimos o cumprimento de nossas reivindicações do Comitê Nacional de Greve, com sede em Gdansk, nos estaleiros marítimos e que são as seguintes:

- fim do ‘estado de sitio’ na Polônia;

- libertação de todos os membros de Solidarnosc que estão presos;

Declaramos com toda a firmeza necessária, que somos operários e nunca seremos escravos, mesmo se querem atar nossas mãos e amordaçar-nos. Estamos fazendo greve com toda a Polônia operaria, com toda a Nação unida. Colocamos em pratica o apelo de Lech Walesa para defender nosso sindicato, que é nossa esperança. A Polônia não morrerá enquanto estivermos vivos!”.

Boletim de greve numero 2, divulgado pela AFP, dia 15 dezembro 1981.

c) Apelo ao mundo:

“ A todos os Parlamentos, Governos, a todas as nações e aos homens de boa vontade que amam a democracia, a liberdade e os direitos dos trabalhadores.

Arriscando sua vida e sua liberdade,sem levar em conta as disposições drásticas da lei marcial, apesar da tentativa de paralisá-los pelo medo, centenas de milhares de operários e patriotas poloneses entraram em greve e estão exigindo o fim do ‘Estado de Sitio’, a libertação de todos os presos, a volta de todos os direitos sindicais e democráticos, arrancados pelo povo desde agosto de 1980.

Apóiem-nos em nossa luta, com manifestações de massa e com seu apoio moral.Não fiquem de braços cruzados, olhando a tentativa de esmagamento do inicio de uma democracia no seio mesmo da Europa.Estejam conosco nestes momentos difíceis.

Solidariedade com Solidarnosc !

A Polônia está sempre viva !

Apelo dos grevistas de Solidarnosc do porto de Szczecin

15 dezembro de 1981.

- Solidarnosc: 8 anos depois

Oito anos após a proclamação do ‘estado de guerra’, o que mudou ? O que ficou ? Interna e externamente à Polônia ?

Claro,o Solidarnosc não tem o vigor de massa de 1980-81. Aquele foi um período ‘crítico’ da historia,como dizia Trotsky.Caracterizado pelo surgimento de varias formas de auto-organização dos trabalhadores.Contudo, Solidarnosc vive e luta! Resiste. Uma nova geração iniciou sua participação.Agosto de 1988 é a maior prova disto.

Como age Solidarnosc após estes anos todos ? Sua base,são os trabalhadores reunidos em comissões clandestinas de fabrica.São pequenos grupos informais com tarefas claramente definidas ( imprensa clandestina, coleta de fundos,encontros inter-fabricas,ações de propaganda,etc ).No escalão intermediário, há os organismos inter-fabricas.Esta estrutura clandestina e federada , é dirigida por instancias regionais e nacionais.Ao lado destas estruturas, estão os grupos políticos mais ou menos ligados à Solidarnosc ( o melhor exemplo é “Solidarnosc Combatente”).

Externamente,de acordo com Bronislaw Geremek,assessor de Solidarnosc, “Os dirigentes soviéticos abrem uma chance para Polônia,porque dinamizam um modelo político até estático.Desta vez, o desafio vem de Moscou para Varsóvia.A equipe de Gorbachev introduz uma dinâmica na pratica da gestão,ao passo que a equipe de Jaruzelski permanece na

estagnação...Numerosos dados nos levam a pensar que Moscou continua a pensar que é necessária a calma nos países periféricos para realizar suas reformas.Certos elementos provam,entretanto,que Gorbachev,em vista da enorme resistência de seu aparelho, teria interesse em dinamizar a situação nos países satélites, o que lhe asseguraria os apoios sobre os quais poderá conduzir as mudanças...”.

Portanto, o ‘bloco soviético’ vive novos rumos com a Perestroika, que tem espaços importantes em todo o Leste Europeu.Neste sentido, a Declaração de “Solidarnosc Polaco-Theco” é ilustrativa:

“ Aqui estamos reunidos em 9 de julho de 1988, às vésperas do 20º aniversário da invasão da Tchécoslováquia pelas armas do Pacto de Varsóvia, a fim de discutir os frutos de nossas reuniões anteriores, chegamos a um acordo sobre um certo número de pontos.

Vivemos numa época de mudanças.O sistema implantado na Polónia e na Tchécoslováquia há quarenta anos,entrou numa crise profunda.O modelo ditatorial de governo e a gestão centralizada da economia se soldam pelo desperdício das reservas naturais e do trabalho humano.Pela primeira vez, uma parte dos dirigentes parece compreendê-lo”.

Na Polónia e na Tchécoslováquia,onde a sociedade civil está mais organizada há perspectivas otimistas.

O que continua ? A economia e o governo da Polónia continuam estagnados.nenhuma reforma fundamental.A equipe de Jaruzelski está em crise: é dilacerada por lutas intestinas e,incapaz de agir de forma coerente.isto conduz a contradições com a política da Perestroika.

Solidarnosc continua sendo a referência da sociedade.Afinal,após 8 anos,o Sindicato autogerido não foi eliminado.Por que ? Devido à sua organização nas bases (fabricas,campo,escolas,hospitais,minas).também,devido a ter um projeto global: A república Autogestionária.Não dizia Lênin: “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” ?

Permanece a unidade do movimento em meio a diversidade de opiniões.Permanece a posição mediadora da Igreja.A atitude da Igreja em relação a Solidarnosc mudou bastante.As paróquias continuam apoiando incondicionalmente o Sindicato.Contudo, no conjunto,os padres moderaram seu apoio.Continua o carisma de Lech Walesa.E,tudo isto está de pé,por uma única razão principal : Solidarnosc vive,implantado nos diversos setores sociais,nas fabricas,minas e escolas,através das suas comissões clandestinas e dos comitês de autogestão.Não dizia Rosa Luxemburgo: “Sem movimento revolucionário não há ação nem teoria revolucionária “ ?

Nesta parte do trabalho, vamos mostrar a dinâmica e a lógica internas de Solidarnosc após 8 anos de lutas,sobretudo,através das greves de agosto 1988.

No final, damos destaque especial as 'estruturas clandestinas' e o 'papel das comissões de fábrica'.

- Uma Nova Conjuntura:

O referendun realizado em 29 novembro 1987 foi um fato político de primeira grandeza na conjuntura política polonesa. Significou a primeira derrota do governo de Jaruzelski, após a instauração do 'estado de guerra', em dezembro 1981. A abstenção anunciada pelo próprio governo foi de 32%, ou seja, quase 9 milhões de cidadãos. Acrescente-se, que votaram 'NÃO' ou em "Branco", 6 milhões, num total de 22% do eleitorado. Fica um total de 55%. O poder subestimou a força da resistência social. O cardeal Glemp, cometeu o mesmo erro ao, na véspera do 'referendun', dar seu apoio a Jaruzelski, através do jornal espanhol "YA".

A imagem de uma 'maioria silenciosa', com a qual o governo contava, se desfez. Após o 'referendun' a imagem política do país se refez.

Já em 1986, a libertação de todos os presos políticos modificou a relação entre a sociedade e o poder. Walesa assinalava na época: "A nova situação política e as modificações da legislação, do Código penal e do Código do Trabalho, terão repercussões imediatas na vida sindical e nos direitos cívicos".

Em dezembro 1986, Solidarnosc fundou uma comissão para tratar das questões relativas à legalidade. Um novo período se abria para o sindicato autogerido.

A partir da consulta ao "Bulletin d'Information" - publicado na Europa, a partir do Comitê de Solidarnosc na Bélgica e França, do número primeiro ao número 201 - pudemos estabelecer uma série de elementos e dados, inclusive uma Cronologia, das sucessivas conjunturas polonesas.

A nova política de repressão, contida no Código Penal, prevê multas para delitos no campo da ação sindical. Tanto o autor do delito (por ex, greves, manifestações, panfletagem) como sua família sofrem as multas. A repressão se amplia e se disfarça em repressão econômica. Solidarnosc teve que responder a este desafio. O sindicato assumiu as multas e perdas desses associados, o que o obrigou a criar um 'Fundo de multas', coletado nas fábricas. Como funciona este 'fundo'? Baseia-se em caixas de auto-defesa nas fábricas. Estas surgiram das necessidades práticas das lutas. As pessoas multadas têm direito durante 6 meses a uma locação igual ao salário médio.

Quando começaram a surgir os 'comitês fundadores de Solidarnosc', o sindicato teve que pagar os que eram demitidos. Cada caixa reagrupa entre 20 a 40 pessoas por fábrica. O dinheiro serve para 4 objetivos:

- indenização de perdas, devido a repressão;
- assegurar pagamentos de multas ou prisões;
- sustentar ação sindical ( panfletos, bibliotecas, colônias de férias;
- ações políticas e dições clandestinas.

Novas formas de luta e organização foram surgindo. A legalidade trouxe elementos novos para a prática sindical. Por exemplo, uma Conferência sindical foi realizada em Varsóvia. 300 convites foram distribuídos às estruturas de fábrica e inter-fábricas de Solidarnosc, aos militantes autogestionários de mais de 80 empresas e instituições, aos conselhos de pastoral operária e às redações das revistas independentes. Assim, cerca de 400 militantes se reuniram na sala da Igreja da rua Karolkowa, em 10 novembro de 1987. Ao final, foi divulgada uma nota.

Da mesma forma, foi realizado um Congresso não-clandestino de Solidarnosc, na Silesia, em março de 1988. Dezenas de militantes discutiram, decidiram funcionar como assembleia geral dos delegados e, elegeram entre 7 candidatos, o presidente da Comissão Regional de Solidarnosc.

- A Economia em Crise.

Dados fornecidos pelo Biro Central de Estatísticas para 1986-86, afirmam que o ritmo de crescimento industrial se aproximava de zero. A regressão industrial resulta diretamente da promoção da indústria pesada e militar em detrimento da indústria leve. Apenas 2 ramos efetivaram o Plano: o de energia e o de armamento. A produção de vários bens de consumo clássicos não cessa de diminuir ( geladeiras, congeladores, máquinas de lavar, moveis, aspiradores).

O declínio da indústria é apenas um lado da crise econômica geral. O número de habitações liberadas no setor público caiu em 23%. O governo Jaruzelski voltou a política de "Grandes Projetos", como na época de Gierek. Que são danosos para a economia do país. A situação da agricultura é igual: a produção agrícola bruta foi, em 1986, de apenas 6,1% superior a de 1978, mas, em rendas reais dos agricultores, caiu 14%. O governo tenta equilibrar o mercado pela alta constante de preços. O aumento do custo de vida supera os 30%.

Em 1987, houve uma grande baixa da renda e do nível de vida da população, que empobrece a cada dia. Os dados do Biro Central de Estatísticas, em relação às condições de vida entre 1981 e 1985, são importantes porque as informações são raras e a pauperização se intensifica. Assim, o custo de vida aumentou em 1981-85, em média, de 35,6% nas cidades e de 37,2% no

campo. A qualidade da alimentação se degradou. O consumo de carne e seus derivados baixou em 19%; o de frutas e seus derivados em 23%; o de produtos à base de trigo e de batatas caiu de 9%; o de peixe de 4%; o de gorduras de 5%. O valor calórico da ração cotidiana do polonês médio baixou de 6% após 1980; o valor de proteínas de 7%; o de lipídeos de 7%; o de hidratos de carbono de 6%. Esta baixa do valor nutritivo da alimentação afetou a qualidade de trabalho do polonês e sua saúde.

- A Organização nas Fábricas:

Solidarnosc tem sua própria organização de base nas empresas, minas, escolas, etc. Também atua nos conselhos de autogestão que foram oficializados pelo regime. Durante as greves recentes (maio, abril e agosto), estas organizações, sobretudo as comissões clandestinas de fábrica, se transformaram em comitês de greve. O final das greves os levou a se transformarem em comitês de fundação de Solidarnosc, na legalidade, inclusive com pedido oficial de registro. Vejamos a dinâmica destas formas de organização nos locais de trabalho.

No início da luta de resistência, Solidarnosc se dividiu em relação à participação ou não nos comitês autogestionários nas empresas, então, esvaziados pelo regime militar. Atualmente, a experiência mostrou que a tática correta é de participação nos conselhos de autogestão. Até agosto, 50 comitês fundadores de Solidarnosc tinham requerido registro. Os órgãos oficiais negam todos os pedidos. Os comitês de fundação atuam clandestinamente nas diversas seções das fábricas, sob o comando das comissões de fábrica. No campo, existem comitês de fundação de sindicatos dos agricultores, como também nas cooperativas agrícolas.

Em muitos casos, a criação do comitê é momento da coleta de assinaturas para pedido de reconhecimento oficial. A repressão tem sido dura. Muitos trabalhadores têm sido acusados de formar organização ilegal e de divulgar material censurado. Muitos são licenciados. Os acusados recebem multas de 50.000 Zlotys. Inclusive, trabalhadores que pertencem aos conselhos de autogestão, são ilegalmente demitidos.

Muitos dos comitês de fundação se originaram dos conselhos de autogestão, agindo legal e abertamente. Estes comitês de autogestão são formados por trabalhadores ligados por muito tempo à Solidarnosc, mas não são dirigentes do tempo do Sindicato legal ou clandestino. Iniciaram suas atividades nos conselhos de autogestão. Em Torun, houve uma tentativa de burlar a repressão, através do registro do sindicato independente chamado "Unidade" ("JEDNOSC"), não usando o nome de Solidarnosc.

Os militantes autogestionários pretendem criar uma Associação da autogestão. Elaboraram um projeto de Estatutos e um Programa. Neste sentido, 44 representantes de conselhos de autogestão se reuniram em 20.11.87, num encontro organizado pelo Centro de Pesquisa sobre a Autogestão e pelo conselho autogestionário dos canteiros navais de Szezecin. O objetivo desta Associação é permitir aos militantes da autogestão de trocar experiências e realizar debates.

Em 02.01.1988, ocorreu um outro encontro importante. Realizou-se nos locais da Pastoral dos Trabalhadores, na igreja da rua Karolkowa. O tema central foi a autogestão e a estratégia de Solidarnosc. Vejamos algumas conclusões:

‘Segundo sondagens realizadas, um operário de Varsóvia entre dois, tem confiança nos conselhos de autogestão. Um em quatro, acredita nos novos sindicatos oficiais; um em cinco, no Partido; os conselhos de autogestão são vistos como o último bastião da democracia: o número de candidatos para as eleições é ilimitado; as recomendações do Partido são inúteis, o escrutínio é universal e secreto; os mandatos revogáveis. Os conselhos de autogestão são uma conquista de Solidarnosc, em 1981.

Entretanto as sondagens indicam apenas 15% de conselhos autênticos e combativos. Um conselho é na prática, formado por 2 ou 3 militantes. Uma dificuldade decorre do fato de que muitos militantes não aceitam participar dos conselhos, alegando que se pode, desta forma, legitimar o regime. Contudo, com o tempo, os conselhos se tornaram um instrumento de controle operário dentro das empresas. Hoje, busca-se uma relação entre os vários conselhos. Existem relações informais. A perspectiva geral dos conselhos é de se tornarem verdadeiros órgãos de gestão dos meios de produção, dentro de outra conjuntura. Os conselhos substituíram o sindicato nas fábricas. O governo quis contrabalançar o peso de Solidarnosc nas empresas, ao oficializar os conselhos; contudo, cometeu um erro, desde que Solidarnosc passou a se utilizar destes conselhos de autogestão nas fábricas, lado a lado, com as suas comissões clandestinas de fábrica.

- A Autogestão Rural:

Em vários números que a imprensa clandestina dedica à autogestão, são os problemas da autogestão operária que predomina. A autogestão territorial, a das escolas, são as menos abordadas. Contudo, é a autogestão rural, das cooperativas, a mais velha de todas, que retém menos atenção. Existem várias cooperativas autogestionárias a nível nacional, sendo que as mais importantes são as de ajuda camponesa, cooperativas leiteiras, cooperativas de jardinagem e apicultura e cooperativa bancária. É muito raro que um camponês não faça parte destas cooperativas. Existem desde 1850, tendo um papel importante na organização autônoma do campo. Talvez, este movimento cooperativo autogestionário seja um elemento importante, no futuro, na construção da República Autogestionária.

O camponês na Polônia se acha frente à obstáculos difíceis. Assim, ele se volta para as cooperativas para tentar resolver seus problemas imediatos. A crise geral da economia polonesa não permite a realização dos investimentos que a agricultura tem necessidade e, o caso é reforçado pela burocratização das cooperativas que estão sujeitas ao Estado. Esta situação abre grandes perspectivas para autogestão rural.

Em entrevista à “Samorzadna Rzeczpospolita”, Zbigniew Bujak afirma:

“ Não exploramos os recursos oferecidos pelos conselhos autogestionários, estruturas importantes da ‘Republica Autogestionária’. Outro terreno onde poderíamos nos implantar é o das fundações de oficinas. Existem cerca de 70 oficinas que caminham muito bem. Elas podem se ocupar de todo tipo de problema: educativo, cultural, ecológico, etc. podem tentar resolver os problemas sanitários nas empresas, combater as doenças profissionais. Uma oficina pode ser criada para resolver um problema concreto numa região. Os militantes de Solidarnosc deveriam se engajar neste tipo de estruturas’.

- As Greves de maio e abril:

Segundo análise de Jacek Kuron, “A situação sócio-política em abril e maio era a seguinte: de uma parte, fracasso das reformas ensaiadas pelo governo e descontrole crescente do país e de sua economia; e, de outro lado, cisão da sociedade. Havia uma maioria silenciosa jogada ao desespero, correndo atrás dos preços, frustrada e tendo como única reação a apatia; frente a ela, uma minoria engajada, também frustrada, mas regaindo pela agressividade. Este segundo grupo, que em 1987, significava 20 a 25% da população, cresceu bastante devido à entrada na vida adulta de uma nova geração de jovens, rica em indivíduos ativos... A minoria politicamente engajada, e sobretudo de jovens, raciocina por analogia histórica. Agosto de 1980 é a grande referência... uma onda de greves de solidariedade percorreu o país. Nas regiões e nas empresas, os militantes se engajaram para dar um caráter político ao movimento... As autoridades responderam por um método suicida: concessões de salário e recusa de negociar com os comitês de greve. Deste modo, encorajaram as reivindicações salariais... O significado das 11 greves é que, 7 ocorreram nas empresas onde havia comitês de fundação de Solidarnosc, muito ativos, como Ursus e Stalowa Wola, únicos onde as greves não foram espontâneas... creio que não foi um fracasso. Mesmo uma greve que termina por concessões parciais da parte do poder, e reconhece a importância do comitê de greve, é um passo adiante. Estes avanços ocorreram aos olhos de toda Polônia, em 11 empresas. O principal é que os jovens operários aderiram a Solidarnosc, e fizeram aliança com os estudantes... Aclamando Szablewski e Walesa, os operários dos canteiros navais assinalam a ausência de um fosso entre as gerações distintas de Solidarnosc”.

Em abril e maio uma onda de greves sacudiu o país. Contudo, elas não se generalizaram como se esperava. Os jovens que em 80 frequentavam o curso secundário, foram o elemento motor destas greves da primavera. Foram os que, nos canteiros navais de Gdansk, mais reclamaram

pela relegalização de Solidarnosc. Ficava a certeza de que as greves da primavera abriam uma nova fase de luta.

A KWK divulgou um Comunicado em 2 de maio:

“ A onda de greves abarca o conjunto do país. A revolta nas empresas é forte, como na Siderúrgica “Lenine”, nos canteiros navais de Gdansk e na Siderúrgica Stalowa, prova que o conflito diz respeito a todo o país, e que ele se origina na crise de nossa economia, pela ausência de reformas”.

Em 17 de maio, o Comitê de Greve (MKS) da Siderúrgica “Lenine” divulgou um comunicado:

“ Em 18 de maio 88, o MKS da Siderúrgica “Lenine” pôs fim à greve e clamou todos os operários ao trabalho. Como as reivindicações não foram plenamente satisfeitas, o MKS se transformou em Comitê de Organização de Solidarnosc na Siderúrgica “Lenine”.

Em 9 de maio, novo comunicado da KKW explicita o caráter e o avanço das greves:

“ os movimentos de greve e os protestos operários são a expressão do descontentamento geral face à situação econômica e política atual, e da ausência de toda esperança de melhoras. As greves atingiram as fábricas de Stalowa Wola, as minas de cobre, Wrocław, Szczecin, Wyszów, assim como os estabelecimentos de ensino superior de Gdansk, de Varsóvia, de Cracóvia e de Lublin. A greve dramática de Nowa Huta e dos canteiros navais de Gdansk não acabou; Ursus iniciou hoje sua greve. O poder responde pela força, pela ameaça, pelo anúncio de novas medidas de exceção”.

Por sua vez, os operários dos canteiros navais de Gdansk afirmavam:

“Os operários de Nowa Huta e nós mesmos conseguimos uma vitória inestimável; após vários anos de passividade e desespero, a coletividade polonesa retomou vida, sobretudo sua juventude... Não renunciaram ao combate por Solidarnosc. A jovem geração de operários e estudantes abriu o curso de uma nova primavera para Solidarnosc. Permanecemos fiéis à palavra-de-ordem que orientou nossa greve: ‘Não há liberdade sem Solidarnosc!’ ( Gdansk, 10 maio 88).

A Comissão Nacional executiva da KKW reuniu-se em 13 junho, com representantes dos MKS e dos comitês de organização de Solidarnosc. Após várias intervenções, os representantes das fábricas iniciaram um debate com a KKW e os assessores de Solidarnosc. Foram, então, traçadas pistas de ação. Constatou-se que Solidarnosc saiu reforçado das greves, como o atestam as ações nas fábricas e a entrada de novos militantes. Os comitês de organização de Solidarnosc surgem como um meio de reconstituir plenamente as organizações sindicais nas fábricas. As greves mostraram que a paciência dos poloneses está no fim.

As greves de maio e abril modificaram a situação social e política e significaram o fim da época da passividade. Os grevistas venceram o medo instalado desde a época do Estado de Guerra em 1981. As greves que se seguiram em agosto são a prova mais desta análise.

- As Greves de agosto:

No total cerca de 150.000 trabalhadores participaram da onda grevista iniciada em 15 agosto. 30 grandes empresas de diversos setores foram o teatro destas paralizações e de assembleias em que a principal palavra-de-ordem foi a relegalização de Solidarnosc.

Após as greves, várias organizações públicas, legais, de Solidarnosc, foram criadas nas fábricas. Por exemplo, 4.000 operários se inscreveram no Solidarnosc nas Siderúrgicas “Lenine” de Nowa huta. 3.500 nos canteiros de “Radetb” de Gdansk.

Também foram criadas organizações de Solidarnosc nas fábricas de Lublin e Starachowice, nos estabelecimentos “Cegielski” de Poznan e em numerosas empresas de Wroclaw.

Foi criado em Wroclaw, o “Movimento Cívico Camponês” pelos criadores de carneiros, que há muito tempo vêm brigando com o poder.

De outro lado, a repressão demitiu 350 mineiros por participarem das greves. Uma onda de acusações e provocações foi desencadeada. Assim, um possível documento do POUP recomenda às empresas que apoiem os sindicatos oficiais, como meio de evitar a ação dos militantes de Solidarnosc e pede que se denuncie as estruturas de Solidarnosc existentes nas fábricas.

Uma cronologia cotidiana do movimento grevista nos permitirá determinar o caráter e a amplitude das greves nas principais regiões do país.

#### A Epopéia dos Mineiros da Silesia.

- CRONOLOGIA das greves:

-Agosto;

dia 15.

Silesia. explode uma greve na mina "Manifest lipcolny" na noite de 14 para 15. São 1.200 grevistas. reivindicam a relegalização do Solidarnosc e a readmissão dos mineiros demitidos por atividades sindicais.

Dia 16. A policia e a tropa de choque (zomos) cercam a mina, bloqueando alimentos e medicamentos. A greve é declarada ilegal.

Dia 17.

Silésia. Greves de solidariedade se iniciam nas minas "Morcinek", "Andaluzja" e "Moszenica". As minas são cercadas pelas tropas.

Szczecin: começa a greve dos portuários; total= 1.000 operários. A greve é declarada ilegal; reivindicam: relegalização de Solidarnosc e readmissão de demitidos, garantia de segurança dos grevistas, horas de greve pagas e aumento salarial de 50%. O comite de greve (MKS) é formado por 17 trabalhadores. Nele faz parte um membro da KKW de Solidarnosc: Andrzej Milczanowski.

Dia 18.

Silésia: As 4 minas prosseguem em greve.

Szczecin: 600 motoristas e condutores de trens entram em greve em solidariedade com os portuários. As reivindicações são as mesmas. Forma-se um comitê de greve inter-fabricas.

Gdansk. Walesa apóia as greves. O Ministro do Trabalho declara as greves ilegais e ameaça de represálias os grevistas. 12.000 operarios estão parados no país.

Dia 19.

Silésia. 4 novas minas aderem à greve. Forma-se um comitê de greve inter-minas.

Szczecin: outra garagem de ônibus junta-se à greve. Todo o porto parou.

Gdansk.Os canteiros navais ameaçam greve de solidariedade.

A KKW de Solidarnosc divulga nota de apoio às greves;manifestação de apoio reúne 1.500 pessoas.

Dia 20.

Silésia.Mais de 2 minas entram em greve.A policia entra em estado de alerta.Manobras de tropas são realizadas.helicopetros sobrevoam as minas.No total, 11 minas estão paralizadas.

Szczecin.A Sideurgica "Lenine" de Nowa Huta entra em estado de alerta.Os comitês fundadores de Solidarnosc de Nowa Huta e Ursus declaram apoio às greves e ameaçam parar caso haja repressão.

Dia 21.

Gdansk.Walesa afirma que foi convidado para negociações com o governo.A comissão regional de Solidarnosc de Varsóvia apela a todas as fabricas para a greve.

Dia 22.

Szczecin.

A mina "Silesia" se junta à greve.É a 12ª mina em greve.A mina "Lenine" também pará.Total de 15 minas em greve no pais.60 operarios são presos nos canteiros navais "Warski" ,que não está em greve.Os operários do porto levantam barricadas.

Gdansk.

Começa a greve dos canteiros navais "Lenine".Unica reivindicação:relegalizar Solidarnosc.O canteiro de reparação naval "Nauta" e o porto do Norte param.Walesa se desloca para os canteiros.O MKS é presidido por Alojzy Szablewski,militante da nova geração de Solidarnosc.

Stalowa Wola. A siderúrgica de Stalowa Wola põe-se em greve.É greve de ocupação em solidariedade aos mineiros.Unica reivindicação: relegalização de Solidarnosc.Surge um abaixo-assinado: 1.200 assinaturas.

Duas seções da Siderúrgica de Varsóvia param. Uma tentativa de greve fracassa em Ursus. Zbigniew Bujak está em prisão domiciliar. Duas seções grevistas da empresa "Cegielski" (Poznan) são abafadas pelas tropas de choque. ocorre uma greve em uma mina de Belchatow.

Em todo o país os telefones dos militantes de Solidarnosc são cortados. As prisões se sucedem em dezenas. As oficinas dos ferroviários de Wroclaw entram em greve. Perto de Varsóvia, as garagens de ônibus param. Acaba a greve de Piasczno: aumento de 20.000 a 25.000 zlotys.

Dia 23.

Sucedem-se prisões em todo o país.

Gdansk. Os canteiros navais de reparação "Radunia" e os canteiros fluviais "Wisla" mais os canteiros navais do Norte entram em greve. Radio Solidarnosc emite durante 3 minutos. As greves iniciadas em duas minas são reprimidas pela policia.

Dia 24.

Silésia. A tropa assalta brutalmente a mina "Lenine" de Myslowice. Os grevistas são evacuados dos poços. As tropas assaltam as minas "Borynia" e "Morcinek". Os mineiros de "Jastrzebie" montam barricadas. Os da mina "XXXLiece PRL" descem ao fundo da mina onde se entrincheiram. Apesar da resistência heróica, os grevistas cedem. Na mina "Andaluzja", todos os militantes do MKS, 34 ao todo, são demitidos.

Stalowa Wola. A totalidade da siderurgia está em greve. Na região de Varsóvia, numerosas empresas votam menções de solidariedade aos grevistas. Em Nowa huta, surgem greves em varias seções. Em vários estabelecimentos, os trabalhadores passam a usar os broches de Solidarnosc.

Dia 25.

Silesia. Varias minas encerram as greves.

Szczecin. 75% do porto continua em greve.

Gdansk. Os canteiros navais "Lenine" são totalmente parados. Os canteiros "Norte" e "Radunia" entram em greve. O mesmo ocorre com 3 das 4 seções do porto de Gdansk.

Dia 26.

Silesia. Continuam as greves nas minas "Manifest", "XXX Liece", "Jastrzebie" e "Moszczenice". Nesta última, 37 mineiros combatem no fundo da mina. Na "XXXLiece", 100 mineiros estão embarricados nos poços.

Szczecin. As garagens continuam em greve e, os canteiros navais também.

Gdansk. A repressão se generaliza. Os canteiros "Lenine" continuam parados. Walesa se declara pronto para negociar com o governo, mas exige a participação da Igreja. Nos canteiros navais a direção da empresa informa que o governo só negocia se os comitês inter-fabricas forem dissolvidos. O governo negocia sem eparado com cada comitê de greve (MKS).

Stalowa Wola. Entre 2.000 a 4.000 grevistas. nos portões da empresa se encontram milhares de pessoas da cidade. Em varsóvia, diversas empresas entram em greve. Em Ursus, ocorre uma assembléia de protesto pela demissão de 2 membros do MKS.

Wroclaw. Greve de zelo nas garagens de trens.

Lodz. A tropa investe contra as grandes empresas locais.

Dia 27.

Silesia. Um representante da Igreja dialoga com os mineiros embarricados. Convence-os a parar a greve. Em toda a região, os diretores são autorizados a demitir os grevistas.

Gdansk. Multiplicam-se as ações de apoio à greve. Walesa deixa os canteiros e dirige-se para a casa do bispo local. Concede uma coletiva à imprensa. Forma-se um comitê acadêmico de Solidarnosc.

Stalowa Wola. O MKS manda Walesa para representar os interesses dos grevistas, e envia mensagem de solidariedade aos mineiros e portuários. A siderúrgica é cercada pela tropa. A população da cidade permanece nos portões da empresa, organizando manifestações artísticas.

O general, Ministro do Interior, Czeslaw Kirszczak, é mandado para organizar "um encontro com representantes das diversas categorias sociais e profissionais".

Dia 28.

Silesia. Fim da greve na mina "XXXLiece". Na mina "Jastrzbie" cessa a greve. O MKS se transforma em comissão de fabrica de Solidarnosc. O MKS declara que Walesa pode negociar sem eu nome a relegalização de Solidarnosc e que, os comitês de fabrica de Solidarnosc negociam com os diretores de empresa os problemas particulares de cada empresa.

GDANSK. a GREVE CONTINUA COM 4.500 OPERARIOS PARADOS. Walesa volta aos canteiros navais. Radio Solidarnosc emite pela segunda vez, passando informações sobre as greves.

Stalowa Wola. manifestação dispersada pela tropa de choque.

Plenário do Comitê central do POUP aceita Walesa como 'título privado' para negociação.

Dia 29.

Silesia. Apenas a mina "Manifest" prossegue a greve. Os grevistas das outras minas forçam a barreira da tropa e se juntam aos da mina "Manifest".

Gdansk. Walesa declara que só negociará em nome de Solidarnosc. As greves continuam.

Dia 30. o Pravda lança um ataque contra os grevistas: "estes dogmáticos e adversários radicais das reformas...querem lançar a Polônia no caos como em 1981".

Dia 31.

Walesa e seus assessores se encontram com o gal. Kiszczak, com mediação da igreja. O gal. Promete uma mesa-redonda e aborda o problema da relegalização de Solidarnosc. Walesa volta aos canteiros navais e pede aos grevistas para retomarem o trabalho. Entretanto, um conselheiro do gal. Jaruzelski, declara à TV americana que Walesa negocia a título pessoal e não como presidente de Solidarnosc.

A "Mesa-Redonda" de Negociação.

SETEMBRO:

Dia 1o.

Silésia. Os mineiros da "Manifest" exigem a vinda de Walesa para explicar pessoalmente as negociações sobretudo, sobre a relegalização de Solidarnosc.

Szczecin. O porto e as garagens de ônibus continuam em greve.

Gdansk. Assembléia de greve dos canteiros navais "Lenine". O comitê inter-fabricas decide que as greves acabam às 14 horas. "Terminamos a greve para não prejudicarmos as negociações", dizia Szablewski.

Stalowa Wola. O MKS cessa a greve atendendo pedido de Walesa.

Dia 2:

Silesia. Walesa chega pela manhã a mina "Manifest". Não consegue responder satisfatoriamente às questões por telefone. A discussão com os mineiros começa às 11 horas. A greve acaba pela madrugada. 3 minas entram em estado de alerta devido às demissões.

Gdansk. 400 operários demitidos durante a greve são readmitidos.

Stalowa Wola. A greve termina.

Dia 3.

Silésia. Na mina “Manifest” ,os mineiros recebem remuneração pelos dias parados.a direção da mina se compromete a não reprimir e readmitir os despedidos.

Szczecin. O comitê inter-fabricas decide acabar o movimento grevista.

Dia 10. assembléia comum da KKW de Solidarnosc e dos militantes dos MKS.A assembléia manda Walesa para negociação com o governo.

Dia 11.Walesa encontra-se com 60 assessores e militantes dos comitês de greve (MKS)

Dia 15.Walesa encontra o gal. Kirszczak, mais o representante da Igreja.

Dia 16.

Segundo encontro de Walesa com o gal. Ministro do interior.Desta vez,

Com a participação de representantes dos comitês de greve (MKS) de Gdansk, Szczecin,Jastrzbie e Stalowa Wola.

Concluimos esta parte com um ensaio de Jean Yves-Potel,estudioso da polônia,e publicado em “Lê Monde Diplomatique”,de Outubro 1988.

“O Labirinto Polonês”

“ Uma outra historia começa neste outono em Varsóvia.Ela é o resultado de vários fracassos e do despertar de uma sociedade que, animada por uma geração jovem de operários,começa a sair do seu torpor.Não é uma repetição do cenário de agosto 1980.Mas ,também,nasce da exasperação e da cólera suscitados pelos fracassos econômicos das reformas econômicas do poder.A 2ª etapa destas reformas econômicas não deram resultados.Fracasso econômico,que as estatísticas oficiais não traduzem.Por exemplo, as condições de vida da população se tornaram intoleráveis.estima-se que,em 1980, precisava-se de 2.000 zlotys para se viver dignamente.Em 1985,necessitava-se de 8.0000 zlotys e,em 1988,de 18.000 zlotys.estima-se que o custo de vida aumentou de 900% após 1980.

Após 7 anos,o gal. Jaruzelski fracassou e não criou uma base social e política de apoio.o POUP é sustentado pelos aproveitadores do sistema, chamados de ‘nova burguesia vermelha’.

O descontentamento social aumenta. Em novembro de 1985, 38% das pessoas estimavam a situação entre ruim e péssima; em 1987, os descontentes eram de 70%; em maio de 1988, apenas um polonês em cinco acreditava na eficácia do governo. Desde o início de 1988, uma maioria de jovens e trabalhadores das grandes empresas (40% dos 7 milhões de operários têm entre 15 e 29 anos) julgava inevitável, se não houvesse mudanças, um enfrentamento com o poder.

Uma subversão ocorre, há um ano, no subterrâneo da sociedade. Caracteriza-se por um descontentamento crescente da juventude operária e estudantil. Um pessimismo generalizado que tem efeitos contraditórios: apatia de um lado e, surgimento de um novo espírito reivindicativo nas fábricas e universidades, de outro.

No plano sindical, a 1ª onda de greves, em maio e abril de 1988, foi provocada por uma geração que entrou nas fábricas após o Estado de Guerra. Em agosto, uma 2ª onda grevista arrastou camadas operárias mais amplas. Se estas greves abalaram o poder, elas também surpreenderam os militantes de Solidarnosc. Contudo, os autores destas greves foram imediatamente reconhecidos e se reconheceram em Solidarnosc.

Estas vitórias parciais trouxeram confiança. O fracasso das greves de abril e maio não foram vividos como uma derrota. Ao contrário da geração anterior, a de Walesa, que acumulava vitórias atrás de vitórias, de 1976 a 1981, esta nova geração, que iniciou sua luta já no regime de Jaruzelski, aprendeu a perder uma greve e tirar forças para melhor lutar na próxima.

As duas ondas grevistas de 1988, as mais potentes desde 1981, permitiram uma relação entre uma posição aguerrida, hábil e, a parte mais determinada da classe operária. O modo como Walesa negociou o fim das greves, é testemunho do crédito de confiança que ele tem junto a esta juventude operária.

A equipe de Jaruzelski está dilacerada. A demissão em 19 setembro, do 1º ministro Messner, substituído por Rakowski, é uma prova clara. Também, está isolada no bloco socialista, por não conseguir implementar as reformas. Após a visita de Gorbachov, em julho, e após as greves de agosto, apareceu um artigo no jornal de Moscou "Sovietskaya Russa", em 18 setembro, pedindo a demissão do governo polonês e apoiando os grevistas.

Enfim, a mesa redonda entre o poder e Walesa, imposta pelos movimentos grevistas, colocou-se na continuidade de um debate engajado publicamente, entre a oposição, a Igreja e o poder, desde fevereiro de 1988. Seu objetivo: um PACTO Anti-Crise".

- As Estruturas Clandestinas de Solidarnosc:

Durante os anos 1981,82 e 83,tivemos diversas ocasiões de reunião com militantes de solidarosc clandestino,seja na França seja na Bélgica.Nestes momentos,pudemos ir construindo uma arquitetura da organização da resistência operaria.Com a consulta aos documentos e Boletins de Solidarosc no exílio, foi possível elaborar o seguinte ensaio.

- O papel das Comissões Clandestinas de Fábrica”.

Após cerca de 2 anos do ‘putsch militar’ (13 dezembro 1981 ), o Sindicato Solidarosc continua a promover manifestações de massa,como nos meses de maio e agosto deste ano( 1983). Sob um regime que se caracteriza pelas diversas formas de repressão contra os trabalhadores (prisões,demissões,listas negras,ameaças,etc) e comandado pelo Exercito ( que substituiu um POUP sem nenhuma legitimidade ). A existencia de Solidarosc reside na sua legitimidade perante a sociedade civil ,e principalmente, pelo fato de estar implantado nas fabricas,nas minas,nas universidades,etc.

Só um movimento sindical implantado nas bases e com apoio da massa de trabalhadores, pode enfrentar forças tão poderosas como as da burocracia militar polonesa e de seus ‘aliados naturais’.

O objetivo central deste ensaio é sistematizar o perfil desta estrutura clandestina e seus eixos de ação.

- A Resistência Operaria

Já vimos como surgiu a resistência operaria. Esta se caracterizou ,inicialmente,por:

- . mais de 15 dias de greves e de ocupação das minas na Silesia;
- . greves ,ocupações e choques em centenas de fabricas e nas principais cidades;
- . apelos à greve geral foram lançados por vários Comitês de Greve e por 5 membros da Comissão Nacional, que conseguiram escapar às primeiras prisões.

A partir de janeiro 1982, foi iniciado o trabalho de cosntrção de grupos clandestinos. No interior das fabricas foram fundadas as Comissões Clandestinas de Fabrica ( TKZ).Surgiram as

estruturas inter-fabricas e diversos grupos nos locais de moradia (grupos de auto-defesa social-KSO).Esboçou-se uma primeira organização em nível nacional; o Comitê Nacional de Resistência ( OKO ),porém anônimo e frágil. Foram lançadas as bases de uma Imprensa Clandestina e,em abril,foi fundada a “Radio Solidarnosc Clandestina”,atualmente implantada em varias cidades.

No final de abril,foi fundada a Comissão Provisória de Coordenação ( TKK ),em nível nacional,integrada pelos dirigentes das principais regiões.

- As Estruturas Clandestinas:

Com a fundação da Comissão Provisória de Coordenação (TKK). Solidarnosc passou a contar com as seguintes estruturas de organização:

- A Comissão Provisória de Coordenação (TKK),em nível nacional e reagrupando 6 membros da direção eleita no 1º Congresso nacional de Solidarnosc. São os representantes das regiões mais ativas ,e têm por tarefa definir as grandes linhas de ação sindical,formando a autoridade nacional de Solidarnosc.

- As Comissões Executivas Regionais (RKW) ou Comissões Regionais Coordenadoras(RKK): reagrupa os responsáveis eleitos nas regiões:as mais sólidas são as de Gdansk, Varsóvia, Wroclaw e Cracovia. A mais importante do ponto de vista organizacional, é a da região mineira de Wroclaw.As RKW ou RKK, possuem seus próprios boletins clandestinos.

- As Comissões de Fabrica (TKZ).Constituem a estrutura de base de Solidarnosc.São animadas por militantes novos,desconhecidos da repressão e que não aparecem em publico.Expressam-se através de boletins divulgados clandestinamente.

- Em certas regiões foram fundadas as Coordenações Inter-Fabricas. Em varsóvia, existem mais de 4,sendo a mais importante o “Comitê Operário Inter-Fabricas” ( MRKS).

- Em nível rural, existe o Comitê Nacional de Resistência dos Agricultores (OKOR),que reagrupa 3 organizações: o Sindicato dos Agricultores Individuais “Solidarnosc”,o Sindicato “Solidarnosc” Camponês e, o Sindicato “Solidarnosc “ Rural.

- nas cidades operárias, construídas em torno das grandes fábricas, tais como: Swidnik, Gorzow, Ursus ou Lubin, a organização está melhor estruturada e é mais forte. As manifestações de agosto 1982, em 66 cidades, mostraram a extensão geográfica da implantação de Solidarnosc.

Entretanto, por várias vezes, o aparelho clandestino foi superado pelas manifestações, que não conseguiu controlar ou dirigir. Há cidades em que não se conhece as estruturas, contudo, a ausência de manifestações não significa inexistência ou fraqueza da rede clandestina; por exemplo, em Poznan, onde foram raras as manifestações no mês de agosto, a organização é muito sólida nas fábricas.

As atividades das Comissões Inter-Fábricas, completam as das Comissões Regionais, desde que estas últimas não têm acesso às pequenas e médias fábricas das regiões; este trabalho é realizado pelas inter-fábricas, o que permite as Comissões Regionais terem uma visão do que se passa na base.

A articulação das diversas estruturas de Solidarnosc permite a organização de manifestações de massa: para a do 1º de Maio de 1983, foi formado um comitê representando as grandes fábricas e as inter-fábricas.

Devemos, também, assinalar a existência de outros grupos que participam do movimento social, a saber:

- O Comitê de Resistência Social (KOS), fundado no mês de dezembro de 81, tendo base em diversos meios sociais, que possam constituir as bases de apoio das estruturas clandestinas de Solidarnosc. Edita o Boletim "KOS".

- A Comissão Inter-regional de Defesa de Solidarnosc (MKO), criada em setembro de 82, que reagrupa mais de 100 fábricas de 16 regiões. Publica o Boletim "Bez Dyktatu" e desenvolve uma atividade crítica em relação à TKK.

- "Solidarnosc Combatente", organização fundada em julho de 82, principalmente por sindicalistas da Baixa – silesia (Wroclaw). Seu Boletim "Solidarnosc Walzaca" tem uma tiragem de 15.000 exemplares. É um movimento político que defende a tática de manifestações de massa, ruas e de choques com o aparelho repressivo.

- O "Comite Operário Inter-Fabricas de Solidarnosc"(MRKS),fundado em abril de 82,agrupando 63 fabricas de Varsóvia e arredores.Publica o Boletim "CDN" e participa de emissões da Radio Solidarnosc,estando ligado à Comissão Regional de Solidarnosc Varsóvia.

Como as condições de clandestinidade são severas,exigindo um sentido de iniciativa e de autonomia das diversas estruturas,estas mantêm um funcionamento que pode diferir segundo as regiões.Assim, na Cracovia,o funcionamento de Solidarnosc repousa em 3 estruturas principais;

- Comissão Executiva Regional ( RKE) e 2 Comites de Greve Inter-Fabricas (MKS) de Nowa-Huta e Cracovia.Formalmente,os MKS dependem da RKW, mas funcionam com uma grande autonomia. A RKW assegura os contatos entre as regiões e com o mundo exterior.Ela publica 4 boletins.o MKS de Cracovia engloba 4 bairros da cidade e está solidamente em relação com as organizações sindicais de algumas dezenas de fabricas;edita o bi-hebdomadario "Kronika Malopolska". O MKS Nowa-Huta repousa essencialmente sobre a Siderurgia "Lenine", uma das fortalezas da resistência operaria, e publica o boletim mais importante, "Hutnik" ("O Metalúrgico"),além de "Observator Wojenny".

Na Cracovia,também funcionam 3 outras estruturas,por profissão; cultura, saúde e ensino;todas 3 publicam seus respectivos boletins.

- Solidarnosc: um sindicalismo de base e de massa:

"Nossa arma é a calma, a honra, e a organização  
dentro das fábricas"

As comissões operarias fazem parte da tradição de luta e organização do sindicalismo independente e combativo da Polônia.principalmente, nos anos 70, se deu uma discussão nos meios militantes. Nesse sentido,podemos ler em um artigo de "Robotnik" ("O OPERÁRIO"),intitulado: "As Comissões Operárias na Espanha":

“Uma das lições mais importantes do que se passa na Espanha é o papel que tem desempenhado o movimento sindical independente, e, em particular o movimento operário que se desenvolve em centenas de fabricas espanholas. Trata-se da “Comissões Operarias”.

Os sindicatos franquistas que agem sob a tutela do poder, são organizados de modo semelhante aos sindicatos poloneses. São baseados sob o principio da ‘verticalidade’. É verdade que, na Polônia, não há proprietários das fabricas, mas os sindicatos são subordinados aos diretores das fabricas. Quanto aos objetivos dos sindicatos oficiais, consiste aqui e lá, em assegurar a manutenção da ordem, para que a produção se desenvolva sem problemas e os operários não se revoltem. Os sindicatos espanhóis como os sindicatos poloneses, não têm por objetivo a defesa dos trabalhadores nem a luta pela melhoria de sua sorte.

As “Comissões Operarias” se formam sem egredo, da seguinte maneira: aqueles que têm confiança entre eles formam pequenos grupos que atuam nas seções; a partir deste nível, se criam comissões ao nível de fabrica, que pouco a pouco, com grande precaução, fazem contatos com as comissões de outras fabricas”. (“Robotnik”, n. 8, janeiro 1978).

Fazendo um breve parêntese, poderíamos lembrar algumas reuniões que participamos, no inicio dos anos 80, com militantes operários poloneses, em Louvain La Neuve. Estes militantes eram oriundos de Lublin, onde há uma Universidade Católica, e, assim, faziam convênios de intercambio com a Universidade similar belga.

Nestas reuniões, os poloneses tinham grande interesse na forma de organização de base das Oposições Sindicais no Brasil, ou seja, as Comissões de Fabrica.

A partir da experiência dramática de 1970, surgiram em 1978, comitês de fundação dos sindicatos Livres, em Gdansk e em Katowicw (Silesia), que norteavam suas ações nos grupos implantados nas fabricas.

Com a fundação de Solidarnosc, em agosto 1980, as comissões de fabrica tornaram-se a sua organização de base, tendo 10 milhões de aderentes (entre 12 milhões de trabalhadores no país). Solidarnosc se estruturava a partir de uma comissão de fabrica, que por sua vez, originava um Comitê regional-MKZ, encarregado de coordenar as atividades do sindicato no conjunto de uma região. Cada comissão de fabrica tinha um representante no MKZ. A Comissão nacional Coordenadora-KPP era a instancia suprema do sindicato, formada por representantes de cada MKZ, agrupando 50 MKZs. O órgão executivo desta KPP era o Presidium Nacional, composto de 20 membros: o presidente nacional, Lech Walesa, e mais 19 dirigentes dos MKZs.

Um Comitê de Assesores, o Centro Sócio-Profissional (OPS-Z). Solidarnosc dispunha de 2 Agencias de Imprensa: uma nacional (BIPS), em Gdansk e, uma regional (AS), em Varsóvia. Editava um semanário (“Solidarnosc”) com tiragem de 500 mil exemplares. Além, de uma centena de Boletins regionais ou das comissões de fabrica.

Deste modo, com a decretação do 'Estado de guerra', os trabalhadores retomaram formas de organização e de luta que já faziam parte da tradição operária do país. Através dos boletins e de apelos que foram lançados, pode-se notar a importância da organização nos locais de trabalho. Assim, por exemplos:

"A principal estrutura sindical de Solidarnosc é a organização nos locais de trabalho (fábricas, minas, universidades, cooperativas, etc). Nosso sindicato existe, vive e milita, acima de tudo, nas fábricas e, será lá que seu futuro será decidido. É por isso que damos grande importância ao reforço e ao desenvolvimento das estruturas sindicais nas fábricas" ("Informator", n.59-Boletim Solidarnosc-Lublin).

"Em nosso trabalho atual, o mais significativo é a atividade do elo fundamental do sindicato: a comissão de fábrica. da atividade dos membros de base do sindicato, de sua imaginação e de seu talento para organizar, dependerá a força e a eficácia do sindicato" (do programa de Ação da RKW-Lublin).

Desde o dia seguinte ao 'putsch militar', os apelos proclamavam pela fundação de comissões de fábrica ilegais. O primeiro apelo de Solidarnosc dizia:

"Nossa arma é a calma, a honra e a organização dentro das fábricas".

(Comunicado número 1, do Comitê Nacional de Greve).

Mais uma vez, foi lembrado o exemplo das Comissões Operárias da Espanha: "A tarefa principal é a reconstrução e o desenvolvimento da rede de organização sindical de Solidarnosc nos locais de trabalho, no sentido da defesa do trabalhador sem seus conflitos cotidianos com os patrões a propósito das condições de trabalho e de salário... Trata-se do ELO MAIS IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE AUTOGESTIONÁRIA na clandestinidade (grifo nosso). Se esta tarefa é realizável, o exemplo dos operários espanhóis lutando durante longos anos contra a ditadura do general Franco, baseados na auto-organização das Comissões Operárias (CCOO) é a melhor prova". ("Tygodnik Wojeny", n.42).

A força de solidarnos reside no fato de ter uma base real que está implantada nas fábricas, minas e numa rede de grupos organizados fora dos locais de trabalho. Tomando como base as ações desenvolvidas pelas comissões clandestinas de fábrica-TKZ, podemos traçar os seguintes eixos de ação:

1) agir contra a situação existente nas fábricas, sobretudo, no que se refere às condições de trabalho, de remuneração e, igualmente, à respeito dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos;

2) boicotar os sindicatos de fachada e todas as formas de colaboração com a ditadura militar;

3) assegurar a defesa de todos os membros do sindicato e dos militantes independentes atingidos pela repressão ( ajuda jurídica, manifestações de solidariedade, exigência de anistia geral ), e igualmente, lhes garantir ajuda e sustento (ajuda na busca de um emprego, sustento material para eles e suas famílias, assistência médica);

4) coletar os fundos necessários à atividade sindical ; é um ponto fundamental, pois, para muitos membros de Solidarnosc, o pagamento das cotizações é o sinal de pertencer ao sindicato;

5) conduzir uma luta permanente e sistemática pela conscientização dos militantes e do pessoal de fábrica, através de uma informação verdadeira e honesta, pela propaganda dos objetivos, reivindicações e aspirações de Solidarnosc; pela refutação da propaganda mentirosa divulgada sistematicamente pelos meios de informação oficiais; editar jornais próprios, organizar uma boa distribuição da imprensa clandestina e de outras publicações independentes;

6) inspirar e organizar entre os membros do sindicato, sobretudo os jovens, ações de auto-educação e formação, que favoreçam a participação criativa na elaboração do programa de Solidarnosc;

7) atividades de propaganda, via impressão e difusão de cartazes e panfletos nos muros das cidades e no interior das fábricas; bandeiras de Solidarnosc; soltar balões com a inscrição do sindicato; propaganda através da 'conversa ao pé de ouvido'.

Um exemplo de funcionamento de uma Comissão clandestina de fábrica:

A fábrica "FAT" de Wrocław tem 2.200 operários; 90% são membros de Solidarnosc. A Comissão clandestina de Fábrica foi formada durante as greves de dezembro 1981. Ela é formada por grupos especializados, que são encarregados do trabalho de colagem de cartazes e panfletos, da distribuição da imprensa, da ligação com as outras fábricas. É proibido aos membros do Comitê de fábrica, aos distribuidores de imprensa e aos agentes de ligação, a participação nas demonstrações de rua. Os militantes que atuam nos diversos grupos não se conhecem, os contatos são feitos por intermédio dos agentes de ligação. Só os responsáveis dos grupos se encontram em reuniões do Comitê de fábrica (25 pessoas).

Os trabalhadores organizam a ajuda financeira para as famílias dos que foram presos ou demitidos. Mais da metade dos membros do sindicato pagam regularmente suas cotizações. O sindicato reembolsa as multas infligidas por participação nas manifestações. Foi organizada, pelas várias seções, uma ajuda para as pessoas de baixa renda. Na fábrica circulam muitos panfletos e jornais clandestinos. Duas vezes por semana aparece o boletim clandestino da "FAT", chamado de "Fatamorgana" ("Miragem"). Dentro da fábrica, regularmente, são colados panfletos, cartazes e palavras de ordem de Solidarnosc.

A infra-estrutura que exige a ação sindical de Solidarnosc tem como base a cotização de seus aderentes, o que se dá, sobretudo, através das comissões de fábrica. Através dos dados fornecidos pelos boletins de fábrica, pode-se ter uma idéia deste tipo de trabalho. O Boletim "Wola", n. 33, publicou que:

"Com a ajuda de alguns dados das comissões de fábrica, podemos fornecer uma situação típica da atividade financeira do sindicato... Se tomarmos por unidade de base uma centena de membros do sindicato, que continuam a pagar as cotizações em termos de 1% de seus salários (em certas comissões é 2%) ou as doações voluntárias de algumas pessoas, recebemos em média 7 a 8 mil zlotys por mês. Se, na fábrica há algum preso, enviamos todos os meses uma ajuda de 3 a 5 mil zlotys. As comissões de fábrica asseguram a sobrevivência das famílias dos militantes do sindicato que estão presos; as comissões enviam uma parte do dinheiro arrecadado (cerca de 10%) aos níveis superiores. Temos também o financiamento da imprensa clandestina (cerca de 1 mil zlotys).

Após haver feito estas despesas mensais sobra muito pouco ou quase nada na caixa de resistência do sindicato. Neste sentido, realizamos em intervalos regulares, coletas de fundo, tendo como princípio básico a ajuda aos militantes. Só as comissões de fábrica onde não houve repressão, dispõem de 50 a 100 zlotys.

Após a instauração do 'estado de guerra', as cotizações voluntárias se elevaram a 449.351 zlotys".

As comissões clandestinas de fábrica e inter-fábricas de Solidarnosc da FSO, a partir de janeiro 1983, começaram os depósitos das alocações estatutárias: estas alocações são fornecidas por nascimento de crianças, morte de um membro do sindicato ou parente. A condição requerida, para se beneficiar desta alocação, é a pertinência ao sindicato Solidarnosc e o pagamento das cotizações com atraso máximo de 3 meses. A cotização mensal é de 100 zlotys.

Nesta mesma fábrica, que produz automóveis e fica em Varsóvia, a comissão de fábrica produziu calendários para o ano de 83, cujo dinheiro arrecadado com as vendas foi depositado na Caixa de publicações clandestinas. O exemplo foi imitado pela comissão de fábrica de Nowa-Huta.

-OS TEÓRICOS DA AUTOGESTÃO

Nos países do leste da Europa, desde o pós Guerra campo de experimentação dos regimes que ficaram conhecidos como 'socialismoreal', vimos no 1º volume que foram palco de muitas lutas, revoltas, rebeliões e mesmo revoluções, dos trabalhadores. Iniciadas em 1953 na Alemanha oriental, passando pela Hungria em 1956, a Tchecoslováquia em 1968 e, enfim, chegando a Polónia em 1980-81.

Esse longo processo permitiu que vários intelectuais elaborassem visões e leituras tanto da natureza desses regimes quanto, sobretudo, de alternativas a sua existência. Neste aspecto, a autogestão foi um eixo mesmo fundante destas Alternativas. De um lado, porque esses regimes 'pós-capitalistas' tinham em suas Constituições a propriedade social dos meios de produção além de se autoproclamarem 'socialistas'; de outro lado, a experiência que os trabalhadores foram acumulando ao longo do tempo foi desenvolvendo propostas de autogestão que correspondia às organizações alternativas que fundaram nestas lutas.

Destacamos 3 obras entre tantas=

1=a da dupla polonesa J.Kuron e K.Modzelewski, a "Carta Aberta ao partido operário polonês" (1965);

2=a do tcheco PETR UHL, elaborada após a Revolução dos Conselhos Operários tchecos, em 1968;

3=e, a do alemão oriental RUDOLF BAHRO, dos anos 70, logo em seguida ao 'choque' provocado pela invasão da Tchecoslováquia pela URSS.

Outros autores também têm obras fundamentais nessa perspectiva. E, muitos foram por nós 'usados' para fundamentação de princípios da autogestão, por exemplo, os tchecos KAREL KOSIK, J.ZELNY, a Escola de Budapeste de Lukács, a Escola Praxis da Jugoslávia, o polonês Adam Schaff.

Além destes podemos citar, M.Djilas, Marc Racovsky, Andreas Hegedus, Miklos Haraszti, George Konrad/Ivan Szeleny, o grupo tcheco de Radovan Richta.

Suas obras estão em nossa Bibliografia.

Enfim, é fundamental dizer que estes Programas alternativos construídos nos países do Leste europeu, como reflexo das lutas e revoluções desenvolvidas pelos operários e povos destes países, enquanto Programas baseados na Autogestão Social, foram transformados em Estratégia e Ação concretas pelo movimento Solidarnosc em 1980. O Congresso nacional de Solidarnosc resultou pela aprovação de seus delegados operários de um "Programa pela República Autogestionária da Polónia" \*.

Como diz João Bernardo, foi o último ato de um ciclo de lutas iniciado no pós-Guerra.

Tivemos a oportunidade de acompanhar essa experiência nos anos 80, quando estávamos na França, através da CFDT. Inclusive, a pedido do movimento pela autogestão de Portugal, BASE-FUT, fizemos uma pesquisa que resultou na publicação " **Movimento pela Autogestão na Polónia** " (1983).

**Em outro nosso trabalho, "Leste europeu, a dialética da revolução passiva" \* tratamos de forma mais sistemática a experiência dos trabalhadores na Polónia.**

Na 1ª parte deste nosso trabalho, apresentamos a história daquela experiência ocorrida na Polônia entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, e o Programa de Solidarnosc.

1= A “Carta aberta ao poup”.

Em 1964, K. Modzelevsky e J. Kuron elaboraram um ‘Informe’ sobre a situação da Polônia que trazia um projeto de programa revolucionário. Esse informe foi apreendido pela polícia e os dois foram expulsos do POUP e também da Universidade de Varsovia.

Então, ambas escreveram uma “Carta Aberta ao POUP”. Para muitos analistas essa “Carta Aberta” é a ‘primeira crítica **global e revolucionária do sistema chamado de ‘socialismo real’, e que vem do próprio campo dos países do leste europeu.**

**É considerado um documento ‘superior politicamente’ as Teses da “Oposição Operária” de A. Kollontai e aos Manifestos saídos da rebelião de Kronstadt, e mesmo, as Teses da Oposição de Esquerda trotskista.**

“o texto de Modzelevsky e Kuron vai muito mais longe na análise do sistema e sem uma explicação histórica. Isto é perfeitamente lógico desde um ponto de vista científico. Independentemente do valor intelectual de uns e outros, resulta facilmente compreensível que desde 1924 –Cronstadt- até 1964, a soma de experiências e de análises, permite uma explicação mais profunda e rigorosa do fenômeno” (Lorenzo Torres, introdução à edição espanhola).

Sem dúvida, no leste europeu, com as lutas, rebeliões e mesmo revoluções iniciadas em 1953, foi se acumulando experiências e teorizações que permitiram em 1980-81 ao movimento Solidarnosc elaborar um Programa Autogestionário.

Para Lorenzo Torres (pseudônimo de Fernando Claudin) “O que se desprende fundamentalmente da leitura da “carta aberta” - e que vem confirmar nossas precedentes hipóteses- **é que os sistemas burocráticos formam na realidade, FORMAÇÕES SOCIAIS NOVAS. Não são capitalistas, nem socialistas”.**

**Kuron e Modzelevsky, na Introdução a “Carta Aberta” fazem esclarecimentos importantes:**

“Chegamos a nossa posição atual progressivamente e mediante uma lenta evolução de nossas idéias, parcialmente no curso do trabalho sobre nosso texto, ao qual dedicamos 6 meses... O texto não foi finalizado (faltam dois capítulos e, os capítulos econômicos constituem um esboço que algo definitivo da análise e teriam que ser corrigidos).”

No capítulo VII, Jacek e Karol dizem que “Nosso texto deveria conter um capítulo dedicado a análise da luta de classes durante os anos 1956-1957. Devido a intervenção dos órgãos da MSW (segurança), não tivemos tempo de escrevê-lo, mas, como tem uma importância considerável para compreensão de nossa posição política e que além disso nosso objetivo de reflexão sobre os fatos de outubro e as causas da queda da tendência das esquerdas assim como sobre a derrota da revolução de 1956, **foi o ponto de partida da**

**evolução de nossas idéias**, consideramos oportuno apresentar brevemente as teses fundamentais do capítulo não escrito”.

“Durante os anos 50 estalou a crise internacional do estalinismo, primeira fase da crise geral da ditadura da burocracia. Isso teve como consequência as primeiras manifestações revolucionárias da classe operária: a greve geral na RDA, as manifestações e os combates de rua do 17 junho de 1953 em Berlim, uma série de greves nos campos de concentração na URSS, os acontecimentos de junho de 1956 em Poznan e as primeiras revoluções anti-burocráticas na Polónia e na Hungria”.

No primeiro volume desse nosso trabalho, abordamos todo esse processo de lutas.

Na 1ª parte, intitulada “O poder da burocracia”, nossos dois autores analisam, de um ponto de vista marxista, a natureza do regime polonês, e, por extensão dos países do leste da Europa. A questão central é a forma de propriedade:

” Segundo a doutrina oficial, vivemos em um país socialista. Esta tese se baseia na identificação da propriedade de Estado dos meios de produção com a *propriedade social*. O ato de nacionalização teria transferido a indústria, os transportes e os bancos para sociedade em plena propriedade e as relações de produção abseando-se na propriedade social seriam por definição socialistas.

Este raciocínio parece ser marxista. Na realidade, se introduziu na teoria marxista um elemento que lhe é profundamente estranho, isto é, a concepção formalista e jurídica da propriedade. A noção de propriedade de Estado pode dissimular conteúdos diferentes segundo seja o carácter de classe do Estado. O setor estatal da economia nacional nos países capitalistas não tem nada em comum com a propriedade social.

A história conhece exemplos de sociedades de classes, com seus antagonismos, nas quais a propriedade estatal dos meios de produção era predominante ( O MODO DE PRODUÇÃO “ASIÁTICO” ).”

Como podemos ver abaixo, R. Bahro também trabalha na hipótese de Modo de produção Asiático para classificar os regimes do ‘socialismo real’.

“A propriedade estatal dos meios de produção não é que uma das formas da propriedade. Pertence aos grupos sociais aos quais pertence o Estado(...) O poder político está ligado ao poder sobre o processo de produção e de distribuição.

A quem pertence o poder em nosso Estado ? A um só partido, praticamente monopolista, o POUP. Todas as decisões essenciais se tomam primeiro no partido e somente após nos organismos oficiais do poder. Nenhuma decisão importante pode ser tomada e realizada sem ter sido primeiro aprovada pelas autoridades do partido.

“O partido que governa possui o monopólio do poder” afirmam Karol e Kuron.

Que denominam = “ chamamos essa elite do poder partido/estado... ,a BUROCRACIA POLITICA CENTRAL (...). A burocracia política central, possuidora dos meios de produção”.

Passemos ao capítulo que nos interessa frente à autogestão. É o número X, chamado de “O Programa”.

No início, Karol e Kuron põem a seguinte questão: “Se a classe operária, por sua natureza e por ser a força principal da revolução, é capaz de propor um programa válido ?”.

“O interesse de classe do proletariado exige a supressão da propriedade privada dos meios de produção (...). Em regime de democracia operária, será também necessário subtrair do produto do trabalho dos operários uma parte destinada à acumulação, a sustentar e desenvolver os serviços sanitários, o ensino, a cultura; outra parte estará destinada às despesas sociais, à administração, e ao aparato do poder”.

A supressão da exploração significa a criação de um sistema em que a classe operária organizada será dona de seu trabalho e do produto do mesmo, determinará os objetivos da produção social e decidirá a distribuição do produto nacional”. (...). “Então, a classe operária exercerá o poder econômico, social e político no Estado

“Como deverá a classe operária criar sua organização própria, e o Estado para poder dominar seu trabalho e sua produção ? Se a democracia operária não existisse na fábrica, não pode existir a priori, no Estado (...). A classe operária não pode ser dona de seu trabalho da produção se não controla as condições e os objetivos do seu trabalho na fábrica. **Neste sentido, deve organizar-se nas fábricas e formar Conselhos Operários para dirigir a empresa”.**

Neste ponto, Karol e Kuron apontam elementos importantes, diferenciando-se por exemplo da autogestão na Jugoslávia:

“Para a tecnocracia, a independência da empresa significa a plenitude do poder para a direção.

Para a classe operária, essa noção significa a independência dos trabalhadores.

Por isso, a classe operária não pode limitar-se a dirigir a empresa por meio dos Conselhos (...). As decisões principais referentes à distribuição e utilização da renda nacional apresentam, por definição, um caráter econômico geral, ou seja, se situam ao nível da economia nacional ; dito de outro modo, só podem ser adotadas pelo poder central”.

“Por isto, é preciso que a classe operária organize, além dos Conselhos Operários nas empresas, delegações das empresas, isto é, que organize **Conselhos de Delegados Operários** encabeçados por um CONSELHO CENTRAL de DELEGADOS.

Por este sistema de Conselhos, a classe operária decidirá o plano da economia nacional, isto é, fixará os objetivos da produção social, tomará as decisões necessárias e controlará em todo momento a execução do plano”.

Sobre os Partidos Políticos, Karol e Kuron defendem sua pluralidade:

“ Para que o sistema dos conselhos possam refletir a vontade, a opinião e a atividade das massas operárias, estas deverão organizar-se na base da pluralidade de partidos. Que significa na prática a pluralidade de partidos operários ?

“A pluralidade de partidos operários exige a liberdade de palavra, de imprensa e de reunião, a supressão da censura prévia, uma liberdade absoluta para a investigação científica e a criação literária e artística”.

“O caráter operário da pluralidade de partidos reflete o caráter do poder de Estado, organizado segundo o sistema dos Conselhos”.

Karel e Kuron fazem a crítica ao parlamentarismo: “No sistema de democracia operária, se a representação do conjunto dos cidadãos toma a forma parlamentar, a classe operária se encontrará por cima do parlamento, organizada em Conselhos, e dispondo da base material da existência da sociedade, ou seja, do produto do seu trabalho”.

## 2= PETR UHL “O Socialismo Aprisionado”

A obra de P.Uhl “Ceskolovensko a Socialismus”( 1968-1969) e “Program Spolecenske Samospravy” (1979) ,editions clandestines. A edição francesa tem por título “Le Socialisme emprisonné.Une alternative socialiste à normalization” (Stock –La Brèche, 1980).

Como vemos P.Uhl ,após analisar o ‘socialismo existente’ em seu país , propõe uma Alternativa ao socialismo real . A 1ª parte “ A Thecoslovaquia e o Socialismo”(publicada em 1968-1969) e a 2ª parte “Programa da Autogestão Social” (em 1979).

Vamos nos ater a 2ª parte ,sobre a autogestão social.

Sobre os partidos políticos,P.Uhl se manifesta pelo pluralismo político: “O pluralismo político que propomos não tem nada em comum com o exercício do poder por partidos políticos.No sistema autogestionário, quaisquer grupos ou indivíduos tem, naturalmente ,o direito de criar uma organização, ou até varias, que podem ser um grupo de opinião ( por exemplo, clubes de discussão ) ou de ação, de interesses, etc.Algumas dessas organizações serão, sem duvidas, partidos políticos.Essas organizações expressarão ,antes de tudo, os interesses dos grupos sociais em questão ( operários ou mesmo grupos de operários formados, por exemplo, segundo a natureza do trabalho ou de especialização, estudantes, grupos vários da inteligência, de agricultores, etc ).

Outras delas serão sindicatos independentes, clubes profissionais e de lazer, ou ainda associações culturais, religiosas ou nacionais;elas também podem corresponder aos interesses de diferentes categorias de idade, etc.”.

P.Uhl afirma que “no futuro, o desenvolvimento da autogestão social e da democracia direta torna inúteis os partidos políticos , no sentido clássico da expressão”.

E, conclui essa parte afirmando que “o poder político e econômico pertencerá, desde o início da evolução autogestionária da sociedade, aos próprios trabalhadores, e não aos partidos políticos.os partidos só atuarão como conselheiros e defensores de concepções políticas diferentes.podem também desempenhar um papel significativo no controle do poder e na luta contra a burocratização ou qualquer outra degeneração do sistema autogestionário”.

Em relação a questão da organização do trabalho,P.Uhl assume a posição de que “Enquanto durar a alienação do trabalho – e ela não irá desaparecer imediatamente- nós consideraremos as condições e relações de produção, como as mais importantes.Por consequência, a democracia e,antes de mais nada, uma democracia da produção, d onde se originou o sistema democrático de tomada de decisões nos terrenos do consumo, da cultura, etc. A importância da esfera produtiva e das relações de produção –notadamente no início do

processo revolucionário- diminuirá proporcionalmente a estabilização do poder dos trabalhadores no sistema autogestionário, ao aumento do tempo livre, a satisfação dos mais diversos interesses do ser humano e à consequente redução da divisão do trabalho”.

P.Uhl especifica suas propostas no campo da “Administração autogestionária e a democracia social”:

-“Todas as deliberações políticas devem ser públicas; devem ter acesso a elas os trabalhadores, os delegados dos partidos políticos, a imprensa escrita, falada e televisada, etc. O conjunto da vida política ficará sob controle do público.

Os trabalhadores e os cidadãos que serão eleitos para as instâncias da autogestão, poderão dedicar a esta atividade no mínimo a metade de seu horário de trabalho durante um período dado ( três meses, por exemplo ). Serão remunerados como se estivessem trabalhando normalmente”.

-Nos casos em que houver mudança freqüente dos delegados, será necessário proporcionar-lhes um período de aprendizagem de 1 a 2 meses. A substituição dos delegados deve se desenrolar de modo contínuo: muda-se apenas uma parte de cada vez, um quarto da unidade de autogestão, por exemplo. A norma da eleição direta deve ser observada a todos os níveis (...). Os mandatos dos delegados serão revogáveis por seus eleitores em qualquer momento”.

- outro princípio importante é o direito de minoria: caso uma parte dos eleitores (20% , 10%, talvez 5% ) de uma empresa, comuna, setor de atividade ou do conjunto da sociedade concordar com a cassação do mandato de um certo delegado ou com a revogação de uma decisão tomada em relação a seu terreno de atividade, esta resolução deve ser executória (...). É o que chamamos de direito da minoria ativa”.

Sobre “As Formas de Administração Autogestionária”, P Uhl propõe uma mudança social radical: “consiste, primeiro, numa transferência dos poderes para baixo ( legislativo, executivo, judiciário), para as amplas massas de trabalhadores e da população. Por conseguinte, não vemos razão para uma separação estrita dessas três formas de gestão da sociedade (aqui, já três formas de autogestão).

“Ainda estamos, com certeza, muito longe do objetivo, ou seja, da participação de todos do exercício desses três poderes, mas os elementos dessa participação da ampla maioria dos cidadãos (e sobretudo dos trabalhadores) devem se manifestar desde o início do processo revolucionário. A seguir, devem aprofundar-se continuamente.

A participação generalizada, baseada na igualdade, é um princípio da democracia direta que substituirá pouco a pouco a democracia indireta”. “O conjunto das normas de vida de trabalho será escolhido pelos cidadãos e trabalhadores envolvidos. Os órgãos de autogestão representativos apenas prepararão as soluções necessárias para essa escolha.”.

“A forma mais democrática de tomar decisões é a direta. Na sociedade autogerida, todos os cidadãos terão, com freqüência, a possibilidade de manifestar suas opiniões por meio de referenduns.

Entretanto, com a finalidade de assegurar o funcionamento contínuo e a rapidez das tomadas de decisão, sobretudo no caso de apenas uma parte da população participar da vida política ativa, serão criados órgãos representativos autogestionários.

Entre outras unidades autogestionárias teremos:

- assembleias gerais de trabalhadores a nível de empresa, de setor;
- assembleias gerais dos residentes de uma certa comuna ou distrito;
- conselhos e suas instâncias subalternas;

Estas unidades atuarão em diversos campos da vida social: trabalho, defesa, cultura, consumo, etc. É o que eu chamamos de domínios autogestionários. Eles também serão hierarquizados (graus de autogestão).

P. Uhl estabelece uma dialética entre duas esferas da vida social:

“Pensamos que – ao menos durante as primeiras fases do processo revolucionário – o TERRENO DO TRABALHO e, portanto, da PRODUÇÃO, deve ser o pilar do sistema autogestionário. Trata-se, grosso modo, do encadeamento empresa-setor-conjunto dos trabalhadores. O câmbio e o financiamento também dependem desse domínio e são controlados por suas instâncias de autogestão. Até a defesa faz parte dele.”

(...). Procuramos harmonizar, de maneira institucional, dois domínios onde se manifestam problemas diferentes: o da produção, e o que se situa fora da produção. Embora as vezes seja difícil traçar uma separação nítida entre eles, podemos contemplar duas variantes de organizações para a tomada de decisões:

- 1) Unidades autogestionárias baseadas no princípio territorial correspondentes às unidades autogestionárias da esfera da produção.

Estas últimas seguem o esquema da organização do trabalho (grosso modo = empresa-setor-conjunto dos trabalhadores).

As unidades territoriais seguem a linha = comuna-distrito-conjunto da sociedade). Elas tratarão da solução dos problemas fora do domínio do trabalho, à exceção da defesa e de uma parte dos problemas jurídicos.

Na democracia representativa – cuja estrutura teria, assim, sobrevivido – o que corresponde a esse modelo é o sistema bicameral. A colaboração entre os dois tipos de unidades autogestionárias (as da esfera do trabalho e as fora dela) poderia ser garantida por comissões mistas, com a participação de representantes destes dois tipos de unidades. Seriam comissões de coordenação.

- 2) Outra possibilidade é o sistema de Câmara Única.

Neste quadro, poderiam ser constituídas comissões de coordenação, por via de escrutínio direto ou indireto.

Enquanto o poder operário for fraco, será necessário confiar no garu de consciência dos trabalhadores das grandes unidades e, sobretudo, no dos operários. Com o decorrer do tempo,

a longo prazo, os interesses dos seres humanos fora do trabalho se tornarão cada vez mais plenos”, afirma P. Uhl.

Na proposta de P. Uhl cada instância da autogestão tem suas competências, compondo diferentes graus de autogestão, assim:

-Primeiro : As instâncias de base ,são formadas pelos trabalhadores da empresa de produção ou do estabelecimento, que decidem, e por seu conselho;

-Segundo: estão incluídas nas instâncias intermediárias das organizações autogestionárias as unidades que reúnem várias unidades de base (isto é, conjunto de trabalhadores e seus conselhos).

-Terceiro: o conselho de trabalhadores tchecoslovacos (CTT) será a instância representativa do conjunto dos trabalhadores. A segunda câmara – o conselho conjunto dos cidadãos- pode ter o mesmo estatuto legal.

A medida que aumente a integração internacional, se tornará necessário criar um sistema autogestionário a essa escala.

P. Uhl aponta alguns elementos para ‘democracia da produção’.

O conjunto dos trabalhadores, e não seu conselho autogestionário, decidirá no que tange às seguintes questões:

- o plano de longo prazo da unidade de produção e as outras unidades econômicas;
- a partilha da renda ( da mais-valia ) da unidade de produção entre a remuneração pessoal dos trabalhadores, as contribuições ao fundo da unidade de produção e as contribuições ao fundo dos trabalhadores ( da sociedade);
- o conjunto dos critérios para a partilha da renda pessoal;
- o regimento interno da unidade de produção, inclusive a duração da jornada de trabalho, etc.

Um dos pontos mais interessantes na Proposta é sobre a “redução da jornada de trabalho, incentivos materiais e morais”.

Diz P. Uhl “Partimos do princípio de que será possível reduzir de modo radical a jornada de trabalho imediatamente após a vitória dos trabalhadores. Pode-se supor que, no início, haverá uma corda em torno de 30 horas por semana, e depois este tempo continuará a diminuir. Como será possível isso ?

Antes de mais nada, devido a abolição do exército e da polícia do Estado, o que colocará numerosos trabalhadores à disposição do setor produtivo, pois ali está concentrada 5% da população ativa. Parcela igual, talvez maior, da força de trabalho será liberada com a limitação da administração pública, do aparelho judiciário, e a dissolução dos aparelhos de partidos políticos e de outras organizações. Da mesma maneira, numerosas profissões se tornarão inúteis. A capacidade de produção será, por sua vez, aumentada por meio da redução – conforme a situação internacional- da fabricação de armamento”.

“Mas as reservas mais consideráveis estão presentes na própria produção e na organização do processo de trabalho. Pode-se estimar que, hoje em dia, a utilização efetiva do tempo de trabalho varia entre 10 e 90% das possibilidades, segundo os locais. Para os trabalhadores não manuais, esta utilização fica numa média de 50%, e, para os trabalhadores manuais, cerca de 70%. Esta porcentagem é ainda mais baixa na construção civil, ao passo que se aproxima dos 100% nas linhas de produção.”

P.Uhl entra no tema dos valores e da qualificação:

“A melhoria da instrução e as inovações tecnológicas (automação, etc) tornarão problemático o exercício de certas profissões pouco atraentes, de tarefas simples e bastante desagradáveis. (...) Propomos, por exemplo, a seguinte solução:

Cada trabalhador dedicaria uma parcela bem definida de sua semana de trabalho ao exercício de sua profissão mais ou menos qualificada (por exemplo, 20 horas durante os 3 primeiros dias), no quarto dia faria, segundo a necessidade, trabalho não qualificado (nos setores de comércio, transporte, serviços, atividades de controle de circuito automático, etc) e os três dias seguintes seriam livres.

Uma parcela determinada do tempo de trabalho também será dedicada às tarefas de defesa e à manutenção da ordem; outra será ocupada pelas decisões referentes aos problemas do local de trabalho, da empresa ou do setor. Com esta finalidade, os relatórios de especialistas deverão estar disponíveis e ser compreensíveis. Os trabalhadores deverão receber instrução detalhada sobre a organização do trabalho, a tecnologia, etc o que será feito por meio de conferências e seminários durante o tempo de trabalho. Pode-se estimar em cerca de 10 a 20% da jornada de trabalho o tempo necessário para estas atividades”.

“A liberação da força de trabalho para a criação dos valores reais também está vinculada à política financeira. Assim, por exemplo, a eliminação do pagamento do transporte público, das taxas de comunicação ou dos aluguéis (são apenas exemplos) liberará grande parte da força de trabalho, que poderá se dedicar a tarefas mais importantes.

E, mais tarde, quando possam ser abolidos o dinheiro e os circuitos financeiros, as atividades improdutivas serão ainda mais consideravelmente reduzidas. A relação do homem com o seu trabalho não será mais alienada”.

“O direito ao trabalho será garantido para todos e a existência de incentivos materiais não poderá entrava-lo. Se houver número excessivo de trabalhadores em certos setores ou profissões, a solução deste problema se baseará nos interesses dos trabalhadores lesados pela situação. Sempre que necessário, será garantida a reciclagem profissional. Isto se aplica, evidentemente, aos membros do aparelho burocrático que deverão deixar seus empregos após a vitória dos trabalhadores”.

### 3= RUDOLF BAHRO: A “Alternativa Autogestionaria”

Rudolf Bahro escreveu “A Alternativa” nos anos 70, impactado pela invasão soviética em Praga no ano 1968. Faz uma reflexão sobre a crise entre a URSS e a Jugoslávia, a crise sino-

soviética, as lutas do Maio-68, os debates marxistas sobre a “natureza da URSS”, a proposta do Euro-comunismo.

Sua obra reflete e antecipa as lutas anti-burocráticas no Leste, a experiência da Primavera de Praga, e as revoltas no Báltico polonês em 1970 e 1976. De certa forma, encontramos em seu trabalho prefigurações do que viria a ser o movimento Solidarnosc em 1980-81 na Polônia.

Em Paris, em 1979, foi realizado um Seminário para debater as idéias da obra de R. Bahro. Participaram por vários intelectuais da esquerda da Europa. Christine Buci-Glucksman disse na ocasião que “Para todos aqueles que se proclamam como fazendo parte de um SOCIALISMO DE AUTOGESTÃO (grifo nosso), capaz de articular uma transformação da democracia representativa e de novas formas de democracia de base, a obra de Bahro é uma contribuição teórica de importância fundamental, para a renovação do pensamento do socialismo”.

E, assinala a ‘herança’ presente na obra de Bahro condensa “Em resumo, tudo o que estava em “gestação”, em determinadas indicações teóricas de Rosa Luxemburgo ou Gramsci, nos vanguardismos mais radicais da Primavera de Praga ( ligação entre democratização e conselhos operários ) e nos novos conteúdos e formas de luta do capitalismo desenvolvido (lutas operárias contra a divisão capitalista do trabalho, para o controle, a democracia ou a luta das mulheres, dos jovens...)”.

Em uma “Autoentrevista” (1980), R. Bahro destaca seu itinerário intelectual para entender os regimes do leste europeu

: “primeiro, carecendo de um claro conceito, me lancei a uma espécie de preparação global. Comecei a estudar de novo a Marx e a clarificar-me a verdadeira história do PCUS e da União Soviética. Essa foi minha fase trotskista. Especialmente a Isaac Deutscher devo muitos conhecimentos imprescindíveis. Ao mesmo tempo me interessei pela experiência iugoslava e pela via chinesa....”.

“Quando em meados dos anos 60, tive ocasião de ler os **Grundrisse de Marx** e em particular o capítulo que já falei ( sobre as Formações pré-capitalistas ), me dei conta imediatamente que aquilo podia dizer-nos algo. Ao mesmo tempo lia o livro de Wittfogel (“O Despotismo oriental”)...

Bahro vê na obra de Wittfogel um certo ‘chovinismo’ em relação a um ‘perigo asiático’. Por isso, “Propus intencionalmente em meu livro o exemplo do **despotismo dos Incas**. Na realidade, quando Marx fala de modo de produção asiático está pensando em uma formação social e não em uma zona geográfica limitada”.

Em relação as cartas de Marx para Vera Zassulitch, Bahro afirma que leu “em particular à carta mais extensa, que nunca foi enviada por Marx”.

Para Buci Bahro modifica a concepção do marxismo, “conferindo-lhe novamente, de modo paradoxal, sua carga crítica e “utópica”, na medida em que a UTOPIA HISTÓRICA é uma dimensão nova das lutas (muito especialmente para as mulheres)”.

Pensamos que é fundamental importância, para a sequência de nossa reflexão, traçarmos alguns pontos da visão de Rudolf Bahro em relação a experiência da Comuna de Paris. Veremos como sua Alternativa tem inspiração, no campo ontológico, no Princípio Comunal, e no campo da estratégia política, no Projeto da Comuna de Paris.

Portanto, vejamos como na Introdução a “L’Alternative”, Bahro aborda a experiência dos trabalhadores franceses em 1871.

“ A concepção que Marx faz do comunismo data dos ‘Manuscritos econômico e filosóficos’, de 1844. Seu aspecto econômico foi precisado nos ‘esboços’ do Capital (grundrisse) no fim dos anos 50, seu aspecto político na análise da **Comuna de Paris** em 1871. No essencial é igual a de 1844 até a celebre passagem sobre o “reino da liberdade” na terceira parte do Capital, que Engels publicou muito tempo após a morte de Marx.”

Então, Bahro expõe as idéias de Marx sobre as “3 principais características positivas” da produção capitalista:

1= concentração dos meios de produção nas mãos de poucas pessoas, cessando de ser propriedade dos trabalhadores diretos e se transformando ao contrário em potências sociais da produção;

2= organização do trabalho enquanto trabalho social, pela cooperação, a divisão do trabalho (no interior da fábrica) e a relação entre o trabalho e as ciências da natureza;

O modo de produção capitalista aboli o trabalho privado nessas duas direções, mesmo se sob formas contraditórias.

3= criação do mercado mundial”.

Podemos resumir isto ao denominador comum de **socialização** das forças produtivas, e em escala mundial (ainda não totalmente realizado).

Por sua vez, a abolição da propriedade privada, segundo Marx, compreende os processos seguintes, articulados entre si:

“1= a socialização imediata dos meios e das condições de produção, ou seja, do trabalho passado, reificado, concentrado até o presente no capital (...). Essa expropriação é portanto idêntica à abolição da produção de mercadorias e do dinheiro... A mão-de-obra perde seu caráter mercantil no ato da tomada de posse dos meios de produção”.

2= a abolição da velha divisão do trabalho; trata-se de duas coisas: de uma parte, da superação das contradições, das desigualdades sociais, entre homens e mulheres, cidade e campo, trabalho manual e trabalho intelectual (...); de outra parte, no interior da fábrica, no campo das tarefas indispensáveis, a superação da divisão técnica do trabalho, que deve ser realizada por uma integração da ciência moderna na produção regulada por meio de um trabalho científico (...). Essa concepção inclui a diminuição do tempo de trabalho indispensável à reprodução material que a idéia segundo a qual **todo mundo** teria a partilhar o que ficaria inevitavelmente de tarefas difíceis, sujas, baixas, esquemáticas);

3= a apropriação dos meios de produção pelos produtores associados destrói a manifestação mais flagrante, a manifestação política da velha divisão do trabalho e da dominação de classe, ou seja, a **maquina, o aparelho do Estado**, e assim toda dominação sobre os homens, ela aboli as funções sociais indispensáveis usurpadas pelo Estado, para chegar a uma administração não política das coisas, incumbindo não mais à funcionários para essa tarefa, mas aos delegados eleitos, responsáveis a todo momento e efetivamente substituíveis.;

4= Enfim, pela mediação dos proletários vitoriosos, o mercado capitalista será abolido nos países mais desenvolvidos, para ser substituído por uma união supranacional da humanidade que usará solidária e fraternalmente (o que em um primeiro tempo inclui ajuda aos povos historicamente menos avançados) os recursos do globo e transmitirá um planeta melhor às gerações futuras”.

Eis o que é o comunismo de Marx”, conclui R. Bahro.

Então, Bahro passa a análise marxista da Comuna de Paris:

No que concerne ao caráter do Estado.. “na “Ideologia Alemã” diz que os proletários se acham... em oposição direta com a forma que confere até hoje uma expressão coletiva aos indivíduos da sociedade, com o Estado”, e que eles devem derrubar o Estado para impor sua personalidade”.

R. Bahro diz, então, “É por isto que **imediatamente deve ser instaurado sem eu lugar a COMUNA**, ou se quisermos o **Estado-comuna**”.

**E, segue citando Marx:**

“A Comuna diz respeito à libertação do trabalho – sua grande visão- de uma parte, suprimindo a atividade improdutiva e nociva dos parasitas estatais, eliminando as causas que tornam uma imensa parte do produto nacional sirva de alimento ao monstro do estado, de outra parte, cumprindo as tarefas de administração locais e nacionais efetivas por um salário de operário. Ela começa por fazer uma economia incalculável, uma reforma econômica e uma reestruturação política.” A Comuna foi uma revolução contra o Estado em si, contra essa falsa camada sobrenatural da sociedade”, ‘contra essa abominável máquina de dominação de classe”

“Marx elogiava a Comuna por ter desrevelado a impostura segundo a qual a administração e a direção política seriam segredos, funções transcendentes que só podiam ser confiadas a uma casta formada para essa função – os parasitas do Estado, (...)” Supressão de toda hierarquia estatal e substituição dos chefes arrogantes por servidores revogáveis a todo momento, substituição das falsas responsabilidades por uma verdadeira, porque eles trabalham sem cessar sob o controle do público”.

“Como, explica Engels, os órgãos do Estado sempre fizeram valer seus interesses específicos, a classe operária deve se proteger ‘contra seus próprios deputados e funcionários” Para isso, ela usou na Comuna “dois meios infalíveis”: “de início, ele pôs em todos os postos administrativos, judiciários, pedagógicos através do voto universal entre os que tomavam parte, esses podiam voltar a cada momento sobre suas decisões. Em seguida, ela remunerou todos os serviços, grandes ou pequenos, com tarifas iguais aos outros

trabalhadores....Deste modo,a corrida aos cargos e o arrivismo se encontravam eficazmente controlados”.

Marx também explica essas questões: “Nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica”.“O sufrágio universal...está adequado a seu verdadeiro objetivo:eleger pelas comunas seus próprios funcionários para administração e a justiça”.

E,isso,indo até o nível nacional,onde a representação seria um corpo eleito,como legislativo e executivo,tomando decisões e as executando.A nação devia ser nada mais que a reunião das comunas””Toda a França se organizaria em comunas autônomas e se governando elas próprias...Suas funções estatais (centrais) seriam reduzidas a um pequeno numero das necessárias ao conjunto da nação.E,mesmoas funções publicas do Governo central deveriam ser executadas pelos funcionarios comunais,e assim sob o controle da comuna”.

Deste modo,“A Comuna é realmente a comuna,ou seja,um corpo comum publico e não somente um comitê e conselho em aparência eleito.esse sistema representa a supressão radical da burocracia,e assim,bem entendido,da armada permanente,da policia centralizada.A Comuna é ,portanto,realmente “a retomada do poder do Estado pela sociedade enquanto sua própria força viva...,a retomada do poder de Estado pelas massas populares...”.

“tal qual o edificio da vida social deveria ter as comunas por fundamento,igual o processo de produção nacional deveria se apoiar em cooperativas de produção dirigidas pelos coselhos operários.Engels afirma que o decreto mais importante da Comuna foi de longe o que preconizava uma organização da grandeindustria,e mesmo das manufaturas,que repousava em cada fabrca em uma associação de trabalhadores,e que deveria reunir todas as cooperativas em uma grande associação”.“Mas,isso,é o comunismo,o comunismo impensável !...quando o conjunto das cooperativas regulam a produção nacional segundo um plano comum...”.

“Marx e Engels nãoa creditavam que o Leviatã poderia ter alguma função ‘organizadora em matéria de economia’,ou ‘educativa e cultural’”.“Eles eram bem mais de opinião que ‘OS PRINCIPIOS DA COMUNA ERAM ETERNOS E NÃO PODIAM SER DESTRUIDOS’;que eles continuariam sem parar de se impor, até que a classe operaria seja libertada”.

Numa Conferencia na Espanha em abril de 1980, R.Bahro apresentou sua obra “L’Alternative”.No que diz respeito a divisão do trabalho,Bahro expôs suas idéias:

Advertindo que “A manutenção dos hábitos dominantes de produção levaria forçosamente não só a uma catástrofe ecológica,mas à catástrofe psíquica “,Bahro responde a questão crucial das lutas socialistas,pelo menos desde a Comuna de Paris :

“Como pode se estruturar a organização social global do trabalho e da vida,rompendo a velha divisão do trabalho ? “

E, responde tal qual expôs em sua obra: “ Para que os homens sejam capazes de captar as conexões gerais, exercer influencia efetiva na síntese social, há que destruir o tipo de organização supercentralizada, que é hostil à individualidade e a iniciativa (...) Há que encontrar uma forma de regulação econômica que garanta aos homens **iniciativa individual concreta real comunalidade**”.

**Como vemos, R. Bahro se apóia também no Princípio Comunal.**

**Numa das varias Conferencias que fez na Europa, Bahro ressalta com ênfase: “ Quero, porém, recordar a conhecida idéia de Marx segundo a qual o comunismo moderno seria uma espécie de regresso ao comunismo primitivo em um nível mais elevado (...) A comunidade primitiva foi para ele a formação primaria”.**

**“ A solução, segue Bahro, está na descoberta do principio federativo, que é inerente à conhecida idéia da Livre Associação e que determinou, por exemplo, a opção marxiana pela Organização Comunal”.**

“As unidades básicas do trabalho unificado e da vida social deveriam ser combinações soberanas relativamente autônomas sobre uma determinada base territorial, atribuindo-lhes o caráter de **microcosmos sociais**. Uma **organização comunal** desse tipo poderia ser também o instrumento adequado para dismantelar a separação isolante das esferas da educação, a habitação e o trabalho, sem recair nas velhas limitações e restrições da localidade e da exclusividade. Em particular, ela proporciona **espaços para formas de vida comunal** que, do meu ponto de vista, é o fundamento econômico da emancipação das mulheres, e uma condição necessária para garantir as crianças uma capacidade plena para educação e motivação para a aprendizagem – protegendo-as do perigo da neurose inerente à família nuclear”.

“Organização social segundo o **principio comunal** significa subordinação (não liquidação) da regulação hierárquica. Significa coordenação ao invés de subordinação dos homens em relação com suas diferentes atividades. E significa associação dessas diferentes federações interfuncionais em unidades complexas, ainda quando, como consequência da estrutura territorial, sejam ainda contempladas como totalidade. Essas unidades abrangem todos os aspectos do processo de vida, não se tomarão decisões por cima delas.”

“As comunas que estarão naturalmente especializadas em determinados aspectos no marco de uma divisão globalmente social e planificada do trabalho, se associarão por si mesmas à sociedade nacional. E, finalmente, a idéia de uma associação entre as nações (...) penetrará, está penetrando já, no direito dos povos”.

“A mediação com cada unidade superior ocorrerá através de delegados eleitos pela base.”, conclui Bahro.

Portanto, vemos claramente como R. Bahro traduz sua Alternativa a partir dos Principios da Comuna, ou seja, do poder comunal.

Em sua proposta de Alternativa comunista, Bahro propõe uma “revolução cultural” em que “Se a sociedade organiza a educação e a produção de tal modo que todos os indivíduos possam adquirir por atividades teóricas e praticas apropriadas uma formação geral científica e artística de alto nível lhes permitindo uma apreensão diferenciada do todo social, o potencial

assim liberado conduz na prática à uma redistribuição e à autogestão de todos os negócios sociais”.

Da Alternativa de Bahro, vamos dar destaque a questão da “Organização do trabalho”. Neste campo Bahro propõe um Programa em que destaca os seguintes pontos:

1= generalização de um sistema de autogestão e de auto-administração como um processo global que abrange o conjunto dos aspectos da reprodução e estruturado por uma federação de comunas fundada por conselhos operários.

2=luta radical contra a divisão vertical do trabalho, luta centrada em dois eixos:

-a redução radical da duração do trabalho mecânico e repetitivo (“trabalho fisicamente improdutivo”), através da reintrodução massiva dos empregados no trabalho industrial e nos serviços (comércio, transporte) por um certo número de horas semanais;

-generalização do ensino superior universitário e ‘para-universitário’, extensão do ensino obrigatório até os 23 anos.

No ponto 5, Bahro expõe a construção de ‘estruturas que permitam a iniciativa individual e uma vida comunitária real: **a sociedade como associação de comunas**”.

Vamos nos deter mais nesse ponto.

Bahro afirma que, de início, “Devemos sair do dilema entre estruturas ‘cooperativas e igualitárias’ e estruturas ‘hierárquicas e elitárias’, tão comum às correntes anarco-sindicalistas. Para Bahro, o importante para o homem chegando ao limiar do socialismo-comunismo, é que a hierarquia funcional (em que as informações e as decisões devam circular nos dois sentidos), indispensável à regulação do processo de existência e do trabalho, não tenha mais necessariamente o caráter de uma estrutura social. A humanidade se compõe de indivíduos com capacidades universais, o conjunto social deve cessar, sobre a base material construída, de calcar sua estrutura sobre a do sistema de tratamento das informações, que ele utiliza e seguirá a utilizar as funções reguladoras. É por essa razão que a supressão da velha divisão do trabalho é o tema central desse livro. A última ‘luta de classes’ é justamente a que se dá a propósito da organização do processo de informação, de conhecimento e decisão, e de sua subordinação aos indivíduos associados como conjunto. O homem não pode desaparecer em sua função no seio do sistema piramidal”.

Para Bahro “O cooperativo”, qualquer que seja que tenha, não recobre jamais totalmente o “social”.

Esse é um ponto fundamental que Bahro levanta para o debate sobre a autogestão. “A experiência histórica nos leva a se perguntar se a alternativa entre organização cooperativa e organização hierárquica não conduz a escolher entre, começar por livrar o conjunto social pós-capitalista à uma concorrência entre capitalistas coletivos ou o livrar ao diktat do capitalista único. Entendemos que um “ **socialismo cooperativo**” é no melhor dos casos uma forma embrionária do socialismo; no momento em que os trabalhadores se apropriam dos locais de produção no **estado de dispersão próprio** em que o capitalismo da concorrência lhes deixou.”

Bahro “ acha muito discutível que a idéia da associação geral se reduza à uma coordenação de similares cooperativas de produção. **Como ‘unir’ o corpo social inteiro, o conjunto dos indivíduos além do processo de produção?** Essa é a questão central da democracia socialista”.

**Prossegue Bahro: “É importante se ter consciência que A QUESTÃO DA AUTOGESTÃO numa sociedade altamente complexa não pode ser posta nem achar solução apenas do ponto de vista das comunas e ainda menos daquele das unidades de produção, devemos levar em conta ao mesmo tempo O CARATER GLOBAL DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO”**

**A esse caráter global, Bahro chama de “possibilidade de apreensão das relações globais, tido como PROCESSO SOCIO-FÍSICO E SOCIO-PSICOLÓGICO DE MASSA, e que a possibilidade dele acontecer, torna-se o CRITÉRIO DECISIVO DA OPÇÃO DA FORMA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA.**

**O Exercício de uma influência real sobre a síntese social, sobre o plano global de baixo e do alto e sua garantia torna-se a questão capital suscetível de achar enfim uma solução”.**

Bahro faz referência a experiência Yugoslava: “ Finalmente, só os valores (morais) que orientarão a evolução da associação serão definidos centralmente, ou seja, pelo conjunto do corpo social.

O comunismo yugoslavo não pode descobrir, a seu tempo, a “única via” (que, na verdade, não existe) de uma evolução para socialização, mas a idéia de deixar uma relativa autonomia de gestão aos coletivos quase cooperativos de produção abre seguramente mais perspectivas do ponto de vista da aprendizagem e das responsabilidades que uma direção assegurada pelos “papais da produção” (Marx)... Mesmo nos países partindo de um alto nível de organização econômica e de cultura, a descentralização é por muito tempo a condição do desenvolvimento da autogestão”.

“Em uma sociedade comunista avançada, diz Bahro, os indivíduos estarão presentes em todas as esferas de interesse da subjetividade. existirá um “alto” e um “baixo”, mas segundo um sistema que nesse domínio não determina mais os homens. Para os de ‘baixo’, a inveja perde todo sentido.

“Aqui está o sentido profundo da palavra ASSOCIAÇÃO escolhida por MARX. Mais que outras, esta palavra é própria para exprimir a união voluntária de indivíduos autônomos, o princípio coordenador, federativo, da forma de organização social que garante a liberdade dos indivíduos ao mesmo tempo que lhes oferece uma indispensável estrutura.

Associação dos indivíduos nos agrupamentos em que eles perseguem seus interesses específicos que formam sua vida social; associação desses agrupamentos especializados no seio de comunas que englobam, enquanto unidade territorial complexa, os diversos aspectos da vida social; enfim, associação das comunas – elas também relativamente especializadas no quadro da divisão do trabalho previsto no plano – em uma sociedade. Tal é o comunismo na ótica da organização das relações sociais em conjunto.”

“Quais serão as decisões que uma sociedade comunista tomará ‘centralmente’, ao nível do conjunto da sociedade ?, pergunta R. Bahro.

“Inicialmente,deve-se definir o conteúdo e o volume das necessidades do ponto de vista dos valores ,mesmo que permaneçam algumas controvérsias.É assim que deve ser definida a estrutura do plano,estrutura baseada sobre o valor de uso...Um controle central –isto é,comandado pelo interesse geral- deverá poder ser exercido também nesse nível.Pois,a escolha dos produtos não pode e nem deve –contrariamente as condições da produção- ser deixado aos setores ou empresas particulares e depender de seus critérios internos sejam quais forem.

A definição da estrutura da produção e de suas modificações não depende dos coletivos da produção mas da sociedade.ESSE PONTO É UM DOS QUAIS OS DEFENSORES DOS CONSELHOS OPERARIOS MENOS ENTENDEM.

Os indivíduos associados não podem determinar o plano como produtores com interesses específicos,mas como seres sociais tendo uma compreensão profunda dos interesses gerais,de vários interesses particulares e de seus interesses pessoais,e buscando integra-los bem nos objetivos do plano.

Os interesses dos produtores são os interesses particulares entre outros tantos,é por isso que não pode nascer nenhum plano satisfatório para o conjunto do corpo social a partir de interesses –mesmo democraticamente definidos de baixo para cima- tendo por pólos as cooperativas de produtores.

Se a concepção ‘cooperativa-igualitaria’ não abole a condição subalterna do proletariado oprimido,a visão de uma democracia dos conselhos com base na autogestão dos produtores fica teoricamente colada à um dos traços fundamentais da **alienação** capitalista, a autonomia do processo econômico em relação à um processo social de conjunto que ele domina abstratamente (ver a esse propósito a análise dialética de Goldman).

É AQUI QUE A IDÉIA DA COMUNA FAZ PROVA DE SUA GRANDE SUPERIORIDADE”

Lembre-mos do que disse Marx em sua análise da Comuna de Paris: “A constituição comunal devolveria ao corpo social todas as forças que o ‘Estado’,excrecência parasitaria que se alimenta da sociedade e faz obstáculo à sua livre evolução,absorveu”.

“A forma de organização da comuna permite a integração de TODOS os aspectos do processo de reprodução que contribuem ao desenvolvimento da personalidade,e permite a manifestação interna e externa dos desejos e suas satisfações”.

E,aqui,Bahro exemplifica:

“Imagine uma população,sustentada por órgão que ela mesma construiu,partilhando as diversas atividades,da planificação e da estatística ao cuidado dos locais e a retirada do lixo,da pesquisa aplicada à expedição dos produtos,do ensino de todas especialidades e de todos os níveis ao conseryo das maquinas,da construção de novos imóveis à distribuição de objetos de uso e ao funcionamento dos serviços,tanto que as artes e as ciências seriam do domínio de cada um que as relações,mais livres como nunca,entre as gerações e os sexos,ou em geral,o prazer individual ou coletivo que buscam as trocas as mais diversas”.

Um organismo comunal desse tipo poderia também oferecer o quadro que permiteria remediar a atomização das esferas do trabalho,da habitação e da instrução(...).

Em uma ótica formal, a organização comunal (territorial)(...)deveria ser a instancia intermediaria de planificação e de direção que nenhum controle central das unidades de base das varias atividades primarias do processo de reprodução não deveria ignorar.

ESSE PRINCIPIO,a experiência da Comuna de Paris em 1871 não podia descobrir porque ela foi unicamente parisiense.Um decreto impunha as cooperativas de produção dos trabalhadores um agrupamento em escala nacional,uma concentração de poder que domina fatalmente as comunas territoriais e centraliza,mesmo por mais democrático que fosse seu fundionamento, o poder exercido sobre a sociedade”.

As articulações em bases territoriais foram sempre,ao longo da historia,mais facilmente controláveis pelo homem e mais a sua medida que as redes cobrindo todo o pais”.

(...).Enfim,os delegados das comunas à Assembléia nacional teriam,devido ao caráter de microcosmo da comunidade que eles representam,as capacidades e as competências que lhes permitiriam de observar igualmente o plano geral das comunas associadas”.

Uma das preocupações praticas essenciais da revolução cultural será de formar na população,ao lado dos coletivos de trabalho e de educação,as comunidades de habitação(...)

A organização comum dos habitantes oferece,por sua parte,3 vantagens decisivas:

1=a socialização do trabalho domestico;e,em particular,de suas tarefas de direção e de planificação;

2=a socialização da educação e da guarda das crianças,de toda a parte do processo primário de socialização que a família se ocupa hoje (sem que as crianças sejam tiradas da influencia de seus pais naturais);

3=a possibilidade de uma defesa direta dos intereses de todo,contra a tradição patriarcal.”

#### A CONSCIENCIA EXCEDENTARIA

Um conceito-chave na obra de R.Bahro é o de “cosciencia excedentaria”.esta se divide , de forma complementar,em duas formas diametralmente opostas:

1= de um lado,os interesses de compensação são a reação inevitável ao fato que a sociedade limita e bloqueia,muito cedo,o desabrochar,o desenvolvimento e a afirmação de inúmeras pessoas.As necessidades correspondentes são saciadas,por meio de satisfações de substituição...;

2= de outro lado, os interesses de emancipação voltam-se para o crescimento, a diferenciação e a auto-realização da personalidade, em todas as dimensões da atividade humana...”.( Ingolf Diener,SOREX)

C.-Buci Glucksman em sua palestra no Seminario citado,aborda um ponto fundamental na obra de R.Bahro,o da “consciência excedentaria”, base da proposita de revolução cultural.

“Que alternativa propõe Bahro para as sociedades capitalistas desenvolvidas ? E privilegiar uma noção que me parece capital: **a consciência excedentaria**.Na verdade, se o vicio

profundo das sociedades proto-socialistas-estatais leva a tratar o movimento social como um simples 'objeto' controlável, e a ser decidido de cima, convém repensar o problema da consciência social, se se deseja reconhecer ao movimento sua autonomia, como sujeito político, lutando contra todas as formas de dominação.

Nesse sentido, a revolução passa por uma "produção maciça de 'consciência excedentária', mobilizável histórica e socialmente", afirma a Buci. E, adverte que, "a consciência excedentária não coincide, exatamente, com a de ideologia (dominante/dominada)".

Buci, então, busca o conceito: "A consciência excedentária não é localizável, em uma camada social (inteligência). Ela conduz ao 'processo histórico' de 'intelectualização das forças produtivas', que cria um 'trabalhador coletivo', nos termos de Marx.

E que, "Falando francamente, a verdadeira teoria da consciência excedentária só tem sentido em relação às formas de consciência absorvida e, em sentido mais amplo, a esse fenômeno político fundamental que é a subalternidade:

"O problema da subalternidade situa-se no centro de minha concepção da alternativa", diz Bahro.

C. Buci argumenta recorrendo à GRAMSCI:

"Pode-se mesmo dizer, segue Buci, que a imensa originalidade marxista de Bahro consiste em elaborar uma TEORIA da SUBALTERNIDADE, em suas estruturas objetivas (Estado, aparelhos, burocracia) e sem as modalidades de aceitação subjetiva, reatando, assim, com a problemática gramsciana da hegemonia (expansiva) e da consciência não hegemônica, subalterna, passiva. Bahro relaciona essa subalternidade com certas estruturas históricas:

-com organização hierárquica do trabalho (despotismo de fábrica), fruto da divisão do trabalho e da burocracia;

-com mecanismos de diferenciação social e econômica, criando 'necessidades compensatórias' e sua satisfação;

-com a paralisia das pulsões, efeitos das estruturas patriarcais da sociedade 'socialista' e do Estado.

E, assim, para C-Buci, "Nessas duas opções mais amplas: consciência não subalterna e intelectualização das forças produtivas, a consciência excedentária, como consciência democrática de massa, deveria cimentar um 'novo bloco histórico' socialista.

No final de seu livro, R. Bahro sintetiza a base de toda a sua Alternativa:

**" A resposta a estas questões se acha na descoberta do PRINCIPIO FEDERATIVO inscrito na idéia da LIVRE ASSOCIAÇÃO e prevendo :**

**A submissão do conjunto informacional à estrutura hierárquica;**

**A associação dos indivíduos em lugar de sua subordinação a diversos fins subjetivos e objetivos;**

**A associação de suas organizações (e, claro, particularmente as de suas unidades de trabalho) em comunas essencialmente territoriais, elementos preponderantes da totalidade;**

**A associação das comunas em uma comunidade nacional;**  
**A associação das nações em uma comunidade mundial cooperando para paz;**  
**A relação com a unidade imediatamente superior sendo assegurada pelos delegados eleitos pela base”.**

**Eis, enfim, o princípio comunal!**

#### **Bibliografia=**

Yugoslavia:

. L'Autogestion yougoslave. Autogestion et Socialisme. cahier n. 8. 1969

. Albert Meister . "Socialisme et Autogestion" . L'expérience Yougoslave. Éditions du Seuil. 1964

."Autogestion Socialista Yugoslava" Nocións fundamentales. Cuestiones Actuales del Socialismo (CAS) .Belgrado, 1980

.Rudi Supek (direction). "étatisme et autogestion; bilan critique du socialisme yougoslave". éditions anthropos. 1973.

.Edvard Kardelj. " Les voies de la démocratie dans la société socialiste". Édite par: Komunist ,Aktuelna Pitanja "Socijalizma", Beograd, 1979.

.Edvard Kardelj. " Sobre el sistema de planificación autogestora". Discusiones de Brioni. CAS. Beograd, 1976.

.Edvard Kardelj. " Propiedad social y autogestion". El Cid Editor. Colección Autogestion 4. Argentina-Venezuela. 1976

.Edvard Kardejl. "Fundamentos des sistema politico autogestionario". El Cid Editor. Colección Autogestion 7. Barcelona-Caracas. 1978.

.Svetozar Stojanovic. "Critique et Avenir du Socialisme". combats. Seuil. 1969

.Konstantin Stoyyanovitch. "la dictature du proletariat ou l'état socialiste". éditions anthropos. 1979

."La Autogestion Socialista en Yugoslavia" ,1950-1980. Documentos. CAS. Belgrado, 1980.

.les habits neufs du président Tito. Autogestions. n.6. 1981

.Toni Andreani. "Le Socialisme Est (A)venir". 1. L'Inventaire. Éditions Sylepse 2001.

.Toni Andreáni. "Le Socialisme Est (A)venir". 2. Les Possibles. Éditions Sylepse. 2004

- . David A. Crocker. »Praxis y Socialismo Democrático. De la teoría crítica a la sociedad de Markovic y Stojanovic ».Fundo de Cultura Económica. 1994
- .Bertino N. Queiroz. “A autogestão iugoslava”. Coleção “Tudo é História”, número 54. Brasiliense.1982.
- .Leoncio Basbaum.”No estranho país dos iugoslavos”.Edaglit.1962
- .Gilles Martinet.Les cinq Communismes.Éditions du Seuil.1971
- . Programme de la Ligue des Communistes de Yougoslavie.TM-julliard.1958
- . Milovan Djilas. “ La nouvelle classe dirigeante”.Plon.1957
- .Josip Broz Tito.”Autogestione e Socialismo”Editori Riuniti.1974
- .Josip Broz Tito.”de la résistance à l’indépendance”.éditions anthropos.1977
- .Claudio Nascimento. “Leste europeu: reforma ou revolução ?”.Revista dos Metalúrgicos,número 1.1991.Campinas.
- Nanci Valadares de Carvalho. “Autogestão, o governo pela autonomia”.Brasiliense.1983.
- .Abraham Guillén. “ Democracia directa: autogestion y socialismo”.Editorial Aconcagua.Montevideo,1970
- .A.Guillen. “ Socialismo de autogestion: de la utopia a la realidad”.Editorial Aconcagua.1972.
- .M.Drulovic. “ A autogestão à prova”.Seara Nova.Lisboa.1975
- .La Ley de Trabajo Asociado.Belgrado.1978
- .Eduardo Kardelj.”As vias da democracia na sociedade socialista”.Europa-America.Lisboa.1975.b
- .Autogestão: Iugoslávia-Checoslovaquia.edições Base.Lisboa.1974
- .Pierre Naville. “Lê Nouveau Léviathan”.Número 4. »Les Échanges Socialistes ».Éditions Antrhopos.Paris.1974.
- .Horvart,B.- Markovic,M.-Supek,R.(editors) : »Self-Governing.Socialism : a Reader ». (2 volumes).New York.IASP.1975
- .”Democracia obrera y burocracia: veinte años de autogestion”.”Materiales Sociales”.Buenos Aires.1973
- . Michell Cohn.” The wager of Lucien Goldman.Tragedy, dialectics and a hidden god”.
- .Humberto Dantas. “Samurais e Proletários.Uma viagem ao Japão e Yugoslavia”.Edições Autores Reunidos.1960.

Hungria, Thecoslovaquia e Polonia:

Le Programme De Solidarnosc. Texte integral des thésés elaborés par Le Congrés des delegues à Gdansk Le 7 octobre 1981". Presses Universitaires de Lille. Janvier 1982.

Programme de Solidarnosc. La republique autogestionnaire. Collectif national "Solidarité avec Solidarnosc". Supplement à "L'Alternative", n. 14, Janvier 1982. Paris.

Solidarnosc Pologne. Le dossier de Solidarité. Gdansk, aout 1980 – Varsovie, décembre 1981". Revue L'Alternative. numero spécial. Paris. Janvier 1982

Solidarnosc. dossier Pologne, Gdansk sierpen'80. Revue L'Alternative n. 7. nov-dez. 1980.

"Solidarite lès Textes Interdits". éditions Phillipe Camby. Paris. 1983

"Komitet Obrony Robotnikow-Documents Du Comite de Defense des Ouvriers de Pologne. comite international contre la repression. Preface de K. Pomian. Paris. sd.

La renaissance Du mouvement ouvrier em Pologne. Documents de Robotnik. comite international contre la repression. Paris. 1977

Jacek Kuron-Karol Modzelewski. "letter au parti ouvrier polonaise". cahiers rouge. Paris. 1969

Krzystof Pomian. "Pologne: défi à l'impossible ? de la revolte de Poznan à "Solidarité". Les éditions ouvrières. Paris. 1982

Daniel Singer. "The Road to Gdansk". Monthly review press. 1982

Timothy Garton Ash. "The Polish Revolution: Solidarity". Penguin Books. 1999

Jacek Kuron. "La Foi et la Faute". Fayard. 1991

Zbigniew Kowalewski. "Rendez-nous nos usines". La Breche. 1985

-----.- "Solidarnosc: Del sindicato autogestor ao projeto de la Republica Autogestora". in: "Perspectivas". CEP. chile. n.2. 1986

"Pologne, 24 janvier 1971. Gierek face aux grevistas de Szczecin". S.E.L.I.O. 1972.

"Pologne, aout 1980. Des greves de la baltique à Solidarnosc (Première victoire de la revolution polonaise). Correspondencia Internationale. 1981

J. Staniszkis. "Pologne la revolution autolimitée". puf. Paris. 1982

"la pologne: une societe en dissidence". françois maspero. paris. 1978

Guillermo Almeyra. "Polônia: obreros, burocratas, socialismo". Juan Pablos editor. 1981

Miklos Molnar. "De Bela Kun a Janos Kadar". pFNSP. 1987

-----.- "Victoire d'une Défaite. Budapest 1956". Fayard. 1968

Andy Anderson.-"hongrie, 1956.La Commune de Budapest.Les Conseils Ouvriers".Spartacus.1974

Erich Lessing.- " Revolution in Hungary.The 1956 Budapest Uprising. Thames & Hudson.2006

Jean-Yves Potel.-"Gdansk,la memoire Ouvriere.1970-1980".F.Maspero.1982

-----."Scènes de Grèves en Pologne".Stock-2.1981

AAVV.-" Budapest, Prague, Varsovie.Le Printemps de Prague quinze ans après".La Decouverte.1983

Adam Michnik.- "Penser la Pologne.Morale et politique de la Resistance".La Decouverte-Maspero.1983

=====.- "La Deuxième Revolution".la découverte/essais.1990

Karol Modezlewski."Quelle Voie après Le Communisme ? ".Éditions l'aube essai.Paris.1995.

Jacques Sapir.-" Travail et Travailleurs em URSS".La Decouverte.1984

Fernando Claudin.- "La Oposicion em el 'socialismo real'.Sigloveintiuno.1981

"Primavera Indimenticata – A.Dubcek ieri e oggi".L'Únita.1988

"Los Acontecimientos em Checoslovaquia".Moscu.1968

"La Nature dès Pays de L'Est". Revue "Critique de l'Economie Politique".n.7/8.1972

"Conseils Ouvriers em Thecoslovaquie".Revue "Autogestion et Socialisme".n. 11/12. 1970

"Conseils Ouvriers et Autogestion dans lê Pays de l'Est".in: "Autogestion et Socialisme".n.37/38. 1977

"Pologne, Hongrie: 1956. Essentiels Textes Inédits".EDI.1966

G.Graziani.-"Comecon,domination et dependences".Revue "Economie et Socialisme".F.Maspero.1982

Marie Lavigne.-" Les relations économiques est-ouest".PUF.1979

Waldemar Kuczynski.-"La Seconda Polonia.Contradizioni di un modello economico".Editori Riuniti.politica.1981

G.Konrad-Ivan Szeleni.-" Los Intelectuales y el Poder".Peninsula.1981

Marc Rakovski (pseudônimo de G.Bence e J.Kis)- "Lê Marxisme face aux Pays de l'est"Savelli.1977

Georges Mink.-"La force ou la raison. Histoire sociale et politique de la Pologne (1980-1989).La Decouverte.1989

Petr Uhl.-"Programme de l'Autogestion Sociale".In; "Lê Socialisme Emprisonné".Stock-2.La Breché.1980

"La Crisi Del modello Soviético in Checoslovacchia".Einaudi.Serie Política 18. 1970

V.Claude Fisera – J.Pierre Faye.-" Prague:la Révolution dès Conseils Ouvriers,1968-1969".Change.1977

Pavel Tigrid.- "Revoltes Ouvriers a l'Est".ed. Complexe.1981

"De Marx a Gdansk.Quel Pouvoir a l'Est ?".in: Critique Socialiste.n.40.sd

Emil Borsi.-"A formação das democracias Populares da Europa".ed.Avante.1981

"Structures Sociales em Europa de l'est.2.transformation de la classe ouvriere".Notes & Etudes Documentation francaise.1979

"Lê Syndicalisme em europe de l'Est".Notes & etudes Doc. Francaise.1972

C.Castoriadis.-" La source Hongroise".In: socialisme ou Barbárie (Lê contenu du Socialisme).Edition 10/18.1979

-----.-" L'institution Imaginaire de la Societe"SEUIL.1975

Claude Lefort.-"La Première Révolution Antitotalitaire".in: "1956 , Varsovie-Budapest".Esprit/Seuil.1978

Milos Barta.- " Les Conseils Ouvriers en tant que mouvement social".In: "Autogestion et Socialisme".Cahier 9/10. 1969

Jean Chiama – J-françois Soulet.-"Histoire de la Dissidence.Oppositions et revolutions en URSS et dans les Democraties populaires de la mort de Stalin à nous jours".Seuil.1982

Marcel Drach.-" La crise dans les Pays de l'Est".La decouverte.1984

Catherine Samary.-"Plan, Market and democracy.The experience of the so-called Socialist Countries".Notebooks,n.7/8.1988

Gajo Petrovic.-"La Relevancia del Concepto de Alienacion".In: "filosofia y Revolucion".Ed Extemporaneos.1972

-----.-"Marx in the mid-twentieth century".Anchor Books.1967

Veljko Vlahovic.- " Algunas notas sobre el tratamiento del fenomeno de la alienacion".In; " La Consciencia y la Vida Real".CAS.1976

AAVV. "Democracia Obrera y Burocracia.Veinte anos de autogestion".MS.1973

Edvard Kardej.-"Les voies de la démocratie dans la société socialiste".Forum.Novi sad.1979

Mihailo Markovic.-"El Marx Contemporáneo".FCE.1978

-----.-“Dialética de la Práxis”.Aморrortu editores.1972

Predrag Vranicki.-“State Socialismo r Self-Management ?” in: “Socialismo n the Threshold of Twenty-first Century”.Cavat Conference .1985

AAVV.-“Self-Governing Socialism.A Reader”. 2 tomos.IASP.1975

Yvon Bourdet e Alain Guillerm.- “Autogestão : uma Mudança Radical”Zahar.1976

Svetozar Stojanovic.-“Critique et Avenir du Socialisme”.Combats/Seuil.1971

-----.- “Critica Del Socialismo de Estado”.Ed.Fundamentos.1972

João Bernardo.-“Para uma teoria do Modo de produção comunista”.Afrontamento.1975

-----.”Economia dos conflitos Sociais”.ed.Cortez.1990

“process à prague.le v.o.n.s.,comitê de defense des personnes injustement poursuiues devant sés juges”.françois maspero.Paris.1980.

Claudio Nascimento.- “ Movimento pela Autogestão na Polônia”. Edições Base-ut.Portugal.1983

=====.- “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc”. Edições Loyola. CEDAC.1988

=====.- “Polonia 80: uma lição de socialismo” .CEDAC.julho 1981

=====.- “As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias”.CEDAC1986

=====.-“Da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk”.CEDAC.1986

=====.- “Solidarnosc: 8 anos depois”.CECA-CEDAC.1989

. Thecoslovaquia:

.Conseils ouvrières em Thecoslovaquie.Autogestion et Socialisme.n11/12.1970

.Sônia Goldfeder. A primavera de Praga. Coleção “Tudo é história”, n. 26. Brasiliense, 1981. Análise da Primavera de Praga, incluindo o movimento Carta 77, com bibliografia resenhada.

. Pierre Broué. A primavera dos povos começa em Praga. 1969. Publicada na França.

. Pavel Tigrid. A primavera de Praga. Análise numa ótica jornalística. Destacamos que não há, ainda, um trabalho que aborde a Primavera de Praga em sua dimensão autogestionária, da participação dos conselhos de trabalhadores.

Gilles Martinet.”Les Cinq communismes”.Seuil.1971

.Vladimir Claude Fisera - J.Pierre Faye.” la Revolution des conseils ouvriers”. Paris, 1977. Análise do papel dos conselhos operarios na Primavera de Praga.

.Michel Salomón-“Prague, la révolution étrangle,janvier-aout 1968.R.Lafont,1968

.Checoslovaquia: Autogestion y Stalinismo en la primavera de Praga. Revista "autogestion y socialismo". N. 2.Castellote editor.Madrid.1978

.Los Acontecimientos en Checoslovaquia.Moscu.1969

.Radovan Richta."La Via Cecoslovacca".Milano.1968